

1



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

Ata 44^a Reunião da CONABIO.

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

2

Brasília/DF.
2 de Junho de 2011.

45

46 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** iniciou a Reunião às 10h e 10 minutos e
47 por motivo de falta de quorum iniciou a reunião com a apresentação do Sr
48 **João de Deus, Código florestal, item x da pauta da Reunião.**ós temos
49 representações de novas instituições aqui que fazem parte da CONABIO,
50 então, não teríamos quórum ainda para fazer qualquer tipo de votação, mas eu
51 gostaria que pudessemos iniciar os nossos trabalhos agora com a
52 apresentação do João de Deus que veio conversar conosco sobre as
53 discussões envolvidas com o Código Florestal. Foi uma demanda que
54 aconteceu durante a última reunião aqui da CONABIO, eu acho que foi o
55 representante da MONAPE que fez esse pedido. Ele não está aqui hoje
56 Gláucia? Foi o Aladim, MONAPE, não é? Está. Mas, eu queria aproveitar que o
57 João está aqui para que ele começasse a fazer essa exposição para nós. Hoje
58 nós temos um novo membro aqui presente que é o Alberto, que está
59 representando a CONTAG. Então, eu queria saber se vocês concordam que
60 nós comecemos com essa apresentação e depois nós passamos para esses
61 itens da pauta que vão demandar a votação das pessoas aqui, como não
62 temos quórum ainda não daria para votar. Vocês concordam com isso? Então,
63 eu vou passar a palavra para o João de Deus, o diretor de florestas da
64 Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA que vai fazer o relato dele.
65 Uma coisa, na última reunião, durante o processo de estenotipia, nós tivemos
66 dificuldades para identificar as pessoas que estavam fazendo as falas, então,
67 eles pediram que as pessoas ao começarem a sua fala se apresentem para
68 que o pessoa possa registrar. Então, eu vou fazer isso agora. Eu sou Daniela
69 Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente.

70

71

72 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Bom dia. Eu tenho algum tempo
73 estabelecido? Bom, primeiro agradecer o convite eu acho que é importante
74 ressaltar que para nós essa discussão do Código é extremamente importante e
75 nessa face em que inicia o debate no Senado a qualificação desse debate para
76 ter essa qualificação, a divulgação e a própria difusão da informação adequada
77 para que nós possamos disponibilizar para a sociedade uma avaliação
78 consistente sobre não só os impactos, mas a própria importância do
79 envolvimento nesse debate é fundamental e ter esse espaço no Fórum como
80 esse na CONABIO é extremamente relevante para nós. E eu vou tentar fazer
81 preliminarmente um relato bastante breve para que os senhores possam
82 entender esse contexto da revisão legislativa do Código, eu acho que para
83 muitos dos senhores aqui talvez eu esteja repetindo informações, mas eu acho
84 que é importante tentar fazer essa contextualização e tento fazer depois uma
85 abordagem já finalizando com o foco mais dirigido ao texto que foi aprovado na
86 Câmara agora recentemente. Bom, nesse sentido, nós de certa maneira nos
87 envolvemos nesse processo de discussão mais intensa da necessidade de
88 adequação do texto da Lei 4.771 muito em decorrência da própria edição do
89 Decreto do 6.514, que ocorreu em julho de 2008, e esse Decreto
90 regulamentou, fez algumas alterações na regulamentação da Lei da Crimes
91 Ambientais e ele é muito sintomático nesse processo porque nós tínhamos
92 uma lei já relativamente antiga, considerando aqui o contexto brasileiro, uma lei
93 da década de 60, mas que com algumas alterações, algumas discussões
94 pontuais, na verdade, foi uma lei que teve em diferentes momentos muitas

3

2

4

95observações sobre o caráter pioneiro e moderno dessas determinações, mas
96na prática, nós precisamos considerar que foi uma lei que teve uma
97observância muito frágil, não só o contexto geral do dia-a-dia do cidadão, mas
98mesmo dos órgãos públicos, a União, os próprios estados e municípios ao
99longo desses anos também não só tiveram, digamos assim, um envolvimento
100maior para que nós tivemos uma aplicação correta dessas determinações do
101Código como também em várias situações é inegável as próprias ações dos
102órgãos públicos se confrontam com as determinações do Código,
103principalmente no que tange ao respeito dessas figuras de preservação
104permanente. Com o advento da Lei de Crimes Ambientais essas infrações,
105digamos assim, as determinações do Código começaram a ter previsões de
106sanções e elas ficaram um pouco mais sérias com o edição do 6.514 em julho
107de 2008 e a partir dessa previsão de uma penalização mais intensa, as
108determinações do Código começaram a suscitar preocupação e aí houve
109primeiro um movimento bastante intenso reclamando que o prazo estabelecido,
110principalmente para a fiscalização relativa à exigência de averbação de reserva
111legal acirrou muito esse debate já que o decreto em julho estabeleceu um
112prazo de seis meses para o início das autuações para aqueles proprietários
113que não tinham reserva legal averbada. Em função desse procedimento
114envolver aprovação prévia pelo órgão ambiental e nós termos aí um volume
115realmente bastante significativo, um passivo muito grande, houve essa
116compreensão de que aquele prazo era muito exíguo e houve uma primeira
117prorrogação para dezembro de 2009 e nós chegamos basicamente em
118dezembro de 2009 com a situação praticamente inalterada, pouco movimento
119na busca pela regularização promovendo a averbação, como também com o
120mesmo argumento de que há uma demanda enorme e que o próprio poder
121público não teria condição de atender adequadamente essa demanda e houve
122uma nova prorrogação, porém, essa prorrogação se deu com a edição de um
123decreto que é o Decreto 7.029, que criou um programa de apoio a
124regularização ambiental de propriedades rurais, que é aquele programa Mais
125Ambiente. O programa Mais Ambiente traz uma série de previsões para que o
126Poder Público Federal implemente algumas ações que pudessem não só
127estimular como efetivamente facilitar esse trabalho de regularização ambiental
128por parte dos produtores rurais e esse mesmo decreto prorrogou mais uma vez
129esse prazo que vencia em dezembro de 2009, transferindo essa data para 11
130de junho agora de 2011, mas veja o que o Decreto 7.029 prorroga para 11 de
131junho é a determinação para que os órgãos de fiscalização comecem a notificar
132aqueles proprietários que não tenham reserva legal averbada. Então, houve
133por conta disso e no processo de discussão do Código, também uma crítica
134muito forte a essa determinação do decreto, inclusive os senhores estão
135assistindo que esse tema volta a ser a pauta principal agora no debate no
136Senado sobre o argumento que o Senado teria que ter mais tempo e não pode
137estar trabalhando com um prazo tão exíguo como esse de 11 de junho, mas
138esse argumento vem contaminado com uma conclusão que é absolutamente
139equivocada, que é essa de que, a manutenção desse prazo colocaria a imensa
140maiorias dos proprietários rurais numa situação de infratores, que colocariam
141todos como criminosos, enfim, essa noção de criminalização quase que
142instantânea e automática. Não é isso. Primeiro, porque o prazo de 11 de junho
143diz respeito única e exclusivamente a essa orientação para que os órgãos de
144fiscalização comecem também a autuar pela falta de averbação de reserva

145legal. A autuações não significa já uma sanção, o próprio Decreto 6.514 já tinha
146essa determinação, ao ser notificado, o proprietário que não tenha a reserva
147legal averbada, ele é notificado para tomar essa providência, na verdade, o que
148começaria a partir 11 de junho é a orientação para que os órgãos de
149fiscalização notifiquem os proprietários que não têm reserva legal averbada. E
150o Decreto 7.029 também prorrogou o prazo para que ele tome essa providência
151dos 120 dias que havia previsto lá no 6.514 para 180 dias. Então, na verdade,
152mantido o Decreto 7.029, a única implicação prática que tem é a partir de 11 de
153junho os órgão ambientais começarão a notificar as pessoas que não têm
154reserva legal averbada para que elas no prazo de 180 dias tomem as
155providências devidas para regularizar essa situação. Todas as demais sanções
156previstas na própria Lei de Crimes Ambientais relativas a infrações cometidas
157em área de reserva legal ou APP, essas não sofrem nenhuma alteração, até
158porque quem foi, por exemplo, autuado por promover desmatamento ilegal em
159APP ou reserva legal, essa autuações não só pode como deve ocorrer, não
160tem nenhuma flexibilização de prazo. Mas, enfim, esse é um contexto
161importante também para os senhores entenderem porque o debate todo
162generalizou essa data, como parece que a partir de 11 junho é que e parece
163que assim de forma também automática todos os proprietários rurais seriam
164criminalizados. Bom, nesse contexto também nós trabalhamos muito ao longo
165desse processo de discussão do Código tentando trazer para esse debate os
166movimentos, principalmente, os movimentos de agricultura, setores
167organizados da agricultura, agricultura patronal e agricultura familiar e nesses
168últimos três anos esse debate foi muito intenso. E um ponto também que nós
169detectamos desde os primeiros momentos em que se começou a intensificar
170esse debate é que muitos dos passivos que são divulgados como problema do
171Código, eles decorrem muito mais da falta de regulamentação de dispositivos
172que o Código prevê, assim, só para exemplificar um que é bastante ilustrativo,
173nós temos muita crítica com relação à exigência de reserva legal por significar
174uma imobilização de parte significativa da propriedade, então, na prática as
175pessoas tinham muito essa sensação de que reserva legal e APP são
176restrições quase que absolutas ao exercício do direito de propriedade quando o
177Código estabelece um regime de uso de reserva legal bastante distinto do de
178APP. No entanto, essa possibilidade de uso sustentável da vegetação na
179reserva legal pelo próprio texto do Código demanda uma regulamentação que
180de maneira objetiva, nunca se teve essa regulamentação muito efetiva, os
181próprio órgãos estaduais de fiscalização por falta dessa orientação objetiva, via
182de regra, quase nada ou nada mesmo permitiam em termos de uso de
183vegetação de reserva legal. Então, no mundo real, na prática, realmente
184começou a ficar pouco diferente reserva legal e APP. Outros aspectos também
185que nós tivemos nesse debate com a externalização de conflitos, assim mais
186sérios, em muitos casos também nós detectamos que os problemas surgiram a
187partir de complementações na norma que ocorreram por outras medidas,
188resoluções do CONAMA e mesmo alguns outros decretos, enfim, normas que
189tentaram fazer essa complementação, mas que nesse debate também nós
190avaliávamos que essas correções, se você precisa corrigir algo editando um
191decreto ou mesmo reformulando um decreto ou fazendo a revisão de uma
192resolução do CONAMA, eram medidas que poderiam ser implementadas de
193forma muito mais tranquila do que uma revisão legislativa, como acabou
194ocorrendo e remetendo a essa discussão toda no Congresso Nacional. Mas,

195infelizmente, por uma série de razões esse processo teve um tensionamento
196também bastante intenso porque determinados setores da sociedade
197realmente vislumbraram nessa revisão do Código Florestal uma forma objetiva
198de realmente reduzir essas restrições administrativas que a figura de APP e
199reserva legal imprime ao direito de propriedade. Então, não pode negligenciar
200que nós ainda vivemos numa sociedade que tem um aspecto cultural
201associado ao direito de propriedade muito forte, aquela sensação ainda de que
202o direito de propriedade é sagrado e que tem se sobrepor a todos os outros.
203Isso infelizmente ainda é muito forte em determinados setores da sociedade e
204nesse debate do Código nós ouvimos, assim, isso sendo repetido a exaustão
205por uma série de lideranças políticas que argumentam de que se o Estado quer
206proteger áreas como APP e reserva legal, que ele indenize o proprietário.
207Então, não há um aceite ação tácita por parte ainda considerável da sociedade
208que nós possamos construir pactos sociais em que se impõe algumas
209restrições administrativas ao direito de propriedade na busca da defesa de um
210interesse difuso e coletivo maior. É esse o centro, digamos assim, do conflito
211que se estabelece nessa revisão do Código Florestal, basicamente. O centro
212dessa polêmica gravita em torno das figuras de APP e reserva legal, que são
213as duas restrições administrativas que o Código inseriu e que exatamente por
214isso muitos entendem que foi uma lei inovadora, moderna, porque procura
215inserir algumas determinações para orientar e normatizar o uso da propriedade
216privada tentando compatibilizar esse uso com a própria função social da
217propriedade, no sentido de entender que ela também tem que ter esse uso,
218consolidando com a defesa de interesses que vão além do interesse individual
219do proprietário. Então, assim, restrições administrativas existem em qualquer
220sociedade democrática e isso é algo que está de forma muito intrinsecamente
221ligada a construção desses pactos sociais que caracterizam a sociedade
222democrática, mas é óbvio que dependendo do grau dessa restrição e também
223do próprio perfil da sociedade, nós temos uma dificuldade na implementação
224disso. A própria revisão constitucional na década de 30, que procurou
225complementar isso, foi posteriormente modificada e nós só tivemos isso de
226forma mais segura e consolidada na Constituição de 88, então, sobre certos
227aspectos nós até temos essa análise do ponto de vista jurídico que o Código
228nesse sentido antecipa algumas determinações que só vieram se consolidar
229efetivamente na Constituição de 88 e esse debate, na verdade, só retoma esse
230conflito, reproduz um conflito que em diferentes momentos na sociedade
231brasileira já se externou de uma forma realmente bastante incisiva até. Bom,
232agora a partir desse diálogo, o MMA tentou organizar no âmbito da sua
233competência esse debate procurando agilizar também medidas que pudessem
234melhorar esse cenário, então, nós trabalhamos muito com a edição de
235resoluções do CONAMA, com algumas instruções normativas, para tentar
236delimitar melhor esse campo e deixar as regras mais claras. Eu acho que
237aquelas instruções normativas que o Ministério editou em 2009, que trata
238exatamente do uso da vegetação de reserva legal, o manejo da reserva legal,
239uma resolução que trata da própria recuperação de APP e reserva legal e
240também de árvores plantadas, posteriormente, nós trabalhamos essa proposta
241de metodologia de recuperação de APP no próprio CONAMA, que aprovou
242uma resolução dando uma orientação mais clara e simplificando esses
243procedimentos. Trabalhamos também no CONAMA com a ampliação do
244reconhecimento do interesse social para algumas atividades que são

245desenvolvidas pela agricultura familiar, isso tudo nesse contexto de procurar
246reduzir essa pressão sobre a revisão legislativa do Código, mas infelizmente o
247impacto disso foi mínimo, a sensibilização dos nossos parlamentares com essa
248possibilidade também de avançar com esses outros instrumentos não surtiu o
249efeito desejado e nós procuramos no âmbito do Governo também ampliar esse
250debate envolvendo de maneira direta, principalmente, os ministérios do Meio
251Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Ministério das Cidades,
252que são os ministérios que têm um foco, digamos assim, mais direto com as
253questões do Código Florestal e tentando com isso construir uma proposta de
254governo. É óbvio que em função das agendas específicas de cada ministério,
255isso foi um debate também delicado, um debate que se prolongou por alguns
256meses, mas nós conseguimos construir digamos não em linhas gerais, mas de
257maneira até muita específica fazendo uma revisão artigo por artigo do que seria
258uma proposta razoável para que o Governo Federal pudesse defender e isso
259como resultado de um movimento intenso desses ministérios que têm uma
260vinculação direta com o tema. Isso foi disponibilizado para a Casa Civil e,
261nesse momento, a Casa Civil começou a coordenar esse processo de diálogo
262com o Congresso e nós precisamos também fazer meia culpa, que isso
263também, no momento em que o Governo começa a interferir dessa forma mais
264articulada, nós já tínhamos um processo bastante avançado no próprio
265Congresso. Porque no Congresso Nacional havia uma série de projetos de lei
266que previa mudanças no Código Florestal, todos esses projetos que são cerca
267de 38 projetos de lei foram todos apensados e criado no âmbito do Congresso
268uma comissão especial que foi a comissão a qual a relatoria ficou a cargo do
269deputado Aldo Rebelo. Então, na verdade, o que o deputado Aldo Rebelo fez
270foi puxar todos esses projetos de lei e apensando todos esses projetos fazer
271um relato único que buscasse conciliar todas essas demandas e foi então
272aquela primeira versão de relato que foi aprovado na comissão especial. Esse
273texto então foi disponibilizado para que a Câmara fizesse a discussão e o
274Governo Federal entra nesse diálogo já a partir da aprovação desse texto na
275comissão especial. Então, nós tínhamos um texto já base que era o texto do
276relator e sobre esse o Governo Federal tentou trazer algumas contribuições, na
277verdade, esse texto que nós fechamos com todos os ministérios serviu como
278subsídio, mas a Casa Civil não adotou isso como proposta do Governo, ela
279buscou naquele texto alguns pontos que geravam conflito com o texto do
280relator e tentou fazer uma negociação com o relator no sentido de que ele,
281como relator da matéria na Câmara, incorporasse alguns desses pontos e com
282isso nós tínhamos um texto de consenso e que o governo então trabalharia
283politicamente para apoiar a sua aprovação. O deputado Aldo Rebelo, nós
284tivemos ao longo desse processo sempre um diálogo muito próximo com ele e
285aqui nós precisamos ressaltar que do texto que ele inicialmente apresentou na
286comissão especial, a esse texto que foi finalmente aprovado na Câmara, nós
287tivemos modificações extremamente significativas, ele incorporou muita coisa,
288é um texto bastante diferente, mas ainda têm itens que para a avaliação do
289Governo Federal são problemáticos e essas mudanças na última semana o
290próprio deputado Aldo Rebelo argumentou que nesse momento ele não tinha
291mais como incorporar e que levaria para a apreciação e para a votação o texto
292que já havia sido apresentado e que o Governo então tentasse fazer essas
293mudanças a partir de emendas no Plenário ou então que aproveitasse o
294espaço no Senado para promover essas mudanças. E com isso então foi

295aprovado esse texto que os senhores sabem aí nos dias 24 e 25. Bom, sobre
296esse texto que foi aprovado, quais são digamos assim, eu não vou entrar no
297detalhe de tudo, mas eu vou ressaltar para os senhores alguns pontos que
298ainda suscita alguma preocupação e que seriam os pontos que o Governo
299Federal está tentando agora nessa revisão, na fase de revisão no Senado
300chamar a atenção para que possamos aprofundar esse debate e
301eventualmente tenha ainda alguma possibilidade de mudança nesses
302dispositivos. O primeiro ponto diz respeito à previsão das figuras de
303preservação permanente, basicamente o deputado Aldo Rebelo manteve as
304figuras de preservação permanente que já estavam previstas no art. 2º da lei
305atual, ainda que na versão inicial, ele tinha suprimido as figuras de preservação
306permanente de topo de morro e de áreas acima de 1800 metros. Nesse texto
307encaminhado ele retoma essas figuras, nós esclarecemos para ele a
308importância e até mesmo conscientizando de que o impacto sócio econômico
309desse tipo de figura de preservação permanente é muito relativa, ele retomou,
310mas ele introduziu duas mudanças que são preocupantes, a primeira foi a
311inclusão de dois novos conceitos, que é o conceito de apicum e de salgados e
312persalinos, áreas salgadas, e faz uma previsão de que essas áreas deixam de
313ser de preservação permanente, na verdade, isso significa uma mudança na
314forma de tratamento do ecossistema de manguezal. Então, o manguezal deixa
315de ter uma proteção em toda a sua extensão já que as áreas de salgados e
316apicuns deixam de ter a proteção como área de preservação permanente como
317e também veredas que ele tinha incorporado no texto inicial e agora nessa
318última versão ele retirou. Um outro ponto central nessa discussão e que na
319avaliação, pelo menos na avaliação interna do MMA, é o ponto nevrálgico
320nesse processo agora é o atual art. 8º que foi alterado com a aprovação de
321uma emenda que foi a emenda 164. Por que esse texto é bastante
322problemático? Nós tínhamos no Código, temos porque a lei vigente é a 4.771
323ainda hoje, nós temos uma previsão de ter um tratamento excepcional para as
324áreas de preservação permanente em situações particulares, quer dizer,
325excepcional porque a regra da APP é você ter a preservação permanente, a
326exceção seria situações particulares onde essa preservação pode ser
327relativizada e você ter o órgão responsável podendo autorizar a supressão
328dessa vegetação, que situações são essas? As situações de utilidade pública e
329interesse social e baixo impacto, que são as três alternativas que suscitam
330esse tratamento excepcional. O que a emenda 164 promoveu? Ela promoveu
331uma verdadeira inversão nessa lógica sobre dois aspectos, primeiro criando
332uma dificuldade extremamente ampla para essa alternativa de tratamento
333excepcional por parte do Estado, considerando União e estados também,
334porque essas três alternativas, baixo impacto utilidade pública e interesse
335social ficaram mantidas como alternativas excepcionais, porém remetidas à lei.
336Então, hoje qual é a implicação prática disso? Se hoje o Governo Federal tem,
337por exemplo, um projeto de construção de uma estrada que precisa ter
338autorização para suprimir um hectare que seja de floresta para que essa obra
339seja implementada nós precisamos encaminhar um projeto de lei para que o
340Congresso aprove essa autorização de supressão. No entanto, o texto
341incorpora três outras possibilidades de supressão, porém, essas totalmente
342desvinculadas de qualquer medida adicional, nem decreto, elas já estão
343admitidas pelo texto do artigo que são atividades agrossilvipastoris, atividades
344de turismo e turismo rural, turismo ecológico. Vejam, ao admitir que atividades

345agrossilvipastoris são atividades que podem por si só suscitar a autorização de
346supressão de vegetação em APP, a emenda 164 literalmente acaba com a
347figura de preservação permanente no espaço rural, por quê? Ora, sob o tema
348agrossilvipastoris eu englobar 99% das atividades rotineiras que se desenvolve
349numa propriedade rural, ou seja, a figura de preservação permanente no
350espaço rural deixa de existir porque a regra é as atividades desenvolvidas
351nesse espaço suscitam possibilidade de supressão dessa vegetação. Então,
352essa passa a ser a regra, então, na prática o espaço ordinário de uma
353propriedade rural e o espaço de preservação permanente passam a ter a
354mesma implicação. Então, assim, isso tem sido pouco explorado, até as nossas
355lideranças políticas que têm contestados as propostas se perderam um pouco
356nessa análise porque se preocuparam e entenderam muito mais a emenda 164
357como negativa no sentido de está remetendo a uma estadualização da norma e
358não detectaram esse problema que na nossa avaliação é muito mais sério. A
359possibilidade de estadualização na emenda 164 existe, mas é um problema
360absolutamente secundário de relevância muito menor, porque ela surge no
361momento em que o *capte* do artigo ele prevê já a abertura sem qualquer
362exigência para essas três categorias de atividade e ainda remete a outras não
363previstas. Então, além da agrossilvipastoris e de turismo, se tiver outra
364atividade no ambiente rural que não se enquadre nessa caracterização, o
365parágrafo terceiro remete a competência para que os programas de
366regularização ambiental implementado pelos estados possam também incluir
367outras atividades que também suscitariam essa possibilidade ainda que, no
368caso dessas atividades adicionais, aí a limitação seria só para a regularização,
369então, o problema nesse sentido até muito menor, se a limitação fosse só para
370regularização de atividades já consolidadas nós teríamos um problema, mas o
371problema de magnitude muito mais relativa, ele fica realmente sério porque o
372*capte* do artigo não remete só a regularização, é a intervenção e a supressão.
373Então, a regra de preservação permanente fica na sua essência obviamente
374comprometida. Sobre reserva legal nós também nesse processo de discussão
375nós tivemos um avanço significativo porque a proposta aprovada na comissão
376ela exímia a exigência de manutenção de reserva legal na área equivalente a
377quatro módulos fiscais de todas as propriedades, a construção foi feita de uma
378forma um pouco mais sutil porque você tem a previsão em dois artigos
379diferentes, um primeiro artigo, que elimina a exigência de reserva legal para
380propriedades da agricultura familiar, mas depois a frente o texto trazia uma
381segunda previsão que remetia a essa liberação para área equivalente a quatro
382módulos e aí então valendo isso para todos os imóveis rurais. Na prática, nós
383teríamos com esse dispositivo uma redução do espaço de reserva legal
384bastante significativo. O texto do relator nesse aspecto avançou bastante, ele
385alterou, o deputado Aldo incorporou ou algumas sugestão, mas a negociação
386com o Governo, nós tínhamos uma orientação até da Presidenta de que o
387Governo concordava com uma flexibilização nessa questão da reserva legal,
388mas restrito apenas a exigência de recomposição, ou seja, exigir reserva legal
389seria mantido como regra nos percentuais que o Código hoje estabelece. No
390entanto, para auxiliar nessa resolução do passivo, para as propriedades da
391agricultura familiar o Governo até entendeu que seria viável uma negociação
392com o relator no sentido de não exigir recomposição. Então, você faria a
393regularização para as propriedades da agricultura familiar em cima dos
394percentuais de vegetação que a propriedade detinha. O deputado Aldo fez uma

395 formulação um pouco diferente remetendo essa não exigência de
396 recomposição para todas as propriedades rurais com área até quatro módulos
397 fiscais, quer dizer, ele não vincula mais a agricultura familiar, além disso, para
398 nós, é problemático porque nós tínhamos até uma construção que admitia essa
399 condição de não exigência da recomposição para os imóveis da agricultura
400 familiar ou no limite cedendo até quatro módulos, mas considerando a data de
401 edição da lei ou data de 2008, que é data do Decreto 6.514 que virou quase
402 que uma referência de data para esses tratamentos excepcionais. O deputado
403 não acatou isso e deixou no texto apenas a remissão a quatro módulos fiscais,
404 isso para nós não é adequado porque os módulos fiscais são estabelecidos
405 pelo INCRA e são especificados por municípios e eles são dinâmicos a medida
406 que a evolução sócio econômica do município ocorre você pode ter uma
407 alteração do valor desse módulo fiscal e aí tendo a referência na regra ao
408 módulo fiscal sem uma remessa temporal você fica com um balizador aí
409 extremamente flexível e qual é o risco que nós entendemos? Se a regra é
410 quatro módulos a qualquer momento, sem qualquer remissão a uma referência
411 temporal, isso pode sim suscitar essa estratégia de propriedades maiores.
412 Primeiro, promover desmembramento para se valer do benefício e o segundo,
413 se não há remissão a uma data a qualquer momento o proprietário pode
414 entender que é mais interessante ele correr o risco de ser autuado e desmatar
415 a área contando que depois a propriedade dele não vai ter exigência de
416 recomposição do que procurar se regularizar com a vegetação nativa que ele
417 detinha já nessa época. Então, a remissão de uma data é extremamente
418 importante já que há pelo menos do ponto de vista retórico há um certo
419 consenso sobre todos os atores aí de que não há qualquer defesa de medidas
420 que possam suscitar novos desmatamentos e na nossa avaliação deixar dessa
421 maneira, ainda que de forma indireta, seria uma forma de estar se estimulando
422 novos desmatamentos. Outro ponto do texto também que necessita
423 preocupação por uma implicação similar é a alteração que foi promovida com
424 relação ao zoneamento ecológico e econômico, já há uma previsão no texto
425 atual de que a partir da edição do zoneamento ecológico e econômico as áreas
426 de reserva legal na Amazônia Legal com floresta podem ter uma redução do
427 percentual de 80 para 50% para fins de recomposição, ou seja, de novo é uma
428 medida que foi pensada na perspectiva de induzir a regularização, promovendo
429 uma flexibilização para facilitar esse processo de regularização ambiental, mas
430 como a lógica é não possibilitar novos desmatamentos quando se utiliza a
431 expressão recomposição significa que você vai reduzir essa exigência só para
432 aqueles proprietários que não têm mais a vegetação nativa na proporção
433 exigida e, portanto, o investimento dele para recomposição dessa área para se
434 regularizar fica um pouco menor. Tudo bem, só o fato disso significar que você
435 está beneficiando quem agiu irregularmente já é fonte de muita crítica, enfim,
436 mas de toda maneira a manutenção dessa medida foi entendida pelo Governo
437 como algo administrável, porém, o deputado Aldo, no texto mudou a expressão
438 recomposição para regularização. A nossa preocupação é quando você utiliza
439 a expressão regularização significa que eu posso estar com um passivo, por
440 exemplo, decorrente única e exclusivamente da falta de averbação da reserva
441 legal e eu posso independente ou aderindo a um programa desses nacional ou
442 estadual promover, buscar a minha regularização através da averbação. Ora,
443 se estou no município que o zoneamento determinou essa possibilidade de
444 redução mesmo que eu tenha, por exemplo, um remanescente de vegetação

445que perfaz 80%, a minha regularização vai se dar com a averbação só de 50%,
446 que significa que aquele percentual adicional de 30% por cento que está lá
447com a floresta de pé nesse caso passa-se constituir num espaço em que eu
448poderei solicitar uma autorização para desmatamento regular, veja aqui nós
449não estamos falando num risco de desmatamento ilegal, é uma mudança que
450pode sim abrir um espaço que no caso de realidade da Amazônia pode sim
451significar um espaço generoso de áreas de florestas que estariam agora numa
452condição de receber autorização normal, legal para a supressão. Um outro
453ponto que está nessa essência do conflito é a previsão do art. 33 porque o
454texto do deputado Aldo Rebelo já desde o primeiro momento começa a
455trabalhar com o conceito de área rural consolidada e no texto aprovado na
456Câmara essa noção de área rural consolidada se cristalizou tão somente com a
457referência temporal a julho de 2008, o que significa dizer na prática que tudo
458que foi feito em termos de ocupação de áreas de preservação permanente até
459julho de 2008 pelo texto aprovado na Câmara são entendidas como
460intervenções que a lei já garante a regularização para todos os efeitos, esse é
461o termo que o texto aprovado remete. Bom, isso significa dizer que
462independente da tipologia de APP, independente da tipologia de APP,
463independente do tipo de intervenção, se você comprova que isso foi feito antes
464de julho de 2008 o texto da lei aprovada já legitima e garante para todos os
465efeitos a sua regularização. Por que isso cria um conflito? Na previsão de
466regularização que o texto traz o deputado Aldo incorpora uma metodologia,
467uma sistemática que o próprio Decreto 6.514 já estabelece que é aquele de
468permitir que o cidadão que foi autuado ele possa resolver essa situação
469fazendo um termo com o órgão ambiental em que essas autuações são
470suspensas e poderão ser convertidas no investimento de recuperação daquele
471espaço, então, isso não é uma inovação do texto agora da revisão do Código,
472isso já existe e o deputado Aldo, o próprio Decreto 7.029, O Mais Ambiente,
473eles também trabalham com essa perspectiva, mas olha a justificativa, a
474fundamentação que justifica um tratamento desse tipo é aquele de que se o
475cidadão foi autuado e tem que pagar uma multa, se a multa ao invés de ser
476recolhida ao cofre público, ela já é direcionada para efetivo da recuperação e
477recomposição daquela área o ganho ambiental prático e líquido é muito melhor
478até do que você deixar esse dinheiro transitando nos cofres do Estado e da
479União. No entanto, mesmo que na retórica o deputado Aldo estabeleça nos
480artigos que essa suspensão e conversão se dará com as atividades de
481melhoria e recuperação da área, ele põe uma vírgula e depois diz que tudo que
482foi consolidado até julho de 2008 está legitimado e vai ser regularizado para
483exigir e garantir a recomposição que justifica a eliminação da autuação, se ao
484mesmo tempo, eu digo que tudo que foi ocupado está legitimado. Então, é uma
485contradição em essência, nós até veja, a posição que foi trabalhada com
486diferentes Ministérios e encaminhada a Casa Civil não era uma oposição
487também assim (...) de que tudo que foi ocupado de APP tem que ser
488recuperado, como é em linhas gerais a regra atual, nós até pensamos na
489possibilidade de trazer algumas previsões de determinadas atividades em
490determinadas tipologias de APP em que você minimamente vice que havia uma
491possibilidade de administrar essa equação em termos de funções ambientais
492daquela área e manutenção da atividade e trazer objetiva desses casos que aí
493sim o programa de regularização ambiental poderia com alguma outra
494orientação viabilizar a manutenção daquela atividade, mas não dessa forma

495 genérica que o texto remete para toda e qualquer atividade e estando ela em
496 qualquer tipo de APP, isso para nós é inadmissível porque também você traz
497 com isso um outro grave conflito. Se eu tenho um tipo de intervenção em APP
498 que está provocando e continuará provocando a degradação ambiental ao
499 longo do tempo, admitir que isso é passível de manutenção sobre certos
500 aspectos fere até uma determinação maior da constituição que é essa remessa
501 da obrigatoriedade do poder público de promover a devida reparação e
502 recuperação e cessar o que está provocando esse dano. Então, assim, no
503 contexto bastante prático, se eu tenho uma instalação, por exemplo, na (...)
504 uma pocilga que está na beira do rio jogando esses dejetos diretamente
505 comprometendo a qualidade da água. Eu entendo que agora isso é passível de
506 manutenção, não tem como eu exigir que ele faça o recuo, mesmo sabendo
507 que o efeito dessa atividade sobre a qualidade da água que pode ser, por
508 exemplo, fundamental para o abastecimento de toda uma comunidade que está
509 abaixo desse ponto, eu vou admitir que esse cidadão continue contaminando
510 esse curso d'água. Então essas incoerências é que nos preocupam ainda no
511 texto e que precisariam ser melhor debatidas agora no Congresso até porque
512 esse é um exemplo, mas existem outros, até porque a própria incoerência no
513 texto legal vai gerar sim muita insegurança jurídica, por exemplo, como eu
514 posso ao mesmo tempo ter um texto legal que garante que você vai ter que
515 exigir recomposição de áreas e ao mesmo tempo dar a garantia da legitimação
516 e regularização de tudo. Então, esse tipo de contradição é muito ruim na norma
517 porque o próprio Código Florestal em alguns artigos que remetiam alguma
518 segurança em termos de interpretação sempre gerou muito debate e problema
519 em termos de atuações tanto dos órgãos públicos quanto do próprio Ministério
520 Público, com entendimentos diferentes. Então, essa incerteza, principalmente,
521 quando você contradições objetivas texto legal isso é muito ruim porque
522 dificulta enormemente depois a operação da norma e deixa um grau de
523 insegurança para o próprio administrado que é muito ruim. Então, isso, nós
524 precisaríamos mudar e ainda por último nós temos uma perspectiva de poder
525 melhorar alguns dispositivos que nós havíamos discutido em duas linhas, uma
526 na questão de trazer previsões que desestimulem e coíbam efetivamente essas
527 ações irregulares de desmatamento. E o texto, nós tínhamos pensado em
528 trazer alguns dispositivos adicionais, principalmente, associados com restrição
529 mesmo de benefícios econômicos para essas propriedades que tiveram
530 atividades, que implementam atividades irregulares que provocaram
531 degradação ambiental. Então, essas previsões no texto aprovado foram
532 retiradas e ao contrário, além de retirar, o deputado Aldo, agora incorporou um
533 outro artigo que estranhamente traz uma previsão de conceder benefícios
534 adicionais no crédito agrícola para quem promoveu intervenções ilegais e
535 buscou a regularização através dos programas. De novo é algo que nos parece
536 estranho e no mínimo é um texto que vai gerar muita imprecisão porque nós
537 até conversamos com ele e ele acha que não que isso é uma previsão para
538 trazer a possibilidade de benefícios adicionais ao crédito agrícola para todos,
539 mas da maneira como ele está formulado, como ele fala em benefícios
540 econômicos adicionais, a esses proprietários que aderiram ao cadastro El e ao
541 Programa de Regularização Ambiental pode dar interpretação de que isso é um
542 benefício adicional aquele proprietário que não precisou disso, que não
543 cometeu infração e está perfeitamente legal, o que seria realmente uma
544 inversão de todo inadmissível que aliás é um grande problema também que

545 nós administramos frequentemente esse argumento de quem sempre cumpriu
546 a lei só é prejudicado. Porque primeiro sempre se trabalha com alguma
547 alternativa para acomodar o que foi feito de forma irregular e alguns aspectos,
548 como é esse do art. 58, que é mais absurdo ainda é você estar fazendo
549 previsão de trazer benefícios econômicos para aqueles que cometeram algum
550 tipo de infração. Bom, em linhas gerais, para finalizar o que nós precisamos
551 apontar é que esse processo de revisão no Senado ele ainda é um espaço
552 importante para que se consiga qualificar melhor esse debate e promover
553 algumas mudanças para que tenhamos um texto mais adequado. Eu acho que
554 é importante ressaltar que num cenário também tão conflituoso e com debates
555 tão polarizados, ainda obviamente que não seja um texto de sonho de muita
556 gente, mas é importante também destacarmos que houve avanços
557 significativos e que esses pontos que eu ressaltei aqui para vocês e que ainda
558 são temas realmente bastante preocupantes, mas eles são previsões pontuais
559 que acreditamos que com o aprofundamento da implicação dessa previsão no
560 texto, isso pode sim ter um espaço de revisão e de aperfeiçoamento no Senado
561 e que nós precisamos é exatamente de um envolvimento maior, há uma
562 sinalização do Senado favorável nesse sentido de procurar ampliar esse
563 debate e trazer outros segmentos para que possamos qualificar melhor essa
564 discussão e nós precisamos enquanto Governo e enquanto sociedade saber
565 aproveitar melhor esse espaço junto agora ao Senado e tentar promover essas
566 alterações. Alguns desses pontos mais críticos, vocês já viram e a própria
567 Presidenta Dilma já anunciou que trabalharia com essa perspectiva de veto,
568 mas isso tem também um custo político e, principalmente, com o resultado da
569 votação na Câmara, isso se torna cada vez mais delicado. Então, o ideal seria
570 mesmo que nessas revisões no Senado se tivesse um espaço e uma condição
571 de promover esses aperfeiçoamentos para que a sociedade tenha um texto,
572 digamos assim, mais aceitável do ponto de vista de ter a orientação para o uso
573 das propriedades de tal maneira que você consiga minimamente conciliar essa
574 necessidade de manter a produção, de manter a possibilidade de uso do
575 espaço urbano minimamente compatibilizado com a defesa de alguns espaços
576 que cumpre a função ambiental e que todos nós sabemos é absolutamente
577 também essencial para que você tenha a perspectiva de desenvolvimento
578 durável, um desenvolvimento consequente, sustentável para entrar aí no jargão
579 já bem conhecido. Para isso, eu acho que esse trabalho com os senadores é
580 absolutamente essencial que consiga promover essa mobilização. Eu encerro
581 falando que principalmente em espaços como esse, os senhores puderem
582 divulgar e auxiliar na ampliação dessa mobilização é de todo bem-vindo. Nós
583 temos uma indicação já de relatores no Senado que também não é lá muito
584 positiva já que na Comissão de Constituição e Justiça e Agricultura parece que
585 houve um acerto que a relatoria fica com senador Luiz Henrique da Silveira,
586 que é um senador bastante conhecido já no trato dessa matéria já que ele foi o
587 governador de Santa Catarina, que o Guerra conhece bem as iniciativas, mas
588 foi o governador que implementou um Código Ambiental no Estado,
589 assumindo inclusive de maneira formal, admitindo formalmente que há uma
590 proposta que inclusive contrariava a determinação constitucional, mas que
591 assumiram na época que era uma necessidade para suscitar esse tipo de
592 enfrentamento quanto a necessidade de revisão das normas de proteção
593 ambiental. Só para os senhores entenderem a dificuldade desse contexto, um
594 dos projetos de lei que foi apensado pelo deputado Aldo Rebelo na comissão

595

596

597

598

599

600

595

596

597A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA) – Muito obrigada, João. Eu acho que a
598apresentação que o João fez foi muito esclarecedora sobre vários aspectos
599que estão envolvidos na discussão das alterações propostas no Código
600Florestal, antes de eu abrir para a discussão, eu queria dizer que nesse
601momento nós temos quórum, então, eu acho que era o momento oportuno para
602fazermos a aprovação da pauta. Propondo, o Ministério propondo que seja
603invertido a ordem para que antes da aprovação da ata haja a apresentação do
604João e haja o relato do Carlos Fonseca sobre a 18^o sessão do Comitê
605Intergovernamental sobre propriedade intelectual, recurso genético,
606conhecimentos tradicionais e folclore,GT da OMPI, tendo em vista que o Carlos
607não vai poder participar hoje à tarde das discussões e que também o Carlos
608seja autorizado a fazer a apresentação relacionada a 1^o reunião do Comitê
609Intergovernamental para o protocolo de Nagoya sobre ABS, que seria feita pela
610representante do Itamaraty, mas que não pode comparecer a essa reunião.
611Então, eu gostaria de saber se os presentes concordam com essa alteração de
612pauta para que possamos definir assim os nossos trabalhos hoje.
613Primeiramente, haveria então essa discussão agora do Código Florestal e
614depois esses dois relatos seriam feitos pelo Carlos ainda no período da manhã.
615Vocês concordam com essa alteração? Os que concordam permaneçam como
616estão? Alguém não concorda? Você acha melhor passar para a votação da ata
617então? Eu vou disdizer antes de fazer então a discussão da apresentação do
618João, nós passaremos para aprovação da ata de 43^o reunião ordinária da
619CONABIO. Alguém tem alguma observação a fazer com relação?

620

621

622O SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (SBPC) – Daniela, na página 7, linha 232, a
623última reunião eu não estive, portanto, eu acho que eu não poderia ter dado
624sugestões aí. Eu acho que era o Miguel Trefaut Rodrigues, talvez tenha uma
625confusão aí. Está bom. Apenas para corrigir esse detalhe. Na 232, eu suponho
626que seja o Miguel Trefaut Rodrigues, o meu xará.

627

628

629A SR^a. SÔNIA MACHADO DE CAMPOS DIETRICH (ABC) – É só o seguinte,
630é uma coisa simples, na linha 17, onde está Dra. Nanusa Luiza de Menezes
631que participou dessa reunião como representante da Academia Brasileira de
632Ciências e não de letras, embora ela seja letrada também.

633

634

635A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA) – Obrigada Sônia. Mais alguma proposta
636de alteração na ata? Podemos considerar a ata aprovada? Quem concorda
637permaneça, por favor, como está? Alguém discordada dessa ata? Então, ela
638está aprovada. O próximo item nosso será a discussão sobre apresentação
639que o João de Deus Medeiros nos fez sobre as negociações envolvidas com as
640propostas de alterações do Código Florestal. Por favor, quem quiser se
641expressar, por favor, coloque a placa em pé. Primeiro, Miguel Guerra e depois
642o Nelson Ananias.

643

644

25

13

26

6450 **SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (SBPC)** – Bom, agradeço a apresentação
646do João, eu acho que foi bastante elucidativa, mas eu vou procurar ser
647bastante objetivo aqui que é o seguinte, eu tenho uma representação de uma
648sociedade brasileira para o progresso da ciência que já se manifestou sobre
649esse assunto. Reiterada vezes aqui nesse Plenário eu manifestei também
650aspectos sobre a questão, lembrando a todos nós que fazemos parte da
651Comissão Nacional da Biodiversidade e já me manifestei em alguns momentos
652que eu não gostaria no futuro que alguma arqueologia urbana futura olhasse
653para essa Comissão e perguntasse o que foi feito em relação a biodiversidade,
654todas essas questões que foram levantadas são pertinentes, mas em uma
655palavra, este Código Florestal não atende o que se espera de uso e
656conservação da biodiversidade. Nós fizemos uma série de seminários no
657programa de pós-graduação recursos genéticos digitais na última semana e
658uma das apresentações de uma doutorando que nós solicitamos que ela
659apresentasse sobre as metas do milênio, um dos slides que ela colocou é uma
660declaração do Secretário Executivo da ONU para a COP-10 em que ele diz o
661seguinte, “Vamos ter a coragem de olhar nos olhos dos nossos filhos e admitir
662que nós falhamos, individual e coletivamente, em cumprir as promessas feitas
663por 110 chefes de estado, em Johannesburgo, em 2002, de que iríamos reduzir
664substancialmente as perdas na biodiversidade até 2010”. Nós falhamos em
6652000 e falhamos no ano 2010. Nós falhamos fragorosamente em 2000,
666falhamos fragorosamente no ano 2010 e estamos jogando essa fatura para
6672020 e vamos chegar em 2020 dizendo o mesmo, eu não me sinto confortável
668fazendo parte de uma Comissão Nacional da Biodiversidade que não auxilia,
669não tem mecanismo ativo em auxiliar a perda de biodiversidade, eu acho que,
670trocando em miúdos, esta Comissão tem o dever de alertar sobre todos os
671danos que este Código da maneira em que está vai impactar os futuros dos
672nossos filhos e netos e eu me sentiria desconfortável em saber que no futuro
673alguém olhe e mata e logo depois de uma semana de uma votação uma
674CONABIO não tenha se manifestado de uma forma incisiva sobre isso. Nós
675temos formas de discutir isto aqui, mas acho que algum tipo de posicionamento
676nós precisamos dar, eu acho que do ponto de vista de informações ou de
677impactos, eles são tamanhos, que praticamente nós gastaríamos o dia inteiro
678falando sobre os impactos específicos que o João nos manifestou. Eu apenas
679manifesto alguns que o professor Carlos Joly manifestou no seu programa
680BIOTA-FAPESP, exceto o bioma Amazônia, nós temos fragmentos nos
681principais biomas brasileiros, poucas áreas de conservação efetivas e muitos
682fragmentos, a única forma desses fragmentos sobreviverem evolutivamente é
683que nós possamos restaurar conectividades a eles, senão eles serão
684fragmentos mortos e esta possibilidade de nós restabelecermos uma evolução
685em fragmento depende dessa interconectividade, nós sabemos que uma das
686formas mais efetivas de estabelecer interconectividade são corredores
687ecológicos. Nós sabemos também que a forma mais efetiva de ter corredores
688ecológicos são restaurações de matas ciliares e que nós queremos diminuir de
68930, para 10, para 5 e daqui há pouco para nada. Então, essa é uma
690preocupação e quando o João menciona algumas questões do Estado de
691Santa Catarina é emblemático, nós temos lá, legisladores, que propõem esse
692tipo de lei em uma região emblemática, em um dos ecossistemas que, com o
693perdão aqui da minha colega Márcia, mais impactado que a Caatinga, que a
694Floresta Estacional Decidual do Rio Uruguai, que é o ecossistema mais

695ameaçado desse País, numa condição em que nós temos a maior quantidade
696de índice de rotavírus do Brasil, aqui não tem mais água, que nos últimos oito
697anos tiveram seis frustrações sucessivas de grãos, o oeste de Santa Catarina
698não pode mais produzir grãos e ainda nós temos legisladores que têm a
699coragem de querer restringir ainda mais esses aspectos. Eu não vou me deter
700muito nessas questões todas, eu acho que nós temos o dever de pelo menos
701agora no Senado tentar que saia um documento daqui apontando essas
702questões e tentando pelo menos restabelecer um pouquinho de seriedade
703nesse debate. É isso.

704

705

706**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Muito obrigada, Miguel Guerra. Ananias,
707por favor.

708

709

710**O SR. NELSON ANANIAS (Confederação da Agricultura e Pecuária do**
711**Brasil)** – Bom dia a todos. Nós viemos acompanhando, o setor vem
712acompanhando há mais de 10 anos, 14 anos, que vem trabalhando na
713negociação de mudança do Código Florestal brasileiro, não vou me deter ou
714ater aqui a análise pontual desse Código novo até porque iria chover no
715molhado não é verdade porque já falaram algumas coisas que concordo
716também que esse texto deveria ter algumas mudanças, mas essa questão de
717mudança do Código e não vou discutir ponto a ponto até o que o Dr. João
718falou, nós temos um entendimento diferente a respeito disso, claro e óbvio, e
719trabalhamos isso e conseguimos colocar lá no Congresso, não todas as ideias
720que o setor tem, mas a maioria delas, pensando nessa responsabilidade que o
721Brasil tem em conservar a sua biodiversidade e também produzir alimento,
722produzir riqueza aí e garantir o desenvolvimento do País que eu acho, que a
723CNA acha, que o setor acha, que pode andar e funciona bem e anda de mãos
724dadas. O segundo maior conservador de biodiversidade do País, depois do
725Governo, unidade de conservação (...) é a propriedade rural. Tem cem milhões
726de hectares, segundo o último censo, em áreas de floresta dentro da
727propriedade rural. O que acontece é que nesses 14 ou mais, desde 1965, que
728a lei que trata do assunto de florestas, ela vem sendo cada dia mais restritiva,
729cada dia mais avançando sobre a propriedade rural e também a questão do
730aumento das restrições e o Governo nunca quis, nunca olhou e nunca trouxe a
731negociação, nunca quis conversar sobre esse problema, trazer esse problema
732agora e resolver, e o que aconteceu aí no Congresso Nacional foi exatamente
733o final de uma tensão, de um tensionamento, que trouxe a questão da
734consolidação, nós não concordamos e acreditamos que o texto do jeito que
735está, como eu falei no começo da minha fala, não vou falar ponto a ponto, mas
736nós acreditamos que o texto do jeito que está, ele não avança, ele não
737incentiva e nem avança, o uso da APP, até porque no próprio texto diz que,
738desde que toda vez que há uma consolidação ou manutenção de uma
739atividade ela sempre é atrelada desde que não haja uso alternativa de solo,
740desde que se respeitem a água, solo, desde que se respeitem, o mínimo
741necessário para conservação de solo, água e do meio ambiente. Nós já temos
742aí mais de 62% do País conservado, está sobre floresta nativa, unidades de
743conservação e terras indígenas, a outra parte que quem tem o ônus e é muito
744fácil botar a culpa em cima e botar o dedo e falar que quem é responsável por

745isso é o produtor rural, sendo que ninguém ajuda, não há ajuda, o produtor
746rural é responsável pela conservação das suas áreas, pela recomposição das
747suas áreas, ele é responsável por pagar multas pelo incêndio florestal, pela
748conservação da biodiversidade e quem está na cidade, andando no seu carro,
749andando na sua APP, do rio Tietê, ou aqui em Brasília, na orla do Lago, não
750acha que isso é justo para quem está aqui, é só para quem está lá. Então,
751vamos falar em consolidação, vamos falar em consolidação, vamos tirar o
752Palácio do Planalto, vamos tirar o Palácio do Jaburu, que é tudo área de APP,
753segundo a legislação, não é isso que se quer, o que se quer é que se garanta o
754direito das pessoas que, entraram num bioma, numa floresta amazônica que
755seja ou no bioma Amazônia, incentivados por políticas públicas de integrar para
756não entregar e hoje estão à margem da legislação, são 20 milhões de pessoas
757que estão lá na Amazônia Legal, e que hoje estão, não conseguem desde
758janeiro, o Banco do Brasil e outros bancos não liberam recurso para
759financiamento, para manutenção dessas atividades porque não atende a
760reserva legal e APP, institutos que só existem no Brasil. O produtor rural não
761quer desmatar até a beira do rio, o produtor rural não quer passar em cima da
762reserva legal, o produtor rural não quer assumir o ônus do desmatamento, da
763perda de biodiversidade sozinho, isso é o certo, então, o texto, segundo o
764nosso entendimento, ele garante a manutenção das atividades que estão ali há
76510, 15, 20, 30, 60, 100 anos, garante isso, desde que, garantido isso se cumpra
766a lei e vamos organizar a Casa para aqui para frente conseguirmos
767desenvolver e, claro, tudo aquilo que é impactante deve ser recomposto, isso é
768tranquilo, o recurso hídrico é muito importante, o solo é muito importante, quem
769mais que o produtor rural brasileiro que está lá na beira e ver, no caso, o rio
770secando ou seu solo indo embora, ele é o principal interessado nessa
771conservação, o que não pode é, retirar do processo produtivo essas áreas que
772a sua recuperação não garante um processo de enriquecimento da
773biodiversidade ali, naquele momento, e que esse ônus caia 100% nas costas
774do produtor. Todo mundo e aí comparado a propriedade rural, ela é uma
775empresa como qualquer outra, é um processo produtivo como qualquer outro,
776ninguém aqui tem sua empresa e ninguém na sua cidade destina 20, 35 ou
77780% da sua atividade em prol da coletividade como o produtor rural faz,
778quando você compra uma propriedade rural, você não paga 20% dela, você
779paga 100%, se entra fogo, se é desmatado que é o autuado é o próprio. Então,
780isso se paga sozinho, a propriedade rural precisa que esta legislação flexibilize
781talvez não tanto como está, nem menos, a (...) do processo de art. 8º foi uma
782questão de, e era o único que estava emperrando a votação, e se o Governo
783tivesse votado ele na primeira vez que ele fosse apresentado, teria até sido
784melhor para todos, ele obstruiu e todos acompanharam, ele obstruiu a votação
785e deu no que deu, a legislação veio até mais aberta, porque ele remetia essas
786consolidações aos (...) estaduais e depois não aceitou, achava que isso tinha
787que ser feito por decreto e nós sabemos que o decreto aqui e como a
788legislação ambiental, no caso o Código Florestal, sempre foi feita por decreto e
789não resolveu o problema, dava ao CONAMA, e aí é outra crítica, nós tínhamos
790que remeter qualquer coisa dessa legislação ao CONAMA, que o CONAMA
791estava legislando, claro, por falta de embasamento da lei lá, o CONAMA
792legislava, criava critérios de APP, criava até outros critérios a mais do que a lei
793exigia e esses critérios que não poderiam ficar porque não funcionaram até
794hoje, se não funcionaram até hoje nós acreditamos que daí para frente também

795 não funcionaria. Esse art. 8º e a Resolução veio do jeito que veio resolução
796 exatamente por uma intransigência de negociação, na qual, requeriam que
797 remetessem isso, fazer uma lista de atividades passíveis de consolidação e
798 depois via decreto e isso aí não funciona, nós acreditamos que não funciona e
799 acabou acontecendo dessa forma que está, mesmo nessa forma que está da
800 emenda 164, desse projeto 164, de qualquer jeito ela garante, você não
801 consolida automaticamente, as atividades em APP, elas vão ser dependentes,
802 desde que eles não causem impacto a solo e água e nem incentivem o
803 desmatamento dessas áreas de APP, porque ela tem uma ressalva, se não me
804 engano no parágrafo 4, que diz que, desde que não haja conversão de terras.
805 Bom, eu entrei um pouco na questão do pontual, eu falei que não ia entrar, mas
806 que nós acreditamos, é que esse texto vai trazer de volta o proprietário rural
807 e vai trazer, talvez um aspecto positivo nessa discussão, é trazer o
808 comprometimento da sociedade como um todo na conservação da
809 biodiversidade, solo e água e de tudo aquilo que vem atrelado a isso e vai
810 trazer de volta e acreditamos, o setor acredita que, a legislação e a
811 continuação da legislação ambiental vai diminuir o avanço sobre essas áreas,
812 desmatamento ilegal tem que ser coibido, ninguém defende desmatamento
813 ilegal, existe a prerrogativa e a previsão legal da utilização das suas áreas,
814 essas devem ser garantidas, e que o País entenda e respeite essas pessoas,
815 os produtores rurais, que fazem a riqueza do País, que plantam e colhem e
816 estão lá muito mais tempo, muito antes dessa legislação aqui. Então, eu queria
817 botar o posicionamento do setor que defende o Código, claro ainda vai ter
818 muita negociação, haverá outras versões, mas que esse texto para nós é um
819 bom começo para retomada do crescimento do setor e da manutenção da
820 biodiversidade. Obrigado.

821

822

823 **A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada, Ananias. Agora por ordem de
824 inscrição a Márcia Chame e depois o João Nedel do IBAMA.

825

826

827 **A SRª MÁRCIA CHAME (MS)** – Fiocruz. Esse tema é extremamente
828 complicado e eu me junto a Miguel Guerra e acho que realmente a CONABIO
829 deveria se posicionar seriamente para esse novo debate no Senado. Acho que
830 seria muito interessante e eu não vi nessa base do Governo as questões em
831 relação à saúde, porque incrivelmente se observa nesse debate é toda de um
832 lado ou de outro a questão da Biodiversidade obviamente como diz enfim
833 Miguel Guerra e outras pessoas, eu olho para os filhos e sinto um pouco de
834 vergonha do país que vou deixar para eles e acho interessante nesse debate
835 que tudo se argumenta em prol da qualidade de vida das pessoas, e todos os
836 nossos estudos e pesquisas mostram Fiocruz agora fez um enorme esforço no
837 mapeamento sócio ambiental das injustiças sócios ambientais e é onde elas
838 são maiores, e os problemas de saúde são maiores é onde existe a perda da
839 Biodiversidade. Então isso me parece um discurso meio antagônico quando
840 nós usamos toda essa argumentação do desenvolvimento e toda essa questão
841 do solo como a obtenção de riqueza da qualidade de vida e infelizmente nós
842 observamos o contrário, na maior parte e onde existem os grandes surtos de
843 doenças e infelizmente isso não é contabilizado em nenhum momento o
844 Governo nem as atividades incorporam o custo da saúde, da vida das pessoas,

845na morbidade em todos os seus processos de desmatamento de grandes obras
846de nada disso e isso o Ministério da Saúde paga a conta sozinho, nós
847apagamos como contribuintes e as pessoas que morrem no hospital
848certamente pagam por isso, então eu acho que esse é um argumento
849extremamente forte e existem já bastante, estamos avançando muito nesses
850estudos eu acho que isso apóia uma série dessas negociações mostrando que
851na verdade a Biodiversidade mantém filtros de doenças bastante importantes.
852E eu acho que existem coisas que temos que desmistificar, por exemplo,
853vamos ocupar até 1800 metros de altitude que sobra de 1800 metros nesse
854país de altitude nada esse é um país baixo, então isso é para dizer o que para
855quem? Eu acho que essa qualificação dessas coisas tem que ser pontuadas eu
856acho que a academia a ciência e todos os nossos órgão acho que podem
857qualificar e desmistificar uma serie dessas coisas que nós viemos criando
858qualidade de vida, quando vamos olhar isso a qualidade de vida é péssima a
859quantidade de pessoas morrendo nesse país por uso de agrotóxicos indevidos
860e utilizados de forma irresponsável é catastrófica, e é isso que chamamos de
861desenvolvimento? Então é desenvolvimento para quem? A área da saúde acho
862que deve ficar bastante posicionando em relação a isso e eu acho que
863devemos enfim gostaria que nós contribuísse muito mais com essa
864negociação.

865

866

867**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Muito obrigado Márcia. Passo agora a
868palavra para o Nedel do IBAMA e depois para o David Oren e Helington Rocha
869do MAPA.

870

871

872**O SR. JOAO CARLOS NEDEL (IBAMA)** – Inicialmente eu gostaria de mais
873uma vez colocar o IBAMA através da diretoria de florestas a disposição do
874Ministério do Meio Ambiente com seus técnicos para colaborar nessa questão
875do código florestal, eu acho que nós temos um potencial que poderia ser mais
876útil como base técnica para ajudar no subsídio ao Ministério do Meio Ambiente.
877Eu acredito que a questão, alguns temas ao longo dos anos foram mal
878legislados quando a gestão florestal principalmente passou aos Estados, por
879exemplo, a reserva legal, eu acho que a figura da reserva legal fundamental,
880fantástica em cada propriedade porque no fundo além da questão da
881Biodiversidade ela vem proteger a agricultura protege na questão do solo,
882protege no auxílio até de alguns cultivos agrícolas que necessitam de destacas
883que vai na sua reserva legal enfim ela tem o potencial de manejo grande para
884atender não suas propriedades, mas também o manejo como um todo.
885Acontece que ao longo dos anos foi mal interpretada e hoje e muitas
886legislações transformaram as reservas legais praticamente em áreas de
887preservação permanente, então esse foi um equívoco que nós temos visto ao
888longo dos anos e mais uma vez as polaridades ruralistas e ambientalistas, eu
889também acho que talvez falta divulgar mais por parte do Governo dos
890benefícios das florestas nessas propriedades na questão água, agricultura hoje
891praticamente 80% de toda água é usada na irrigação e que depende da
892cobertura florestal a questão dos insetos hoje nós temos países como a
893Inglaterra plantando flores porque tem dificuldade de recuperação dos seus
894insetos, eu acho que está faltando uma compreensão maior em termos de

895divulgação desses benefícios e o agricultor mais uma vez ele vendo o que
896poderia ser uma alternativa do aumento da sua produtividade agrícola ele vem
897como empecilho como, por exemplo, a reserva legal, isso aconteceu na minha
898família numa pequena propriedade onde parentes meu me disseram olha aqui
899o Governo tem uma área aqui dentro da minha propriedade, não é verdade o
900Governo não tem área é uma área que está lá para benefício do agricultor e da
901sociedade não é? Então essas restrições agora por outro lado uma coisa que
902senti ausência nessa nova legislação é, por exemplo, na grande reserva legal
903quer dizer qual o benefício que tem de apoio quem tem lá na sua propriedade
90480% da reserva legal que quer fazer o seu manejo florestal? De um lado o
905sistema agrícola temos todo um aparato que vai da pesquisa, da assistência
906técnica, da estrutura de escoamento e etc. e etc. e o proprietário que é
907obrigado realmente a ter o percentual auto na sua reserva como reserva legal
908ele não dispõe de assistência técnica, ele não dispõe de benefício quase que
909nenhum econômicos para fazer aquele manejo, então nós temos todo ano nós
910temos, por exemplo, a situação na Amazônia e a nossa instituição tenta da
911melhor forma coibir nós temos 500 homens do IBAMA neste momento no
912campo, agora por quanto tempo? Enquanto não Buscamos alternativas
913econômicas a sustentabilidade que nós estamos defendendo, eu acho que
914deveria prevê o código deveria prevê mecanismos de apoio financeiro ao uso
915sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros. Então eu
916acho que essa polarização ambientalista ruralista se afirmou nesses últimos
917meses ou anos dessa discussão enquanto que está faltando o caminho do
918meio que é o caminho da sustentabilidade.

919

920

921**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada, Nedel. David Oren do MCT.

922

923

924**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** - O Ministério de Ciências e Tecnologia
925pretende que a ciência seja colocada a disposição da sociedade para informar
926políticas públicas, sabemos muito nisso enquanto que nos Estados Unidos a
927questão de mudanças climáticas ainda é um debate político chega ao nível
928estúpido aqui incorporado as políticas públicas. Com o novo Ministro
929Mercadante e meu novo secretário Carlos nobre depois do desastre na região
930serrana do Rio somos colocados para ter já em funcionamento para o parto do
931território nacional o sistema de alerta de desastres, é assim que o Ministério
932trabalha, ficamos muito desapontados no mínimo que a contribuição da
933comunidade científica através do relatório muito bem contemplado que foi
934apresentado pela academia brasileira de ciência e a sociedade brasileira do
935progresso da ciência, foi completamente ignorado nesses debates pela maioria
936que votou a favor das modificações do código florestal, não foi ignorado porque
937foi colocado realmente para o pessoal que foi derrotado na Câmara, e além de
938ser ignorado pela maioria que votou foi hostilizado a comunidade científica foi
939hostilizada, o relator colocou que quem contribuiu para esse relatório era
940essencialmente fantoche de interesse estrangeiros, não, repudiamos essa
941atitude de hostilidade a comunidade científica, eles eram defensores dos mais
942importantes interesses nacionais e esperamos que no Senado a comunidade
943científica seja escutada com mais respeito.

944

945

946 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada David. Por favor, Helinton.

947

948

949 **O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA (MAPA)** – Em primeiro lugar gostaria de
950 cumprimentar o Dr. João de Deus pela costumeira brilhante apresentação, que
951 analisaram pontos de avanços inclusive na proposta que está sendo analisada
952 pelo Senado, acredito que esse muito antes de ser o momento onde nós nos
953 posicionemos como CONABIO que é um órgão de assessoramento do
954 Ministério do Meio Ambiente sobre um ato do legislativo, e acho que livre e
955 graças a Deus numa democracia todos os órgãos devem fazer eu acho que
956 SBPC e todas as organizações que representam os atores envolvidos que é
957 desde os pesquisadores, a comunidade tecnológica que envolve que está
958 envolvida no processo de produção, os produtores, os consumidores, os agro-
959 industriais o consumidor, eu acho que tudo isso deve se posicionar muito bem
960 nesse debate na minha concepção não cabe a CONABIO se posicionar como
961 órgão assessor do Ministério do Meio Ambiente no debate que está
962 acontecendo no legislativo que seria uma intromissão desvendo indevida do
963 executivo no debate que é coordenado pela Casa Civil, agora antes
964 complementando isso eu acho que uma observação técnica sobre o que está
965 acontecendo é muito importante, fazer uma legislação com todas as boas
966 intenções que se fez e eu acredito que as boas intenções sempre
967 prevaleceram aqui no CONAMA, nos órgãos técnicos de assessoria do
968 Ministério do Meio Ambiente e toda a legislação infra legal que foi feita na
969 verdade tem aí um grande lição, o tamanho da votação expressiva dos
970 parlamentares nos diz muito sobre como a sociedade está vendo isso a
971 ineficácia da legislação federal de maneira geral é uma coisa bastante grave. O
972 Ministério da Agricultura acabou de fazer um levantamento sobre os normativos
973 infralegais que ele tem e encontramos 85 mil atos, cem mil atos entre contando
974 os nossos mais dos demais Ministérios agem sobre uma propriedade agrícola
975 alguma parte disso ativo e uma parte que vigeu durante um determinado
976 período. Então nós temos na verdade uma facilidade de gerar atos ou de
977 manifestar as intenções dessa comunidade que faz política pública, mas uma
978 dificuldade muito grande de implementá-la como é que será que estão hoje nós
979 estamos iniciando uma seca, como é que será que está hoje os orçamentos
980 necessários para combater os incêndios que certamente ocorrerão nas áreas
981 públicas? Não bastamos criticar os órgãos que administram a maior reserva do
982 país que é o Governo, nós temos que ver como está o operacional dessa
983 questão, temos que ver se esse contingenciamento está proibindo que a
984 Biodiversidade que estão nos parques preservados de maneira absolutamente
985 sagrada precisam ser ter planos de prevenção e combate aos incêndios
986 florestais, por exemplo, então eu vejo que a preocupação com a Biodiversidade
987 não se dá nesse momento na intervenção nossa como CONABIO no
988 Congresso, se dá sim em trabalhar as questão e aprender com o que está
989 acontecendo aí de certa maneira a ineficácia das políticas pública fizeram uma
990 mobilização fantástica que poderia não fosse a mão de Aldo Rebelo que um
991 cara que prevê que mantém a ética na sua vida política, se não fosse a mão
992 dele talvez um desequilíbrio muito maior viesse para cima do código ambiental.
993 Quer dizer nós temos com certeza que pensar que é verdade está no meio que
994 o equilíbrio e o diálogo é a única saída que nós temos nessa situação, mas o

39

20

40

995 tamanho da votação do Congresso sinaliza que nós precisamos melhorar o
996 nosso processo de elaboração de regras infralegais e, principalmente, a
997 operacionalização daquilo que nós fazemos, sequer pelo ter crédito dado como
998 civil ação nós precisamos se nós queremos ter credibilidade como civilização
999 nós precisamos aparelhar que as leis que são feitas ocorram e elas sejam
1000 verdadeiramente aplicadas, porque a não aplicação da lei leva a criação de um
1001 passivo moral que no final pode dar uma reação muito pior do que aconteceu.
1002 Então eu vejo que há sim a necessidade de um marco novo simplificador e que
1003 nós exigindo X cobre X, não é exigir dois X e nos contentarmos com 1/4 do X.
1004 assim começa um processo de credibilidade, Governo sem credibilidade,
1005 executivo sem credibilidade é uma coisa muito arriscada e todos nós no
1006 Ministério não estou falando isso do Meio Ambiente estou falando de todo o
1007 Governo a nossa cultura brasileira é muito de jogar norma e não fazer com que
1008 ela seja eficaz e eficientemente cumprida, então os mecanismos de
1009 implantação desse código daqui para frente me preocupa muito mais porque o
1010 contingenciamento ocorrem todo ano será que esses contingenciamentos não
1011 estão afetando essa Biodiversidade mais do que a regularização desse código?
1012 Eu acho que é um momento que a visão científica a visão técnica nisso
1013 complemento a intervenção do professor David Orem precisa ser qualificada,
1014 precisa ser qualificada e ela precisa ter o poder de expansão, o poder de ter no
1015 Congresso repercussões do que ela mostra com atos eu acho que a
1016 qualificação dessa conversa é fundamental para a operacionalização de que
1017 seja aprovado com veto, com derrubada de veto, com o que for que aconteça
1018 daqui para frente eu acho que é o momento mais de reflexão do que de batalha
1019 por parte desse Colegiado.

1020

1021

1022 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Muito obrigada, Helington. Desculpe não
1023 tinha visto que você tinha se inscrito.

1024

1025

1026 **A SR^a SÔNIA DITRICHE (ABC)** – Representante da Academia Brasileira de
1027 Ciência substituindo a titular hoje. Eu fiquei quieta e escutei bastante apesar de
1028 no primeiro momento eu já ter convicção de que a proposta do nosso colega
1029 Miguel Guerra era mais ou menos o que eu pensava o tempo todo, em primeiro
1030 lugar eu achei que a situação que o João de Deus apresentou hoje deixou mais
1031 assustada com as conseqüências que poderão advir desse projeto ser
1032 aprovado, eu acredito mesmo que esse projeto não atende as necessidades
1033 para o Meio ambiente e exatamente também como disse a colega Márcia para
1034 a saúde da população em geral. E a terceira coisa que eu queria dizer é que eu
1035 estava olhando o relatório da academia e da sociedade brasileira para o
1036 progresso da ciência que foi ignorada e como disse o professor Aires até
1037 hostilizada, por exemplo, apesar de toda essa legislação que incomoda tanto a
1038 agricultura a produtividade brasileira aumentou bastante nos últimos anos com
1039 todas essas restrições pelo menos é o que está aqui na figura três do relatório
1040 na página trinta e alguma coisa. 34. Então realmente eu gostaria de saber qual
1041 seria a consequência agora de ter toda essa modificação se isso iria realmente
1042 implicar em aumento de produtividade? Porque nós estamos tendo um
1043 aumento grande de produtividade com todas as alegadas restrições então
1044 realmente eu acho que não é isso que está alimentando a produção, e outra

1045coisa pode levar a um desastre muito maior. Então eu queria apoiar a sugestão
1046do Miguel Guerra de que nós disséssemos, alertasse primeiro ao Ministério do
1047Meio Ambiente e depois ao Governo de um modo geral e quem sabe mais
1048tarde também até ao Congresso dependendo da decisão que tomemos aqui,
1049que esse código não serve para um lado nem para o outro então seria muito
1050melhor já que o Senado está pedindo mais tempo para discutir isso que isso
1051fosse realmente discutido com muito mais tempo porque pelo que o João
1052também falou não existe essa pressa que estão alardeando para essa
1053resolução, então que se dê mais tempo, que se discutida melhor e que se ouça
1054o cientistas porque afinal da contas os cientistas ajudaram a melhorar a
1055produção brasileira e podem também ajudar bastante na conservação da
1056Biodiversidade e dos ecossistemas muito obrigado.

1057

1058

1059**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada Sônia. Ângelo Ramalho do
1060MPA.

1061

1062

1063**O SR. ÂNGELO RAMALHO (MPA)** – Eu acho que esse debate pensando no
1064tal embora de alguns ranços, cantadas de vitória outros de derrotas eu acho
1065que nós temos que ter a sensibilidade de analisar todos esses anos o que nós
1066fizemos, porque essa situação chegou até esse ponto? Será que só é o
1067Ministério do Meio Ambiente que tem razão? Será que só o Ministério da
1068agricultura que tem razão? Eu acho que esse debate de hostilizar opiniões
1069como foi o caso aqui do MCT ele não contribuiu para construir nada, eu acho
1070que a sociedade com todo seu segmento ela tem que ser ouvida, ela tem que
1071ter jogo de cintura para poder conseguir aquilo que ela defende e não dizer eu
1072sou mais certo e outro é mais errado. Então eu vejo muito da questão do
1073código florestal é uma falta de consenso, uma falta de jogo de cintura porque
1074os agricultores podem estar certo, o Ministério do Meio Ambiente pode estar
1075certo, aqueles que defendem de forma irrestrita a preservação ambiental
1076também podem estar certo, então eu sempre me coloco que o melhor acordo é
1077aquele que é feito não aquele que é adiado, têm muitos pontos dentro do
1078código que estão realmente estão muito ruins têm outros que estão bons se
1079nós formos desse debate que o CONABIO vai ter que se manifestar, seja a
1080favor de uma posição dos agricultores, seja a favor da posição dos
1081ambientalistas eu acho que estamos perdendo o nosso tempo porque aqui é
1082um Fórum multidisciplinar várias representatividades eu acho que só íamos nos
1083desgastar nesse ponto eu acho que podemos construir até naqueles pontos
1084que temos consenso levar isso, agora entrar no debate de estou certo estou
1085errado vai ficar muito ruim. Essa é a minha opinião.

1086

1087

1088**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** - Endosso as colocações do
1089representante do Ministério da pesca e Aquicultura justamente que não deve
1090hostilizar, e o Ministério da Ciência e Tecnologia em momento nenhum queria
1091hostilizar ninguém da comunidade científica precisa ser escutada, e que o que
1092nós não podemos endossar é atitudes que questionam o patriotismo da
1093comunidade científica como foi feito pelo relator. Estou de pleno acordo
1094hostilizar não é o jeito têm interesses diferentes, tem agora que tudo indica que

1095com o clima que tem no Congresso vai ter tempo para debater de uma maneira
1096mais contemplada e etc. no Senado é ser muito saudável e que é justamente
1097isso hostilizando não é o jeito, e sim escutando todas as partes e chegando a
1098um acordo que atende os interesses de todos com o embasamento científico.

1099

1100

1101**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada, David. Sônia você quer ainda
1102fala?

1103

1104

1105**A SR^a. SÔNIA DITRICHE (ABC)** – Não.

1106

1107

1108**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Eu gostaria de dar a palavra ao João de
1109Deus para que ele dê sua opinião sobre tudo o que foi exposto aqui.

1110

1111

1112**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Fiquem tranquilos que vou fazer
1113isso não, senão me alongo aqui até resto da tarde, mas eu procurar ser breve
1114no sentido só de destacar alguns pontos das falas que eu ouvi e que eu acho
1115que é relevante para que possamos também ter uma compreensão melhor
1116desse processo, o primeiro é que essa discussão sobre a reformulação
1117legislativa do código é essencialmente um processo político e que ele está se
1118travando no espaço adequado que é o espaço da Câmara e do Senado, então
1119a participação e a possibilidade de contribuição dos setores da sociedade
1120organizada é algo absolutamente legítimo e desejável, então o nosso apelo
1121aqui é nesse sentido de que nós tenhamos enquanto a capacidade de
1122influência com nossos grupos também está auxiliando essa divulgação para
1123que as pessoas se desenvolvam eu só faço essa menção Wellington no
1124sentido que a nossa solicitação é exatamente até atendendo ao apelo que
1125várias lideranças no Senado manifestaram, da necessidade de fazer chegar a
1126eles esses insumos para que essa qualificação se dê então nosso apelo vai
1127muito nesse sentido. Outro ponto que eu acho que é importante destacar para
1128compreender todo esse fenômeno é que é óbvio que um assunto tão polêmico
1129como esse ele suscita polarizações. Nós tentamos deliberadamente procurar
1130contornar isso sobre todos os aspectos no âmbito do Governo a tentativa de
1131levar aprofundar esse diálogo com os diferentes Ministérios para construir uma
1132proposta de governo é óbvio que foi um exercício difícil, mas foi algo que foi
1133exatamente perseguido para evitar que nós tivéssemos o que fosse posição do
1134MAPA, do MPA, do MMA eu tentamos construir uma posição de Governo,
1135agora é óbvio que mesmo internamente isso também reflete as diferença de
1136posições em diferentes momentos você tem posições defendidas pelo MAPA
1137que não são defendidas pelo MMA enfim, isso aconteceu, mas tivemos um
1138clima muito tranquilo de prosseguir esse diálogo e chegar num texto que foi o
1139que nós encaminhamos a Casa Civil que de certa forma refletia uma posição
1140dos Ministérios tanto com a sua percepção política quanto técnica para
1141subsidiar a construção dessa posição do Governo. E também essa polarização
1142em ter Agricultura e Meio Ambiente ela também não ajuda em nada e é muito
1143artificial até porque nós tivemos um grande esforço de trabalho junto com os
1144movimentos organizados da Agricultura, diálogo com a CNA, diálogo com a

1145ÚNICA, com a CONTAG, com a FETRAF e muitas das propostas apresentadas
1146são propostas que foram construídas nesse diálogo. Os movimentos
1147organizados da Agricultura Familiar, por exemplo, fizeram um trabalho intenso
1148nos trouxeram enormes demandas a CONTAG, a FETRAF, via Campesina e
1149obviamente nessa construção nem todas essas demandas puderam ser
1150incorporadas, mas acho que é importante aqui frisar que todos esses
1151movimentos organizados da Agricultura e me corrijam os representantes dos
1152setores se eu tiver errado, mas nós não ouvimos em momento nenhum
1153qualquer posição de defesa, por exemplo, a eliminação de APP e reserva de
1154nenhum desses setores, então a construção dessa via intermediária é óbvio
1155que ela é possível nessa sinalização o que nós tivemos de reflexo da votação
1156no Congresso eu acho que antes de tudo nos deixa muito claro que a
1157composição atual desse Congresso é muito conservadora, e aí o reflexo que
1158isso pode traduzir em termos de opinião pública da sociedade de forma mais
1159ampla é algo que precisamos estar muito atentos, porque depois da votação
1160também a minha percepção é de que há uma tendência muito clara de uma
1161manifestação de diversos setores da sociedade colocando um questionamento
1162e preocupação de forma muito direta na direção de que o texto que foi
1163aprovado é um texto que não tem assim toda essa anuência, ou os 400 e
1164tantos votos não indicam também uma hegemonia da sociedade, então eu
1165acho que temos que ficar atento e me parece que o Senado está muito atento a
1166isso. E agora para finalizar principalmente em cima das observações do Guerra
1167e do Ananias, eu vou de novo frisar, para nós essa questão da emenda 164
1168introduziu um ponto nesse debate extremamente complicado, primeiro porque
1169ela tem essa implicação prática sim Ananias de praticamente liquidar a figura
1170de APP em ambiente rural e volto a frisar foi algo que mesmo o relator o Aldo,
1171em vários momentos sempre se manifestou no sentido de que ele não estava
1172eliminando a figura de APP, a interpretação e pode ser inclusive uma indicação
1173clara da necessidade de se aprofundar melhor esse debate até porque o
1174emenda 164 surgiu aos 47 do segundo tempo, nem houve muito esse tempo
1175para um debate, uma avaliação foi uma proposta que apareceu lá no último
1176momento e até nesse sentido e aproveitando tua fala Ananias eu peço a
1177interpretação do parágrafo quarto, na nossa interpretação ela está totalmente
1178desvinculada do capte porque ela trata de outra matéria, e realmente você tem
1179razão no sentido que o parágrafo quatro ele abre a possibilidade de ampliar
1180outras atividades para regularização ela já é mais amarrada que o capte e para
1181essa sim você tem a ressalva da observância desses aspectos, no entanto o
1182capte ele abre sem ressalva para supressão de vegetação e aí é que está o
1183dado delicado, então assim até mesmo ter uma compreensão clara dessa
1184implicação é algo que nós precisamos aprofundar mais, talvez até a própria
1185intenção do relator quando aceitou esse texto talvez não tenha tido até no calor
1186da discussão e por falta desse tempo de ter essa análise mais aprofundada,
1187pode ter entendido dessa maneira, mas assim no mínimo é um texto que vai
1188gerar muita insegurança jurídica porque você tem um capte dizendo algo
1189diferente, e a própria questão desse conflito com relação a remessa das
1190previsões para um Decreto ou para o CONAMA e aí esse tencionamento para
1191o Estado, eu acho que é importante que nós friseamos que esse debate ele
1192estava centrado sobre a previsão de estabelecer atividades que poderiam ser
1193enquadradas como baixo impacto, utilidade pública ou interesse social que são
1194as exceções para tratamento APP, ora no âmbito da legislação florestal a

1195 União ela tem que se limitar a estabelecer regras gerais, e essas exceções na
1196 minha avaliação se enquadram exatamente no que tem que ser uma regra
1197 geral por se tratar de exceção, já que a regra de área de preservação
1198 permanente é manter área preservada, as exceções ou seja aquele tratamento
1199 excepcional que admite a supressão de vegetação dessas áreas isso é algo
1200 que tem que ter sim um condão de regra geral, não posso admitir que em cada
1201 Estado eu tenha uma exceção sendo estabelecida de forma desconexa, isso
1202 porque levaria inclusive uma situação pensando em termos de federação numa
1203 situação muito delicada em que, por exemplo, no Estado A eu tenha um grau
1204 de flexibilização muito maior do que do Estado vizinho. Então esse ponto e
1205 trabalhar com a perspectiva de trazer já para o texto da lei um rol de atividades
1206 para cada uma dessas categorias foi muito debatido e não é nenhuma proposta
1207 inconsequente porque o que se trabalhou foi em cima dessas que já estão
1208 previstas pela resolução do CONAMA, que de certa forma entende a maioria
1209 das atividades que realmente justificam o tratamento excepcional o que pensou
1210 em termos de remeter a Decreto foi para outras atividades além dessas que a
1211 lei já traria para você também não ter uma norma tão fechada a ponto de
1212 depois no futuro surgir um caso não havia previsão na lei você fica sem um
1213 mecanismo para resolver isso. Mas enfim o que eu queria chamar a atenção
1214 dos senhores para fechar aqui minha fala é essa, ter essa clareza e a própria
1215 segurança de entender que esse é um processo de debate político e é
1216 importante não só legítimo, mas é recomendável que a sociedade se estruture
1217 para fazer chegar aos nossos representantes as suas posições como subsídios
1218 para qualificar esse debate e reforçar muito aqui essa nossa preocupação com
1219 o texto do artigo oitavo que foi incorporado com essa emenda 164, porque foi
1220 um assunto que chegou no âmbito desse debate já nessa etapa final mesmo já
1221 quase que no momento do votação e ela introduz uma nova previsão que
1222 nunca foi objeto de debate nesse processo, e ao contrário ela traz agora uma
1223 previsão que nós já tivemos em todos esses momentos de debate posições de
1224 todas as lideranças na direção oposta que é essa de entender que nós temos
1225 que manter as figuras de APP como algo defensável. Isso é importante e eu
1226 friso porque no tocante a Biodiversidade não só a Biodiversidade, mas com
1227 relação à biodiversidade e a sustentabilidade e segurança das nossas
1228 atividades como Nedel ressaltou da reserva legal essa mudança pode ser
1229 realmente muito impactante, porque nós estamos falando aqui de áreas de
1230 preservação permanente e nós já temos uma estimativa de algo em torno de
1231 40 milhões de hectares de áreas de preservação permanente que precisariam
1232 ser recompostas, com a abertura dada aqui em tese estou falando de uma
1233 projeção sem entrar na avaliação de mérito Ananias, mas com abertura de
1234 previsão de supressão para atividades agropastoris em área de APP, isso
1235 significa que nós estaríamos colocando mais uma área que valem até 60
1236 milhões de hectares de APP com cobertura vegetal numa situação de
1237 fragilidade, porque em tese poderiam ser suprimidas para recepcionar a
1238 atividade de agricultura, de silvicultura ou de pecuária o que é realmente
1239 preocupante nesse cenário e como a Sônia falou desnecessários, porque nós
1240 temos como aprimorar esses processos de produção agrícola e pecuária com o
1241 apoio da ciência melhorando a produtividade no cenário que nós já temos um
1242 quantitativo de área subutilizado ou mesmo áreas degradadas que podem
1243 recepcionar tranquilamente essa expansão das atividades no meio rural ou na
1244 própria CNA entende e defende. Então acho que nós termos a tranquilidade

1245para poder aproveitar esse momento agora do Senado nessa perspectiva de
1246fazer com que a sociedade consiga fazer chegar aos nossos representantes no
1247Senado essas posições com essa tranquilidade, que são posições estão sendo
1248levadas como subsídios para que eles possam tomar a melhor decisão e
1249efetivamente nós tenhamos uma norma em termos de ordenamento do espaço
1250rural e urbano que seja uma norma não só defensável, mas uma norma que
1251auxilie o país a consolidar essa rota de desenvolvimento com consequência,
1252com responsabilidade e, por conseguinte seja o desenvolvimento sustentável a
1253longo prazo. Eu finalizo e agradeço imensamente Daniela a oportunidade e
1254ficamos nós aqui do Ministério a disposição estamos acompanhando esse
1255processo e ficamos a disposição tanto para no que for possível apoiar esse
1256debate com os senhores, como também na recepção de subsídios que
1257eventualmente vocês possam nos passar para que nós possamos também
1258estar atuando de forma mais efetiva nesse momento agora no Senado.
1259Obrigado.

1260

1261

1262**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Muito obrigada, João. Agradeço
1263imensamente sua participação e seus esclarecimentos que você deu aqui para
1264nossa Comissão.

1265

1266

1267**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Peço licença que eu tenho que
1268preparar o material que agora 2 horas estou lá no Senado para outra maratona.

1269

1270

1271**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Eu acho que o que restou para
1272discutirmos agora seria se a CONABIO deve se posicionar de alguma maneira
1273com relação a essa proposta de alteração no código florestal. Porque eu
1274gostaria de aproveitar a presença do Carlos Fonseca que não pode estar aqui
1275hoje a tarde, eu gostaria que ele pudesse fazer o relato dele nesse momento e
1276que depois nós discutíssemos se a CONABIO deve ou não se posicionar com
1277relação as propostas de alteração no código florestal vocês concordam com
1278isso? Então eu vou passar a palavra para o Carlos Fonseca ele vai fazer os
1279dois relatos. Obrigada.

1280

1281

1282**O SR. CARLOS FONSECA (ACESSORIA INTERNACIONAL DO MMA)** – Eu
1283peço desculpas a todos pelo inconveniente, mas realmente a tarde está
1284complicado e eu prometo não me demorar muito. Bom, o GC é um comitê
1285intergovernamental estabelecido no âmbito da organização de mundial de
1286propriedade intelectual, para debater a relação entre propriedade intelectual,
1287recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e expressões culturais
1288tradicionais, genericamente chamadas de folclore. O Brasil a preocupação
1289grande do Brasil com essa questão é a proliferação do debate da ABS de
1290acesso a recursos genéticos em diversos fóruns, o Brasil vinha defendendo
1291que o Fórum adequado para tratar do tema era a convenção sobre a
1292diversidade biológica que já tinha um trabalho em curso há bastante tempo
1293lidando com essa questão e tentando chegar a um denominador comum, então
1294nas sessões anteriores desse comitê o Brasil sempre procurou frear a

1295discussão, eu participei das reuniões de coordenação inter-ministerial aqui no
1296Brasil e o MMA sempre levou essa preocupação de não deixar a discussão
1297correr demais nos outros fóruns enquanto nós não chegássemos a um termo
1298comum no âmbito da ACBB. Com a doção de protocolo de Nagoya ano
1299passado no Japão esses outros fóruns não só ontem, mas também ao MAS
1300também que devem dar uma caminhada, o pessoal do FAU deve dar uma
1301caminhada, então essas discussões sobre ABS deve começar a ter uma
1302dinâmica maior nesses outros fóruns tendo como regra geral o protocolo de
1303Nagoya sobre ABS, o próprio protocolo apesar de ter um escopo amplo para
1304abarcar todos os recursos genéticos e todos os conhecimentos tradicionais
1305associados a recursos genéticos, ele prevê no artigo seguinte ele prevê a
1306possibilidade de que regimes especializados sejam criados em outras
1307instâncias, então esse regime essa discussão se insere nesse contexto. Essa
130818ª sessão não posso dizer que foi uma reunião frutífera foi proveitosa, mas
1309não foi muito frutífera e eu vou explicar por que. Foi a primeira vez que esse
1310grupo se reuniu com objetivo de trabalhar redação de texto então ela foi
1311precedida por três reuniões de especialistas, três ategues que é um grupo de
1312trabalho temporário de especialistas para cada um dos temas, o tema sobre
1313recursos genéticos foi representado pela Kátia do MAPA, o tema de
1314conhecimentos tradicionais a representação foi da Carla Lemos aqui do
1315Ministério do Meio Ambiente e o grupo sobre folclore não teve a participação
1316ativa do Brasil até porque o Ministério mais ouvido que é o Ministério da
1317Agricultura ele não vê com grandes preocupações a discussão, então esses
1318grupos, esses ategues elaboraram propostas de texto e essas propostas de
1319texto resultaram em relatórios que foram considerados a base de trabalho para
1320essa 18ª sessão que foi realizada agora de 9 a 13 de maio em Genebra na
1321Suíça. A divisão dos trabalhos foi um pouco desequilibrada nos dois primeiros
1322dias o trabalho foi focado em recursos genéticos e os dois seguintes em
1323conhecimentos tradicionais foi apenas um turno dedicado a folclore e não
1324caminhou muito, o último dia foi sistematicamente protocolar de encerramento da
1325reunião e os dois na verdade os 4 primeiros dias foram dias de trabalho
1326realmente. Quanto a recursos genéticos a discussão mostrou realmente a
1327polarização muito grande entre dois grandes grupos de países um
1328representado pelos Estados Unidos, a União Européia, Rússia, Austrália,
1329Coréia, por exemplo, e do outro lado o grupo africano muito bem coordenado o
1330pessoal da América Latina e Caribe embora nós não possamos falar no grupac
1331porque não existe coordenação do grupac no âmbito da OMP, e também aí nós
1332podemos puxar o terceiro grupo um pouco mais radical que seria da nova
1333ALBA que é essa aliança bolivariana Bolívia, Venezuela com posições bem
1334extremistas também. A discussão tentou reduzir o número de opções de texto
1335então nós temos um relatório agora que apresenta uma redação de texto um
1336pouco menor só que o problema é que a lógica do processo não foi muito
1337adequada, o tchess de cada grupo desses foi muito questionado e o problema
1338maior é que a lógica que foi adotada é que inicialmente todo mundo poderia
1339propor o texto que achasse adequado ele era incluído no projetor na tela, e a
1340noite tinha previsto na agenda da reunião já tinha previsto uma reunião que se
1341estendesse até as 09h30min da noite, e aí à noite esse grupo de redação
1342trabalharia sobre as opções inseridas durante o dia, e aí a noite claro muitos
1343países estavam representados unicamente pelo seu Embaixador junto ao AMC
1344por se representante junto ao AMC e esses países não estavam presentes

1345sobre o grupo de redação noturno, e aí o que aconteceu é que esse grupo não
1346tinha ninguém que defendesse o texto a noite o texto caía, esse era o
1347procedimento adotado pelo tchess o que resultou claro na plenária final num
1348questionamento, numa discussão muito intensa o pessoal da Bolívia, da
1349Venezuela, das organizações da Sociedade Civil reclamaram muito do
1350procedimento então o texto que tinha caído vão acabar voltando para o texto,
1351então a reunião não foi muito frutífera a discussão foi muito proveitosa
1352podemos verificar que a lógica uma lógica completamente diferente da que nós
1353vemos no Fórum da CDB, por exemplo, talvez até por estar sediada ao lado da
1354OMC a organização da propriedade intelectual ela tem o viés extremamente
1355econômico, nós temos a presença dos Estados Unidos que não estão na CDB
1356e eles exercem uma pressão muito forte também e a resistência a seguir e até
1357mesmo a citar expressamente o protocolo de Nagoya é muito grande. Então as
1358discussões sobre ainda prometem levar muito tempo ainda já estava
1359conversando já inclusive no meio da reunião falando sobre a 19ª sessão sendo
1360que ainda nem tinha mandato para isso, então realmente ainda vai levar muito
1361tempo nessa discussão e o Brasil tem que ter o papel ativo justamente com o
1362objetivo de evitar o enfraquecimento do protocolo de ABS, do protocolo de
1363Nagoya justamente por essa proliferação de instrumentos paralelos, alógica da
1364OMP é que realmente essa discussão gere três novos documentos a natureza
1365jurídica deles ainda, mas a tendência é que vire em três documentos
1366internacionais um sobre recursos genéticos, ou seja, propriedade intelectual em
1367recursos genéticos, um sobre propriedades e conhecimento tradicionais e um
1368propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais e um terceiro sobre
1369propriedade intelectual e folclore, então os documentos que ficou constando o
1370relatório final são realmente três documentos em separado com vista enviada a
1371documentos internacionais sem que se tenha discutido a natureza jurídica de
1372cada um deles. Eu posso tentar fazer um relato sobre o protocolo de Nagoya.
1373O protocolo de Nagoya a decisão que adotou o protocolo de Nagoya a decisão
1374dez um da COP 10 realizada no passado no Japão prévia que com vistas
1375acelerar a implementação do protocolo e as questões administrativas e
1376jurídicas relacionadas a ele, fossem solucionadas mesmo antes que fossem
1377atingidas as 50 ratificações necessárias para sua entrada em vigor. Então
1378foram marcadas duas reuniões do chamado comitê intergovernamental para o
1379protocolo de Nagoya a primeira reunião vai ser exatamente semana que vem
1380dos dias 6 a 10 de junho e a segunda provavelmente em fevereiro do ano que
1381vem, essa primeira reunião ela têm alguns temas que são considerados mais
1382tranquilos que seria realmente a questão de capacitação que é o foco principal
1383desse protocolo de Nagoya realmente é impossível pensar na implementação
1384dele sem que se tenha um esforço efetivo de capacitação nos países
1385principalmente nos países provedores, outra preocupação é conscientização
1386pública e um terceiro tema um pouco mais tranquilo também é a questão de um
1387kenehouse de um mecanismo de troca de experiências voltadas
1388especificamente para a ABS mais ou menos nos moldes do bay see the Cliff
1389house que existe para o protocolo de Biossegurança de Cartagena, então na
1390verdade muitas das lógicas seguidas no protocolo de Cartagena estamos
1391tentando seguir também no protocolo de Nagoya que Cartagena foi o primeiro
1392protocolo ACDB então muitos dos procedimentos administrativos devem seguir
1393o mesmo viés. Quanto ao quarto item dessa primeira reunião que é
1394cumprimento aí é que se verifica realmente a maior preocupação do Governo

1395 Brasileiro no processo negociador cumprimento era um tema que os países
1396 desenvolvidos não tinham interesse em avançar, ou seja, a lógica do
1397 cumprimento desse protocolo é que dentro de suas legislações os países, os
1398 usuários prevejam mecanismos e instrumentos que garantam o cumprimento
1399 da legislação dos países provedores, então se a legislação no primeiro
1400 momento o protocolo prevê que os países provedores devem ter legislações
1401 voltadas para acesso e repartição de benefícios, então os países provedores
1402 assumem essa responsabilidade inicialmente de criaram mecanismos legais
1403 dentro dos seus países só que se não houver mecanismos de cumprimento
1404 que garantam que essa legislação está sendo respeitada pelos outros países
1405 esse protocolo acaba ficando meio ineficaz, então o cumprimento é a principal
1406 preocupação do Governo Brasileiro nessa primeira reunião nós tivemos
1407 algumas reuniões de coordenação do Itamaraty visando realmente traçar a
1408 linha mestra da delegação brasileira, que deve ser composta pela secretária
1409 Maria Cecília que participou da negociação do protocolo que é da divisão do
1410 Meio Ambiente do Itamaraty e pela diretora do DPG Eliana Fontes, então a
1411 negação deve constar deve estar composta unicamente pelas duas até por
1412 conta desse problema que estamos tendo de recursos para viagens
1413 internacionais, nas reuniões anteriores de negociação sobre ABS a delegação
1414 brasileira era até numerosa com representação de vários órgãos diferentes
1415 envolvidos na discussão o próprio MAPA, o MCT, Ministério da Saúde e
1416 realmente agora nesse segundo estágio nós estamos passando por uma
1417 delegação mais enxuta justamente tentando cobrir ao máximo na reunião de
1418 coordenação ministerial, e aí a delegação vai enxuta, mas vai subsidiada.
1419 Pontos de cumprimento que geram mais preocupação para o Ministério do
1420 Meio Ambiente são uma delas é a questão do certificado internacional de
1421 cumprimento, pelo protocolo de Nagoya esse certificado deve ser emitido pela
1422 autoridade competente do país definida internamente e pode ser autoridade ela
1423 é definida pela legislação nacional do país, só que os requisitos mínimos desse
1424 certificado já estão identificados dentro do protocolo, a grande dúvida que fica é
1425 se todos esses requisitos têm que ser cumpridos no momento do pedido de
1426 acesso ou se alguns deles podem ser modificados depois um dos itens que
1427 geram dúvida é a questão do uso comercial e não comercial, que era a
1428 principal dúvida na discussão desse certificado na negociação do protocolo,
1429 porque no momento do acesso pode ser que não haja uma intenção de uso
1430 comercial e aí depois deslumbre uma oportunidade e como você mudaria o
1431 certificado para contemplar esse uso que passa a ser comercial e não era
1432 antes. Então o cumprimento realmente é o tema principal o que vai gerar
1433 provavelmente as noites nessa discussão de uma semana vale lembrar um
1434 lado administrativo essa reunião apesar de ser de 6 a 10 ela vai ser presidida
1435 por um work shopping de capacitação nos dias 4 e 5 e no dia 5 tem um tema
1436 importante que vai ser discutido pelo Birrô nesse protocolo que está sendo
1437 criado, porque durante todo o processo negociador no âmbito de grupo de
1438 trabalho sobre ABS, os co-presidentes foram Fernando Casas da Colômbia e
1439 Tims Firrogers do Canadá e o Tims do Canadá não deseja continuar ele está
1440 saindo o Fernando Casas vai continuar, então a dúvida é se o Fernando Casas
1441 continua sozinho se alguém entra no lugar dele e quem seria essa pessoa,
1442 então essa discussão deve ocorrer agora no dia 5 no domingo, isso vai
1443 anteceder e vai ter repercussão na discussão seguinte. Então a reunião dura a

1444semana inteira e na volta tem o work shopping que está sendo organizado aqui
1445em Brasília sobre ABS aqui implementação de ABS no Brasil.

1446

1447

1448**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Muito obrigada Carlos. Dou a palavra às
1449pessoas que tem interesses em discutir o que ele apresentou, por favor.

1450Márcia.

1451

1452

1453**A SR^a MÁRCIA CHAME (MS)** – Eu queria informação sobre eu até participei
1454de uma reunião preparatória enfim, eu queria informação mais sobre esse work
1455shopping da volta.

1456

1457

1458**O SR. CARLOS FONSECA (ACESSORIA INTERNACIONAL DO MMA)** –

1459Márcia na verdade eu não sou o mais indicado para falar sobre ele porque ela
1460é da implementação de regras de ABS no Brasil. Então o pessoal do DPG
1461Departamento do Patrimônio Genético aqui no âmbito da SBF está
1462organizando esse work shopping eu posso te passar o contato, mas realmente
1463assessor internacional não está envolvido diretamente na organização do
1464evento porque ele é de cunho nacional, na verdade ele tem convidados
1465internacionais tem o Pierre da Namíbia, tem a Eliali do México e acho que tem
1466alguém da Alemanha também que vão falar sobre experiências deles, da
1467Austrália também e vão falar sobre as experiências deles, mas na verdade é
1468visando à implementação no Brasil, mas eu posso passar o contato do DPG
1469para você depois.

1470

1471

1472**A SR^a MÁRCIA CHAME (MS)** – Eu acho assim, é super interessante para nós
1473inclusive uma coisa que vimos falando que é a questão da inclusão do
1474patógenos, tem toda essa discussão que era uma coisa que nós enfim não se
1475discutia e que isso vai levantar no Brasil uma discussão bastante grande e eu
1476acho que temos que estar muito bem, esse entendimento tem que estar muito
1477claro para todo mundo desde a área da pesquisa, toda área de implementação
1478e principalmente a área de produção de insumos para a saúde que lida
1479basicamente com fármacos e não só insumos para a saúde humana, mas
1480saúde animal e vegetal também quer dizer que quando nós falamos saúde só
1481pensamos nas pessoas, mas enfim tem aí um componente bastante importante
1482para o Brasil que é a questão de inclusão de patógenos.

1483

1484

1485**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Márcia se você quiser posso pedir que
1486venha alguém do Departamento de Patrimônio Genético explicar um pouco
1487melhor como vai ser esse evento. Eu peço para conversar em separado com
1488você.

1489

1490

1491**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** - É interesse do MCT também.

1492

1493

1494 **SR. CARLOS FONSECA (ACESSORIA INTERNACIONAL DO MMA) –**
1495 Sobre a questão dos patógenos, no processo negociador nós tivemos
1496 problema com essa discussão os países envolvidos queriam uma espécie de
1497 caminho expresso para acessar patógenos e sempre alegavam a questão do
1498 interesse, da emergência, da calamidade de tudo e eu acho que o grande
1499 sucesso dos países que lutavam por esse protocolo foi realmente garantir o
1500 escopo amplo para ele, então todos os recursos genéticos que estão lá dentro
1501 isso incluem também patógenos, a grande dúvida que fica é quanto a
1502 oportunidade que o protocolado ele é de regime especializado, então não sei
1503 como essa discussão está caminhando dentro da OMS, mas convém nós
1504 ficarmos de olho e acompanhar de perto qualquer tipo de discussão
1505 relacionado a ABS e quanto a patógenos.

1506

1507

1508 **A SR^a MÁRCIA CHAME (MS) –** Porque eu acho que aí que é bastante
1509 interessante agregar mais gente nessa discussão, porque dentro da OMS
1510 temos uma visão muito assim colonialista porque o Brasil na verdade como os
1511 outros países pegam suas amostras e mandam suas amostras para o OMS, a
1512 OMS dentro desse tratado ela manda para quem ela quiser sem nenhuma
1513 garantia de que aquele uso por exemplo vai só para diagnóstico, a a partir do
1514 momento que a mostra do patógeno entra no OMS, o OMS passa a ser dona
1515 disso e na verdade isso tem um processo assim complicadíssimo de força dos
1516 países que têm as grandes indústria farmacêuticas em cima disso, então as
1517 nossas amostras vão parar quase sempre no CDC dos Estados Unidos que
1518 não faz parte do protocolo da ABS, então se não conseguirmos acho que nós
1519 temos que pensar isso de maneira estratégica de envolver esse conhecimento
1520 tanto na área da agricultura e em outras áreas nós corremos um risco de nós
1521 sucumbirmos aí em relação a OMS, e isso é um coisa que inclusive nós dentro
1522 do próprio Ministério da Saúde temos que fortalecer e abrir um pouco a cabeça
1523 das pessoas porque nós dentro da área da saúde as pessoas não têm esse
1524 entendimento, então esse entendimento ele é o entendimento que começa
1525 agora dentro da minha instituição quando nós falávamos de acesso a
1526 patógenos isso não faz parte, eu falei é claro que faz, a Biodiversidade não
1527 são só as borboletas, mas tem a Biodiversidade que ninguém quer ver, mas
1528 hoje tem um grupo que quer ver essa Biodiversidade de maneira bastante
1529 importante, então assim eu acho que temos que trabalhar muito com essa
1530 questão por isso meu interesse nesse workshop porque nós temos que
1531 trabalhar muito com a sensibilização, acho que tem que mudar a cabeça das
1532 pessoas que nós vemos sobre esse mandato, enfim das própria OMS de
1533 maneira e tem a OIE que trabalha junto com a questão animal enfim, a coisa é
1534 mais complicada e acho se todo mundo o Ministério do Meio Ambiente, MAPA
1535 e todo mundo tiver nessa discussão eu acho que fortalece e acho que é melhor
1536 a como é que chama o pessoal da Pesca e da Cultura enfim essa não é uma
1537 discussão não só os patógenos humanos, eu acho que tem uma discussão
1538 muito ampla em relação a isso.

1539

1540

1541 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA) –** Obrigada, Márcia. Acho que você tem
1542 razão no que disse, e vou ver se alguém do DPG pode vir a tarde e dar um
1543 informe me sobre a reunião. Gente são 12h30min eu proponho que façamos

1544uma interrupção agora e retornamos aqui às 2 da tarde para dar continuidade à
1545reunião. Pois não.

1546

1547

1548**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** - Eu só queria registrar como o Carlos
1549não estará a tarde, só registrar que há uma preocupação do MCT também com
1550essa questão de uma aplicação não comercial passa a ser comercial, essa é
1551uma preocupação nossa também, mas queria só registrar aqui para a
1552CONABIO que a preocupação maior é que esse que vai ser a exceção não
1553seja visto de uma maneira como motor impulsor desse debate em geral, porque
1554estamos preocupados em manter agilidade para a pesquisa básica essa é uma
1555exceção e deve ser realmente vista como exceção e não devemos perder de
1556vista as pesquisas não comerciais que sempre serão não comerciais que sejam
1557enterradas em função dessa exceção, tem que ter um *fast week* para as
1558pesquisas básicas que vislumbram lucro em momento nenhum que também
1559seja corretamente contemplado nisso, e que não seja enterrado com
1560burocracias desnecessárias.

1561

1562

1563**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigado David eu entendo a sua
1564preocupação eu acho que faz sentido mesmo. Então bom almoço para todo
1565mundo duas horas aqui, por favor.

1566

1567

1568(*Intervalo para o almoço*)

1569

1570

1571**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Bom tarde. Nós não tínhamos quórum
1572suficiente agora para deliberar sobre nada, porém eu acho que nós não
1573podemos retardar mais o início da nossa reunião. Eu gostaria então que nós
1574começássemos a discutir se a CONABIO deve se posicionar com relação às
1575propostas de alteração no Código Florestal. Eu gostaria então, de ouvir dos
1576conselheiros, o que vocês têm para argumentar com relação a isso.

1577

1578

1579**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** – Por mais houve manifestações...
1580Opiniões de que a CONABIO não deveria, até essas pessoas manifestaram
1581sua esperança, que no Senado, algumas dessas partes ainda confusas,
1582controvérsias e que são contrárias a questões científicas etc. fossem
1583melhorados na versão que vai ser votada pelo Senado. Então talvez, seria algo
1584que diz isso que, nós esperamos no processo democrático, que questões
1585científicas sejam levadas de maneira mais central no Senado, algo assim, que
1586eu acho que as manifestações todo mundo concorda com isso. Expor as
1587manifestações, inclusive de quem disse que não achava conveniente a
1588CONABIO se manifestar. Uma pergunta de ordem. Tem que ser consenso ou é
1589votação?

1590

1591

1592**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Eu gostaria que chegássemos ao
1593consenso. Então, deixa-me estabelecer o que deve ser as nossas regras. Eu

1594me programei para que nós discutamos isso, se a CONABIO deve ou não se
1595posicionar com relação ao Código, para nós discutirmos isso durante uma hora,
1596porque depois nós vamos ter a apresentação da Carla, sobre a (...), que é um
1597assunto muito relevante para discutir com vocês. Eu gostaria que... São 14h30,
1598até às 15h30, nós conseguíssemos estabelecer se a CONABIO deve ou não se
1599posicionar com relação as propostas de alteração do Código Florestal. Ao meu
1600entendimento das falas de hoje pela manhã, é que todos coordenaram que
1601APP e Reserva Legal, são responsáveis por conservação de biodiversidade.
1602Que elas propiciam que haja interconexão entre Unidades de Conservação e
1603que isso propicia a conservação da biodiversidade. Esse foi meu entendimento.
1604Então, eu achava que a CONABIO deveria se posicionar, se nós formos neste
1605momento, neste Fórum tentar discutir se estamos a favor ou contra, as
1606propostas que foram feitas no Código, não acho que vamos conseguir avançar.
1607Acho que nós poderíamos tentar discutir neste Fórum, aqui se a CONABIO
1608poderia dizer que considera que APPs e Reservas Legais, são importantes
1609para a conservação de biodiversidade, que essas são instituições que devem
1610ser mantidas no Código, que não se deve abrir mão, de que as propriedades
1611tenham essas duas restrições de uso nas propriedades. Eu acho que isso nós
1612poderíamos chegar a um consenso e tentar discutir sobre isso. Essa é a minha
1613proposição.

1614

1615

1616**A SR^a. SÔNIA MACHADO DE CAMPOS DIETRICH (ABC)** – Eu acho que isso
1617é uma coisa, mas aparentemente em nenhum momento se discutiu que
1618desapareceriam. Se nós dissermos apenas que fica mantida as RRs e APPs,
1619estamos dizendo que está dito, mas que elas vão ser tão alteradas que isso vai
1620poder modificar a situação. O que nós podíamos pedir é o que o David falou,
1621que a sociedade tenha mais tempo para discutir e que o Senado também tenha
1622mais tempo para discutir e ouvir a comunidade, e principalmente, a
1623comunidade científica, que aparentemente até agora não foi ouvida. É por aí,
1624ninguém está querendo votar contra ou a favor neste momento. Mas eu acho
1625que é uma obrigação quase da CONABIO, manifestar-se a respeito disso,
1626porque isso é a defesa da biodiversidade e estamos aqui para isso justamente.
1627Então que alguma coisa nesse sentido, de que se ouça mais a comunidade e
1628se ouça mais a ciência, naquilo que ela tem que dizer em relação ao Código,
1629que tenha tempo para ser dito e que o Senado deveria, quer dizer, que nós
1630solicitamos que eles escutem essas vozes, porque elas só estão falando no
1631interesse geral do país e da população. É isso só. Ninguém vai querer votar
1632contra ou a favor neste momento.

1633

1634

1635**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada, Sônia. Miguel, por favor.

1636

1637

1638**O SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (SBPC)** – Sim, Daniela, concordo com você
1639acho que ninguém está aqui querendo aprofundar eventuais discussões. A
1640questão fundamental eu acho que teria que ser... Defendo que a CONABIO
1641sim, pronuncie-se a respeito, eu fui o primeiro a falar nisso, mas acho que tem
1642que ter um considerando aí, aqueles tradicionais considerando que têm na
1643própria discussão da COP e considerando o papel da CONABIO como

1644 comissão da biodiversidade. E essas questões eu acho que têm elementos
1645 chaves que deveriam parecer nesta, se for aprovado, neste texto. Eu acho que
1646 aprofundar o debate é um termo que tem que parecer, ou seja, necessário
1647 aprofundar esse debate. Para que aprofundar o debate é preciso dar tempo, é
1648 preciso dizer que existem profundas implicações na biodiversidade que esse
1649 debate enseja e a norma legal vai afetar. Inclusive a observação de APP e
1650 Reserva Legal que são questões (...). E entendo também que, óbvio, que essa
1651 discussão como foi dita aqui, ela está no cenário político, mas eu acho que em
1652 qualquer lugar do mundo a palavra *scientific* (...) *based*, ou seja, uma discussão
1653 também baseada nas melhores evidências científicas, que nós temos sobre o
1654 tema. E isso também enseja uma maior discussão e maior tempo. Eu acho que
1655 é essa questão sem (...), mas é manifestar um pouco a preocupação desta
1656 CONABIO frente a essas implicações, que um aqodamento, uma rapidez isso
1657 pode trazer implicações futuras no cenário da biodiversidade num país que tem
1658 a maior biodiversidade do planeta.

1659

1660

1661 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada, Miguel. Alguém mais quer
1662 colocar a sua opinião sobre se devemos ou não nos posicionar com relação às
1663 propostas de alteração do Código Florestal?

1664

1665

1666 **O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (IBAMA)** – Eu vou na linha de raciocínio da
1667 Daniela. Eu acho que temos que enfatizar a importância da Reserva Legal e da
1668 APP, na biodiversidade. Na verdade, nós temos se quisermos fazer uma
1669 comparação com as Unidades de Conservação. Nós temos em cada
1670 propriedade uma Reserva Biológica, se compararmos com uma APP e uma
1671 Floresta Nacional se compararmos com as Reservas Legais e passíveis de
1672 manejo. Eu então eu acho que essas duas “unidades” que estão para
1673 conservação da biodiversidade e no auxílio da produtividade agrícola, porque a
1674 conservação do solo, a conservação das águas, dos pássaros e dos insetos.
1675 Tudo isso tem a ver com produtividade, então eu acho que mereceria sim, essa
1676 preocupação dizendo da preocupação do CONABIO, no sentido de que essas
1677 áreas não sejam fruto de alterações pronunciadas como está se pretendendo.
1678 Agora, em termos práticos eu acho que nós todos... Nós todos que eu digo,
1679 principalmente, as demais organizações, porque eu faço do Ministério do Meio
1680 Ambiente, mas as demais organizações vão ter que buscar alternativas diretas,
1681 do meu ponto de vista, a SBPC e outras, lá com o Senado. Agora, de certa
1682 forma, uma dúvida que eu tenho, é como, digamos assim, essas organizações
1683 poderiam nos auxiliar o João de Deus, que é o interlocutor do Ministério do
1684 Meio Ambiente, que já hoje tem uma reunião, por exemplo, lá no Senado, como
1685 nós poderíamos ajudá-lo a fortalecer posições técnicas. Isso eu não saberia
1686 dizer como, mas seria o caminho mais pragmático, que nós possamos
1687 estabelecer um canal com ele mandando alguns temas específicos, talvez não
1688 vá dá nem todas as cláusulas, mas alguns temas como esses temas que ele
1689 mesmo numerou, como esses temas específicos poderiam ter o respaldo
1690 técnicos das organizações.

1691

1692

1693A SR^a. **ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** – Eu nem me sinto confortável de
1694dizer que... Eu acho que não devemos, não devemos discutir ou levar
1695manifestação para CONABIO, se for para ir nessa linha da Daniela, talvez. Eu
1696não me sinto confortável de fazer parte dessa discussão, a CNI, em particular
1697teve um grupo que mobilizou e tratou muito dessa questão, não fui eu que
1698participei. Então eu não quero nem que tenha opiniões divergentes dentro da
1699mesma instituição, de um grupo tomou conta desse assunto e eu aqui. Sinto,
1700na verdade, não vou dizer que é perda de tempo de maneira alguma é
1701extremamente relevante discutir o Código Florestal. Acho que foi o
1702representante do MAPA que falou hoje de manhã, no final das discussões,
1703sobre o Código, que a Casa Civil já está respondendo, a atuação é do
1704Legislativo, a discussão está no Senado, a CONABIO é composta por
1705representantes de diferentes setores. Então, aqui de manhã, o João de Deus
1706expôs a preocupação do MAPA, que é do Nelson Ananias 2 que é da CNA.
1707Acho que agora é muito complicado, você levar uma posição da CONABIO,
1708que representa aqui instituições diferentes, com propostas diferentes, que
1709defenderam abertamente coisas diferentes, no Fórum diferente, que é o
1710Legislativo, que era o Congresso Nacional. Esse é um ponto, o outro ponto, da
1711parte técnica, particularmente, não me sinto confortável como CNI de discutir
1712essas questões. Mesmo nessa linha que a Daniela propôs de discutir só a
1713questão da importância da Reserva Legal e da APP para biodiversidade. Outro
1714ponto que eu fico até meio preocupada, de nós gastarmos... Gastamos não,
1715ficamos mais de duas horas pela manhã, discutindo a questão do Código de
1716Florestal, quanto para mim, o ponto de pauta de hoje que era, talvez, mais
1717importantes porque faz parte das atribuições mesmo da CONABIO, é a fala que
1718vem da Carla, que é internalizar as metas da CDB, que é a que a CONABIO se
1719propõe, que as metas de Nagoya, de tem haver com a convenção de
1720biodiversidade biológica, que é a proposta da CONABIO muito mais que o
1721Código Florestal. Talvez nós devêssemos nos ater ao que realmente são as
1722competências da CONABIO e deixar um pouco essa discussão do Código
1723Florestal, a quem de fato cabe a ele. O MMA já está se dedicando a essa
1724discussão, junto da Casa Civil e a outros Ministérios, e talvez a CONABIO a
1725Secretaria Executiva da CONABIO já vir com uma proposta de fato, do que nós
1726vamos fazer com relação ao Código Florestal.

1727

1728

1729A SR^a. **DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Elisa só fazer uma correção, você deve
1730ter se confundido no que você falou, o João de Deus, não é do MAPA, ele é do
1731Ministério do Meio Ambiente. Lídio do Ministério do Meio Ambiente.

1732

1733

1734O SR. **LÍDIO CORADIN (MMA)** – Boa tarde a todos. Desculpe-me, hoje pela
1735manhã eu estava na Audiência Pública, no Congresso, e não pude estar
1736presente aqui com vocês. Dani, esse assunto, é um assunto bem complexo,
1737polêmico e tal. Mas se nós considerarmos a importância da CONABIO, se nós
1738considerarmos que é importante que o Colegiados dessa natureza se
1739manifestem num momento desse. Um Colegiado que trata da conservação, e
1740uso e geração de conhecimento sobre biodiversidade. Considerando as
1741implicações desse Código, do Código Florestal, das mudanças que estão
1742sendo colocadas aí, é difícil pensar que um Colegiado desse ficar alheio ao que

1743está acontecendo. Então, eu acho que, seria interessante que chamasse a
1744atenção para ressaltar a importância das APPs e das Reservas legais. Eu acho
1745que a comunidade científica, a sociedade, a comunidade acadêmica científica e
1746a sociedade de um modo geral não podem ficar alheias a essa situação toda,
1747representada neste Colegiado. Concordo plenamente com as colocações do
1748Miguel Guerra, que esse debate precisa ser aprofundado e essa Comissão,
1749essa CONABIO precisaria sem dúvida alguma, participar desse processo. Não
1750podemos ficar alheio, do contrário, essa comissão não teria sentido de existir
1751se não participa dos debates que envolve diretamente a biodiversidade, que
1752essa é um das maiores comissões do país no tema. Se num momento desse
1753em que nós estamos experimentando aí, verificando, vendo todo esse volume
1754de debates e tal. E os riscos que a biodiversidade vem sofrendo com as
1755mudanças que estão sendo proposta aí e nós não nos manifestarmos. Então
1756(*Inaudível*) a comissão? Para quê, esse pessoal se reúne, se não se
1757manifesta? Eu entendo que sim, que deveria sem dúvida alguma, manifestar-se
1758e mostrar as preocupações desta Comissão e mostrar as preocupações das
1759mudanças que estão ocorrendo. O que isso vai significar para o futuro, para o
1760futuro do próprio agronegócio. Porque nós estamos destruindo o agronegócio.
1761Esse pessoal tem que entender que nós estamos conservando a
1762biodiversidade, nós estamos conservando os (...), nós estamos conservando os
1763genes que vão fazer com que nós continuemos no futuro tendo arroz, o feijão,
1764o milho, o trigo, o abacaxi, o amendoim e por aí..., seringueira e tal. Então que
1765nós tenhamos condições de enfrentar o dia a dia dos desafios das novas
1766doenças, das novas pragas, dos problemas de solo, dos problemas de
1767localidade, (...), enfim. A sociedade tem que entender que nós estamos
1768defendendo a reserva de genes. Quem é que protege isso? O melhorista, não
1769faz coisa alguma se não tiver a mão, ferramentas e materiais que possa
1770enfrentar essa diversidade do dia a dia. Ou como é que você acha que as
1771coisas funcionam? Se nós olharmos para a soja, por exemplo, os Estados
1772Unidos tem uma coleção de 100 mil amostras de soja. Se nós pensarmos em
1773trigo, os Estados Unidos tem amostra outras 100 mil amostras de trigo. A
1774Rússia tem mais 100 mil amostras de trigo. É um risco que eles enfrentam no
1775dia a dia ou vocês acham que é simplesmente plantar as variedades de arroz,
1776feijão e tal, assim elas crescem maravilhosamente bem. A cada ano estão
1777sendo lançados novos cultivares, novos materiais para enfrentar tudo o que
1778está acontecendo aí. De onde é que vem isso? Isso vem da biodiversidade que
1779estamos destruindo. Então há necessidade que a sociedade tenha uma plena
1780consciência, plena clareza e transparência sobre o que significa isso. Quer
1781dizer, uma Embrapa vive do que? Vive basicamente de melhoramento. O
1782material genético, os bancos de genoplasma, vem de onde? Os bancos de
1783genoplasma são construídos com quê? Com material genético. O material
1784genético que vem de onde? Da biodiversidade. É esse mato que para muitos é
1785simplesmente isso aí e nada mais do que mato, que atrapalha o avanço da
1786agricultura. Quer dizer, temos que mudar essa consciência. Esse país de maior
1787biodiversidade do (...), claro que também é um país importante para a
1788agricultura, mas o pessoal tem que entender, toda a sociedade tem que
1789entender exatamente o que significa biodiversidade. E o que significa... Só
1790chamar a atenção: o milho, o trigo, o arroz, o feijão, o abacaxi, o amendoim e o
1791café. Isso não era o milho, arroz, trigo, feijão, abacaxi e o café ontem. Isso tudo
1792era simplesmente mato. E que o homem foi arredonda para transformar esse

1793mato nessas espécies que consumimos hoje. Mas nós não nos esquecemos
1794disso ou não temos cultura suficiente para entender, o que significa isso. Que o
1795café uma vez não era café, era simplesmente mato que ocorria na Etiópia, e
1796que o homem redundou ao longo de milênios para transformar esse mato em
1797café. Para transformar aquelas grammas que era mato no mediterrâneo, são os
1798cereais que nós temos hoje. Para transformar esse milho que ocorria na
1799América Central, no México e tal, no milho que nós temos hoje, e que esse
1800milho e seus vários parentes silvestres, essas outras espécies que são os
1801parentes, que são bem conservados no México, porque tem a importância
1802econômica, senão não estariam sendo conservados. Agora, nós temos um
1803bocado de espécies, que estão na natureza, que não mostraram o valor ainda
1804porque nós não tivemos tempo de conhecer, de fazer os (...) suficientes e de
1805caracterizá-los, mas que ali estão as respostas para muitas doenças e muitas
1806pragas da agricultura. Ali estão as respostas para os cosméticos de amanhã.
1807Ali é o nosso ouro verde, e que nós de modo geral desperdiçamos e ignoramos
1808tudo isso. Obrigado.

1809

1810

1811**A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Eu acho que talvez seja interessante nós
1812pesarmos o que é esta Comissão, dei-me conta disso agora, porque até o Lídio
1813falando isso, não imagino que nós aqui não saibamos dessas coisas. E vejo
1814que muitas pessoas encaram a CONABIO, como se fosse uma, sei lá, um
1815grupo do MMA, quando, na verdade, nós somos um Conselho, uma Comissão
1816paritária, composta por diversos órgãos da Sociedade Civil, inclusive, e de
1817governo. E com uma missão clara, que é de internalizar as questões da
1818convenção no Brasil e ajudar nesse tipo de coisa. Que nós temos uma missão
1819aí, para 2020, frontalmente impactada por essa mudança, se ela não foi feita
1820com responsabilidade. Não só para as metas, enfim isso é um problema, mas
1821para a questão do desenvolvimento do país. Então, não entendo em que
1822momento a CONABIO vai abrir mão de se posicionar, em relação há uma
1823questão tão seria, que se ela não diz respeito a esta Comissão, vai dizer
1824respeitar a quem neste país? O que estamos fazendo aqui? Gastando dinheiro
1825do governo e do povo? Por que nós não vamos nos posicionar? Porque nós
1826temos condutas diversas, nós sempre tivemos e sempre terá. Eu acho que
1827esse é o exercício de aprofundar e de fazer com que nós minimamente
1828busquemos caminhos que sejam intermediários, que busquem soluções
1829melhores para o país, de uma forma geral, enfim. Sinceramente, participo desta
1830Comissão, não sei quando ela mudou de nome, algumas vezes. E nós nunca
1831nos deparemos com uma situação dessa, onde não vamos nos posicionar.
1832Sinceramente, eu não consigo entender isso, não sei o que estou fazendo aqui.
1833Se eu não me posicionar, não sei que dinheiro que eu vim gastar aqui... Do
1834Ministério, enfim do Governo que seja.

1835

1836

1837**O SR. ALBERTO (CONTAG)** – A CONTAG concorda no posicionamento da
1838CONABIO, ela tem que posicionar. Porque quem cala, consente. Que
1839Comissão é esta, que nós vamos nos calar diante de um problema dessa
1840natureza? Nós não vamos colocar o nosso ponto de vista?

1841

1842

1843A SR^a. **DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Senhores, neste momento, nós temos
1844quórum para decidir sobre isso. E de 8 posicionamentos que eu anotei aqui,
1845apenas 1 foi contrário, a que a CONABIO se posicionasse com relação as
1846propostas de alteração no Código Florestal. Então, o meu entendimento é que
1847a CONABIO gostaria de expressar o que pensa sobre essas alterações, então
1848acho nós que poderíamos ter uma proposta de redação, do que seria, imagino
1849que seria uma moção, para podermos discutir este texto.

1850

1851

1852O SR. **HELINTON JOSÉ ROCHA (MAPA)** – Como eu me posicionei, foi no
1853seguinte. O posicionamento geral da CONABIO, contra o que foi aprovado no
1854Congresso, eu entendo que isso não cabe. Agora, se é uma discussão
1855qualificada, com base científica, que faça com que a qualificação, como eu
1856disse, necessária neste momento, e com grau de reflexão bastante elevado.
1857Porque nós estamos falando da democracia representativa, da democracia
1858participativa. Que as duas são fundamentais, precisam se conversar, e
1859qualificar a sua proposta com base científica, não é com: “Eu acho que...”. E
1860não com (...), o exemplo, por exemplo, que foi utilizado do chiqueirão de porco
1861na beira do rio. Eu acho que, há muito tempo não vejo entidade representativa
1862de produtores, defender um coisa dessas. Quando nós vemos um chiqueirão
1863de porco na beira do rio, poluindo o rio. Ali significa um monte de coisa.
1864Significa que houve uma missão do poder público na beira do rio, e que tem
1865produtor atrasado poluindo o rio. A mesma coisa, quando nós vemos um
1866esgoto de uma cidade sendo descarregado em um rio, e isso vejo de maneira
1867bastante freqüente. Eu penso a mesma coisa, ali tem omissão de autoridades
1868do executivo ou do município e das autoridades ambientais que deveriam estar
1869reprimindo aquilo. Então, eu não me posicionei com que a CONABIO não se
1870posicione dentro do tema, mas sim fazer uma posição contra ou a favor do que
1871foi aprovado no Congresso. Não cabe a CONABIO analisar como CONABIO,
1872como órgãos que aqui estão representados, cabe, e há vias de diálogos dentro
1873do executivo. Que é o diálogo, por exemplo, que aconteceu entre o MAPA, o
1874MMA e todos os outros Ministérios. Há participação diretamente com os
1875congressistas, enquanto representante da Sociedade Civil. E acho sim, que a
1876CONABIO deve se posicionar, mas sobre temas específicos, com bom
1877respaldo técnico e científico, no seu posicionamento. Porque não acho que é
1878em uma tarde, que nós vamos chegar. Acho que tem números, acho que tem
1879que quantificar as coisas que nós estamos falando. Exatamente para poder
1880dizer, que o impacto será de tantos milhões de hectares nisso, e isso vai
1881causar confusão nas APPs e nas Reservas Legais. Também não vi ninguém
1882defendendo o fim, nem das Reservas Legais e nem das APPs. Eu acho que a
1883proposta tem que ser qualificada, debater o tema, é importante. Agora, tem que
1884botar na pauta e trazer trabalhos científicos de partes a partes e chegar há uma
1885conclusão com respaldo técnico e científico, não é no “achismo” que vamos
1886contribuir com o debate.

1887

1888

1889A SR^a. **DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Bom, minha compreensão é que o
1890próprio representante do MAPA, que tinha dito que achava que a CONABIO
1891não deveria se posicionar. Agora, mudou de opinião, ele acha que nós
1892devemos sim, nos posicionar. Eu acredito que ele deve ter uma proposta de um

1893 texto, para que seja discutido e nós possamos fazer esse texto de consenso
1894 que a CONABIO vai se realizar com a seu posicionamento, com relação as
1895 mudanças proposta no Código.

1896

1897

1898 **O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** – Concordo plenamente, com a posição
1899 do MAPA. No sentido de que considerando o Brasil é o país mais rico em
1900 biodiversidade do mundo. Considerando que os processos mantidos com a
1901 biodiversidade, além do que o nosso colega do MMA, Lídio, colocou a questão
1902 riqueza genética, em si. Polinização e dispersão, tudo isso que também é muito
1903 importante para a agricultura, citar a importância dos serviços ecossistêmicos,
1904 que essa biodiversidade proporciona. Esses vários considerandos que
1905 manifesta a importância de que as modificações do Código Florestal sejam
1906 baseadas na melhor ciência disponível ou coisa assim, já que você está
1907 passando para a parte de redação.

1908

1909

1910 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada. Elisa.

1911

1912

1913 **A SR^a. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** – Desculpe-me, eu me ausentei. O
1914 que estão propondo então, é uma manifestação da CONABIO, em cima do
1915 texto aprovado na Câmara, é isso? Desculpe-me, então é uma manifestação.

1916

1917

1918 **O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** - Sobre a importância de questões
1919 sobre de biodiversidade, que sejam levados em consideração central, nos
1920 debates sobre o Código Florestal, no Congresso Nacional. Jamais manifestar a
1921 favor ou contra, o que o já foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Não é por
1922 aí.

1923

1924

1925 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Eu gostaria então, de fazer uma
1926 votação. Aqueles que acreditam a CONABIO deve expressar qual é a sua
1927 posição com relação à relevância das APPs e da Reserva Legal, da
1928 importância de conservação de biodiversidade e da preocupação que a
1929 CONABIO tem, com relação às propostas de alteração do Código Florestal,
1930 como feito. Gostaria de saber se vocês concordam, que a CONABIO deve se
1931 posicionar com relação a isso. Por favor, quem concorda, manifeste-se.

1932

1933

1934 **A SR^a. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** – Tenho um pergunta Daniela. Sobre
1935 como seria esse processo, como é que nós faríamos isso? Como é que seria
1936 essa manifestação? Como eles estavam colocando, tem que ter dados, tem
1937 que ter quanto tempo. Como seria feito? Não é uma coisa que nós vamos ter
1938 que fazer aqui, agora. Não sei se tem quórum, para tomar essa decisão
1939 agora... Tem quórum para tomar essa decisão se vai se manifestar ou não?

1940

1941

1942 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Eu perguntei ao (...) para as pessoas se
1943 manifestarem...

1944

1945

1946 **O SR. LÍDIO CORADIN (MMA)** – Eu entendi que nós estávamos no processo
1947 de votação, acho que deveríamos terminar esse processo de votação. E daí
1948 partir para como vamos nos organizar agora, para fazer com que nós votamos
1949 surte efeito. Eu acho que são 2 momentos.

1950

1951

1952 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – A minha proposta é esta. Por favor,
1953 aqueles que são favoráveis que a CONABIO se posicione, manifeste-se. Tem
1954 10 votos a favor que a CONABIO... Temos 11, isso é maioria das pessoas.
1955 Então a CONABIO deve se posicionar. Agora, eu acredito que tenhamos que
1956 discutir como vai ser a expressão da CONABIO. Márcia.

1957

1958

1959 **A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Eu acho que nós poderíamos construir um
1960 texto, colocando essas questões que são óbvias: Considero ano que o Brasil é
1961 mega diverso é um país... Que todo mundo já sabe. Mas eu acho que cada um
1962 de nós dentro da sua área de conhecimento, possa contribuir com, sei lá,
1963 alguns parágrafos, pontuando exatamente o que ele disse, qualificando
1964 impactos, dando número e fazendo isso de uma forma que, as pessoas. Quer
1965 dizer, no meu entendimento, a nossa contribuição é para que o Senado, possa
1966 avaliar, conduzir e pensar sobre o texto de uma maneira mais qualificada. Eu
1967 acho que é aí que cabe a nossa contribuição, trazer aportes, dentro das nossas
1968 múltiplas especialidades, de coisas que possam encadear um texto, onde a
1969 CONABIO se manifeste como a biodiversidade sendo uma coisa de extrema
1970 importância para o país. Se cada um fizer isso e a secretaria coordenar a
1971 composição desses múltiplos parágrafos, acho que nós não teremos tanta
1972 dificuldade assim de montar um texto não.

1973

1974

1975 **O SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (SBPC)** – Eu acho que a maior parte dos
1976 imputos já foram dados aqui. Essa questão dos considerandos, a questão de
1977 palavras-chaves para aprofundar o debate, as implicações, a questão da
1978 Reserva Legal, a questão do tempo, a questão de uma discussão que se
1979 baseia na melhor informação científica disponível. São os elementos que
1980 deveriam estar incluídos no texto, efetivamente, para qualificar melhor esse
1981 debate. Eu vou à direção do que a Márcia mencionou, acho que cada um de
1982 nós aqui, tem condições de, em poucos dias aportar, dar um aporte, acho que
1983 algum texto pela secretaria já poderia ficar pré-processado, em cima dessas
1984 questões de palavras-chaves que foram aqui mencionadas. E darmos um
1985 prazo até segunda ou terça-feira da semana que vem, para receber junto a
1986 secretaria técnica esses aportes de informação, para que depois, no máximo
1987 até meados da semana que vem, isso efetivamente seja chegado a um texto
1988 definitivo, porque também é preciso ser um pouco rápido nisso.

1989

1990

1991 **O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** – Eu queria que a Comissão,
1992 considerasse a urgência disso. Tem 2 movimentos em termos de articulação do
1993 Governo, tem uma parte que quer... Já, inclusive na Comissão lá no Senado, o
1994 Senador Luís Henrique, quer apressar isso e colocar em votação já, para
1995 semana que vem. Tem outra parte, outro movimento de senadores que vamos
1996 esperar, vamos ter mais debates etc. que ninguém sabe quais desses pontos
1997 de vista vão prevalecer. Então, eu acho que nós temos como fazer isso agora,
1998 rapidamente. Se vocês realmente... Se a maioria preferir aguardar
1999 manifestações até terça-feira ou quinta-feira da semana que vem, pode ser
2000 tarde. Eu só queria colocar isso em consideração. Porque acho que podemos
2001 fazer, aqui. (...) todos os elementos, inclusive fazer isso via e-mail,
2002 especialmente, se tiver alguma controvérsia é muito difícil de resolver isso a
2003 contento, via e-mail, simplesmente recebendo as manifestações de cada parte.
2004 Especialmente, algo tão polêmico que me fez usar a palavra “repudio”, se
2005 tivesse hoje de manhã para refazer de novo e analisar era infeliz, não
2006 considerar ou hostilizar as contribuições da ciência. Então, vocês podem ver
2007 aqui que vai chegar ao nível emotivo, às vezes, por causa de estrago em
2008 potencial que poderia acontecer. Então eu queria que a Comissão
2009 considerasse fazer isso já.

2010

2011

2012 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – A proposta do David, é que nós façamos
2013 isso aqui e agora.

2014

2015

2016 **A SR^a. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** – Desculpe-me, mas eu vou ter que ir
2017 contra a sua proposta, porque nós somos uma instituição representativa e não
2018 posso ter a minha palavra aqui, sem ter circulado com as pessoas que eu
2019 represento. E como eu falei na minha primeira manifestação, nós tivemos um
2020 grupo de pessoas que acompanharam essa questão do Código Florestal muito
2021 de perto na CNI, e eu não participei. Então não me sentaria confortável de me
2022 manifestar, enfim, mesmo sendo aqui outro rumo, uma coisa mais focada na
2023 biodiversidade, mas sem ter o conhecimento que essas pessoas discutiram lá.

2024

2025

2026 **O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA (MAPA)** – Seria incoerente e eu preciso ser
2027 claro, que eu mudei de posição, mas eu não mudei. A posição que eu falei de
2028 manhã, é que a proposta tem que ser qualificada. Se os senhores acham que
2029 dá para fazer uma proposta aqui, com o nível de qualificação suficiente. E
2030 suficiente tem que ser suficiente mesmo. Eu acho que essa posição não vai ser
2031 madura, acho que ela tem que ser validada pelos órgãos, que nós não estamos
2032 aqui representando a nós mesmo, ninguém aqui está representando
2033 individualmente. Nós estamos representando instituições e essas instituições
2034 precisam de consulta porque nós estamos falando de uma das maiores
2035 polêmicas que já aconteceram, pelo menos na pauta da agropecuária, que
2036 impacta hoje mais de 90% das propriedades. Então, seria leviano de minha
2037 parte aceitar que um documento feito aqui e agora, tem profundidade científica
2038 que nós acabamos de falar que deveria ter. Nós estávamos falando em
2039 qualificar a proposta, se vamos fazer uma proposta aqui e agora em cima da

2040 Mesa aqui, eu acho que essa é uma metodologia que compromete o resultado
2041 da proposta.

2042

2043

2044 **A SR^a. SÔNIA MACHADO DE CAMPOS DIETRICH (ABC)** – Eu acho que ela
2045 deve ser qualificada, mas eu queria saber o seguinte, o tempo que nós temos
2046 para fazer isso. Porque nós não sabemos o tempo que esse projeto vai ficar
2047 em discussão no Senado. Então eu queria que essa proposta já saísse, assim,
2048 digamos, em termos gerais, o que ela vai ser agora e se for necessário
2049 complementá-la, para que fizesse isso com bastante urgência, como disse o
2050 David, que nós temos que... Nós já temos essa ideia geral, a ideia já foi
2051 aprovada, de que nós podemos fazer e deve fazer uma manifestação, só que o
2052 pedido que ela seja qualificada, o que podemos qualificar com dados que já
2053 temos. Inclusive tem um colosso de dados aqui apresentados pelo próprio
2054 livro da Academia Brasileira de Ciência e da SBPC, mas podemos qualificá-la
2055 rapidamente, porque nós temos esses dados e com o que já esboçamos hoje,
2056 aqui, nos considerandos e no que vamos pedir, que é justamente tempo para
2057 que esses argumentos sejam levados, a quem vai decidir e votar sobre isso. Eu
2058 acho que isso pode ser feito com bastante rapidez, não há necessidade de
2059 esperar até o fim da semana que vem. Talvez pela Internet, possa ser feito
2060 assim que nós tivermos o delineamento dos considerandos e será feita neste
2061 fim de semana, talvez para uma decisão na segunda ou terça-feira.

2062

2063

2064 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Bom, eu acredito que nós
2065 conseguiríamos fazer um texto, que seja do agrado da Comissão em
2066 recebendo a contribuição de vocês e poder circular isso na semana que vem. A
2067 proposta inicial, é que como, no dia 11, o decreto que isenta as propriedades
2068 de virem a serem fiscalizadas e multadas, deve espirar no dia 11. Então que
2069 existe o risco de que essa proposta seja votada no Senado. Então, se nós
2070 conseguíssemos receber de vocês até o dia 6, as contribuições, nós
2071 conseguiríamos consolidar e devolver para as críticas, para que nós possamos
2072 então, ter o texto final na quarta-feira. Essa é a nossa proposta. Segunda-feira,
2073 vai ser dia 6, nós esperaríamos até lá para ter a contribuição dos senhores,
2074 vamos consolidar e devolver para os senhores, para que nós consigamos
2075 fechar essa decisão no dia 8 de junho, que é quarta-feira da semana que vem.
2076 Podemos resolver assim? Então, muito obrigado. Estou conversando com o
2077 Lídio, nós temos que receber as contribuições dia 6, para devolver para vocês
2078 no dia 7, para que vocês nos devolvam no dia 8. Para daí nós mandarmos para
2079 fora. Podemos trabalhar assim? Isso. OK então? Muito obrigado então. Eu
2080 gostaria de passar para o próximo item da nossa pauta, que é apresentação e
2081 discussão sobre processo de internalização, sobre o plano estratégico da CDB,
2082 produtos esperados e reuniões setoriais, que a Carla Lemos, Técnica do
2083 Ministério do Meio Ambiente vai fazer neste momento.

2084

2085

2086 **A SR^a. CARLA LEMOS (MMA)** – Enquanto a Gláucia coloca a apresentação
2087 ali. Eu vou distribuir para vocês, eu deveria distribuir antes. É uma publicação...
2088 Essa é uma publicação, que até vocês vão ver, que nem tem o logo do
2089 Ministério não, mas é que, essa iniciativa que se chama Diálogo sobre

2090Biodiversidade Construindo a Estratégia Brasileira para 2020, é um nome de
2091uma iniciativa que o Ministério do Meio Ambiente juntamente com outros
2092parceiros, está liderando, para que visa a internalização do plano estratégico
2093da convenção sobre diversidade biológica, que foi aprovada em outubro do ano
2094passado, durante a COP 10. Como vocês sabem as decisões que são
2095aprovadas na COP, os países que estão, que fazem parte da convenção
2096aprovam a decisão e isso passa a valer dentro dos países. Entretanto, as
2097decisões têm um caráter que nós podemos chamar de software (...), não é uma
2098lei que vai ser internalizada obrigatoriamente dentro dos países. Nós temos
2099vários exemplos de decisões das conferências, exemplificando aqui a da
2100convenção sobre diversidade biológica, que nos países não são
2101implementadas de fato. Então, eu vim aqui, representando o Ministério, para
2102apresentar essa iniciativa, que é uma das formas que nós, do Ministério do
2103Meio Ambiente e outros parceiros, estamos pensando para implementação do
2104plano estratégico para o período de 2011 a 2020. Então, fazendo uma
2105retrospectiva, na questão do plano estratégico, então nós tivemos essa decisão
2106que a 10/02 aprovada na 10ª Conferência das partes. E se vocês pegarem o
2107texto da decisão 10/02, vocês vão ver que é uma decisão que coloca uma série
2108de considerandos e uma série de... Faz uma análise, na verdade, das metas
2109que foram estabelecidas para 2010, para o período de 2002 a 2010. E como já
2110colocado aqui, inclusive, na parte da manhã, o cenário é bem catastrófico, se
2111vocês pegarem o panorama, o 3º relatório do panorama real da biodiversidade,
2112fala sobre o alcance das metas globais e o 4º relatório nacional para a
2113convenção sobre a diversidade biológica, que é o que vocês receberam hoje,
2114vocês vão ver que as metas e as propostas, elas foram minimamente
2115alcançadas. Então, o cenário é bem preocupante e não só as metas não foram
2116alcançadas como as pressões sobre a biodiversidade sobre, os ecossistemas
2117estão aumentando, não só não pararam como estão aumentando. Então isso
2118exige, uma tomada de decisão e uma estratégia muito eficaz para nós
2119contermos a perda de biodiversidade, e a proteção, e a conservação e o uso
2120sustentável da biodiversidade. Eu coloquei aqui, e vou passar bem
2121rapidamente sobre as metas que foram aprovadas, só chamando atenção para
2122alguns aspectos principais para nós ficarmos com isso em mente. Nessa
2123publicação que o Lídio, distribuiu para vocês, no final delas têm a tradução, que
2124não é uma tradução oficial ainda, porque nós ainda estamos revisando, mas
2125tem uma tradução aí dessas 20 metas que foram aprovadas na COP 10 e
2126vocês já sabem e vão ver que essas metas são 20 metas, é um conjunto bem
2127razoável de metas, são agrupadas em 5 objetivos estratégicos. Então esse
2128primeiro objetivo estratégico fala de tratar das causas fundamentais, a perda de
2129biodiversidade fazendo com que isso seja uma preocupação do Governo e da
2130sociedade. Então a meta 1, trata especificamente de ampliar e de divulgar o
2131conhecimento de valor da biodiversidade e da sociedade para que nós
2132alcançamos aí a conservação e o uso sustentável. A meta 2, é uma meta bem
2133ambiciosa e visa colocar os valores da biodiversidade incorporados aos pontos
2134nacionais, então é um grande desafio, este da meta. A meta 3 é bem nesse
2135sentido da questão financeira, visa acabar com os incentivos perversos, então
2136coloca que até 2020, no mais tardar nós vamos deveremos ter os incentivos
2137lesivos da biodiversidade, evitá-los ou minimizá-los. A meta 4, até 2020 o mais
2138tardar toda sociedade deverá adotar medidas ou ter implementados planos de
2139produção e consumo sustentáveis. A meta 5, daí já faz parte de outro objetivo

2140estratégico que é de redução das pressões diretas sobre a biodiversidade e a
2141promoção do uso sustentável, então a meta 5 coloca que até 2020 nós
2142devemos diminuir a perda de biodiversidade e de todos os hábitos nativos. A
2143meta 6 coloca que até 2020 o manejo e a captura de qualquer toques de
2144peixes, invertebrados e plantas aquáticas serão sustentáveis, é uma meta bem
2145específica para o setor pesqueiro. Ainda dentro do objetivo estratégico de até
21462020, as áreas de agricultura, piscicultura e silvicultura serão manejadas de
2147forma sustentável. A meta 8 é específica sobre a redução da poluição. A meta
21489 é uma meta para espécies exóticas invasoras, para nós combatermos esse
2149grande vetor de perda de biodiversidade e também de doenças. A meta 10
2150coloca um prazo até 2015 para nós reduzirmos as pressões que causam
2151mudanças climáticas ou acidificação oceânica. O objetivo estratégico C, agora
2152é falar sobre a melhoria da situação da biodiversidade. A meta 11, então coloca
2153um prazo de até 2020 pelo menos 17% de áreas terrestres e águas
2154continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, conservados por meio de
2155sistemas de áreas protegidas. Então coloca um objetivo até numérico para
2156alcançarmos essa meta. A meta 12, fala sobre especificamente sobre a
2157questão de combate a extinção de espécies ameaçadas, então coloca o prazo
2158até 2020 de nós evitarmos uma situação crescente dessa extinção. A meta 13,
2159até 2020 a diversidade genética de plantas cultivadas, de animais criados e
2160domesticados de variedades silvestres terão sido elaborados, terão sido
2161mantidas e estratégias serão sido elaboradas e implementadas para minimizar
2162a perda da variabilidade genética. Dentro do objetivo estratégico D, que fala
2163sobre aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos.
2164Nós temos a meta 14, que coloca um prazo de até 2020, nós mantermos os
2165ecossistemas provedores dos serviços essenciais, inclusive, serviços relativos
2166a água, que contribuem a saúde. A meta 15, fala sobre a manutenção de
2167estoque de carbono e a questão da resiliência dos ecossistemas. A meta 16,
2168coloca um prazo até 2015 para nós implementarmos de acordo com a
2169legislação nacional o Protocolo de Nagoya, que foi aprovado na COP 10. E
2170dentro do último objetivo estratégico, que fala sobre aumentar a implementação
2171por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.
2172Nós temos as metas 17 a 20. E a meta 17 coloca um prazo até 2015. Temos a
2173revisão da estratégia nacional de biodiversidade, um plano de ação efetivo, não
2174só efetivos, mas participativos e atualizados. A meta 18 fala sobre a questão
2175dos conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de comunidades
2176indígenas locais e toda a questão de respeitar, de pedir o consentimento
2177dessas comunidades e levar não só conhecimento, mas ao poder de
2178contribuição e decisão dessas comunidades também. E as últimas metas 19 e
217920, falam sobre conhecimento, a base científica e tecnológica ligados a
2180biodiversidade os seus valores e funcionamento, seriam amplamente
2181compartilhadas, transferidos e aplicados até 2020. A última meta, a meta 20,
2182vai falar sobre a questão da mobilização de recursos financeiros, que foi uma
2183das decisões aprovadas na COP 10. A questão dos indicadores para
2184mobilização de recursos financeiros. Então aqui, fazendo um fechamento aí
2185com relação a essas metas que foram aprovadas lá na COP 10. O que nós
2186podemos dizer é que o Brasil teve um papel muito atuante na negociação
2187desse plano estratégico e muito no sentido de trazer, de se ter um conjunto de
2188metas bem audacioso e de real efetiva combate a perda de biodiversidade,
2189mas também com um pé muito no chão, porque não adiantaria nada termos

2190metas muito ambiciosas e até fazendo uma análise do foi aprovado para 2010
2191e chegar em 2020 e não ter um fracasso novamente. Então vocês podem ter
2192acompanhado durante a COP 10, que muitos países europeus e ONGs, tinham
2193a intenção de que as metas fossem muito mais ambiciosas, inclusive
2194especificando que nós deveríamos ter uma perda de biodiversidade zero.
2195Então vocês podem ver que isso não se refletiu, porque um dos papéis do
2196Brasil foi esse, de trazer a discussão mais para a realidade. Então, esse
2197conjunto de metas que foram aprovados, é um conjunto bem razoável, que,
2198como vocês sabem é uma diretriz global, e por isso a estratégia brasileira
2199contempla 3..., que vou mostrar mais para frente para vocês, mas que vou
2200adiantar. Ela contempla 3 objetivos com base no que foi aprovado em Nagoya.
2201Como eu falei antes para vocês, a questão do plano estratégico dentro dos
2202países, não ser uma questão legal muito forte, um dos objetivos seria nós
2203debater e discutir a possibilidade de nós internalizarmos de uma forma mais
2204forte o plano estratégico dentro do Brasil, inclusive com algum marco legal,
2205como se nós tivéssemos trabalhando na ratificação do plano estratégico dentro
2206do Brasil. A segunda etapa, seria discutir as metas globais, mais
2207especificamente, para o âmbito nacional, coisa que a CONABIO já fez para as
2208metas de 2002/2010, pensando e elaborando 51 submetas nacionais, que
2209foram feitas para as metas anteriores. E uma terceira etapa, seria pensar e no
2210meu ponto de vista acho, que é a etapa mais importante. Pensar como que o
2211Brasil, vai implementar essas metas no âmbito nacional. Então, quais seriam os
2212meios para implementação disso? Quem seriam os atores que deveriam
2213implementar não só no âmbito do Governo, mas da sociedade. Em quanto
2214tempo deveria fazer isso? Qual o recurso que deveria ser empenhado nisso?
2215Quais seriam as instituições de monitoramento do alcance dessas metas?
2216Então é essa a estratégia de internalização que nós estamos propondo. O
2217objetivo que eu coloco aqui para vocês é a elaboração e proposição de
2218instrumentos eficazes para o alcance das metas da biodiversidade. Eu não sei,
2219mas eu acho que esqueci de mencionar, mas as metas foram apelidadas,
2220foram nomeadas de (...), por causa da província de Nagoya, eles acharam que
2221deveriam ter um nome as metas, então ficou as metas (...) de biodiversidade. E
2222aí, eu chamei atenção para a necessidade de engajamento de toda a
2223sociedade nesse processo porque, não é só o Governo, não é só a sociedade,
2224não é cada setor isolado que vai permitir que cheguemos em 2020 ou até antes
2225disso, e tenha as metas alcançadas ou parcialmente alcançadas. Nós
2226apostamos muito em que toda a sociedade se veja nesse processo internalize
2227nesse processo contribua e faça todas as intervenções necessárias para que
2228não repita o fracasso de 2010. Então, eu coloquei aqui aqueles três
2229instrumentos para vocês que nós esperamos, que 1, seria o instrumento legal
2230que visaria ratificar o plano estratégico da CDB. Um outro instrumento legal que
2231poderia ser um decreto ou uma Resolução do CONAMA que falaria sobre a
2232alcance das metas nacionais, ficou cortado ali, mas essa eu vou parodiar o
2233Bráulio, que ele chama de customização das metas globais, para realidade
2234brasileira. E o terceiro produto que é um termo de ação, que é aquele que vai
2235ser um panorama aí, como se fosse um mapa do caminho, para sabermos
2236quando que nós vamos alcançar a meta e talvez quem que monitore essas
2237metas. Nós temos um exemplo do plano de ação de combate ao
2238desmatamento do cerrado, que tem uma tabela, que saiu uma publicação. Eu
2239acho que vocês devem ter recebido. Que tem uma tabela muito interessante

2240que lista todos esses atores, os prazos, os custos, mas isso foi feito muito a
2241nível de Governo e a nós gostaríamos que isso fosse feito, no caso do plano
2242estratégico, a nível Nacional, envolvendo todos os setores da sociedade. Então
2243o processo que estamos propondo, na verdade, estamos trazendo isso para a
2244CONABIO, que foi a proposta da Dani de trazer essa discussão para a
2245CONABIO, justamente para que vocês possam intervir em toda o pensar desse
2246processo também. Então estamos pensando em fazer uma reunião nacional,
2247envolvendo todos os setores da sociedade e aí nessa reunião nacional, nós
2248teríamos como foco a discussão de um provável instrumento legal para
2249ratificação do plano. Então nós discutiríamos talvez elementos, o que esse
2250instrumento legal deveria ter. Uma das propostas que nós temos já pensada
2251seria o comitê de monitoramento, do alcance das metas. O que nós
2252poderíamos pensar de instrumento legal. 5 reuniões setoriais, que daí nós
2253temos inicialmente pensado reunião com setor privado, as empresas e as
2254indústrias. Uma outra reunião com o setor acadêmico, da academia. Uma outra
2255reunião com os órgãos de Governo, uma reunião mais governamental. Uma
2256reunião mais de povos e comunidades tradicionais. E uma reunião de
2257Sociedade Civil, que daí entra aí as ONGs. E para fechar tudo isso, uma
2258reunião nacional com todos os setores e com representantes de todos os
2259setores novamente, para consolidar os subsídios propostos nessas 5 reuniões
2260setoriais. E aí temos a ambição de fazer a consulta pública com os documentos
2261final para receber subsídios de um público mais amplo. Então, esse é um
2262processo bem... Nós fizemos a apresentação disso na semana da Mata
2263Atlântica, e muitas pessoas colocaram que isso deveria ser ampliado. O MMA,
2264particularmente, concorda com a questão de ampliação e sempre de levar a
2265discussão ao maior número de pessoas. Entretanto, nós temos como (...) para
2266esse processo todo a Rio+20, nós queremos aproveitar o ensejo, a questão de
2267o Brasil ser anfitrião dessa grande convenção para que nós tenhamos aí uma
2268pressão interna para poder aprovar todos esses instrumentos e levar aí para a
2269Rio+20, uma sinalização de que o Brasil está fazendo a sua parte. Então aí é
2270um resumo mais ou menos do que nós estamos pensando. Eu acho que
2271também me esqueci de mencionar que tivemos o lançamento desse processo,
2272um lançamento especial que a Ministra Isabela esteve presente, que foi no dia
22738 de abril, nós aproveitamos a vinda da Ministra Britânica e o apoio do Governo
2274Britânico nessa reunião para fazer o lançamento dessa iniciativa. E aí nós
2275teríamos essas reuniões com Governo e sociedade, para estabelecimento de
2276um marco geral, com as 5 reuniões setoriais, visando a regulamentação das
2277submetas e um plano de ação com prazo final da Rio+20. E esse é um
2278panorama geral dos atores que pretendemos, são exemplos, na verdade,
2279atores que nós pretendemos incluir nesse processo todo. Ali, na parte central,
2280foram os primeiros atores que pensaram nessa iniciativa, que vocês vão ver
2281nessa publicação que nós distribuimos tem um início aí, um resumo de como
2282começou essa iniciativa, que o (...), chamou o Ministério do Meio Ambiente
2283para conversar a respeito de como fazer aí a internalização do que tinha sido
2284aprovado na COP 10. E esse grupo está sendo ampliado agora, com a
2285participação de todos os outros setores. Nós temos uma conversa iniciativa
2286com o setor privado e então com o pessoal da CNI, com o pessoal do
2287movimento empresarial pela biodiversidade, que liderou a questão da carta, em
2288prol da biodiversidade no ano passado, pré-COP 10. E nós pretendemos iniciar
2289um conversa, se possível ainda hoje com a SBPC, para falar sobre esse

2290 processo. Nós conversamos com ABEMA e para iniciar a conversa com os
2291 estados, e com a (...) que faz parte desse processo, com o pessoal de povos e
2292 comunidades tradicionais também, já conversamos com o Embrapa e com o
2293 pessoal da Comissão Nacional para Desenvolvimento Sustentável de Povos e
2294 Comunidades Tradicionais, bem como o pessoal da via campezina, da
2295 articulação (...) e comunidades extrativistas do Marajó. Então nós estamos com
2296 conversas articuladas com alguns desses setores para nós correremos contra o
2297 tempo para ver se conseguimos atingir essas metas ambiciosas também para a
2298 Rio+20. É esse o processo. Obrigada.

2299

2300

2301 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Muito obrigada, Carla. Eu gostaria de
2302 abrir a discussão sobre a apresentação e a proposta do Ministério do Meio
2303 Ambiente de proposta para internalização das metas. Helinton

2304

2305

2306 **SR. HELINTON JOSÉ ROCHA (MAPA)** – Carla nós identificamos aqui
2307 assim nove metas com bom impacto, importantes impactos e alguns impactos
2308 que serão muito positivos para os trabalhos que nós desenvolvemos na área
2309 de agricultura orgânica, na área de produção integrada, na área de integração
2310 e lavoura, pecuária e floresta, no plano ABC, mas que nós precisamos que haja
2311 a inclusão da Confederação Nacional da Agricultura ou de outras formas de
2312 representação produtores agropecuários e do próprio Ministério da Agricultura
2313 em determinado momento, claro que vocês estão liderando o processo e nós
2314 achamos essa liderança muito importante e valorizarmos isso e nos colocamos
2315 à disposição para colocar principalmente a área técnica que trabalha com
2316 esses programas que têm... Que vão com certeza ter essas metas, tem
2317 impactos importantes nesses trabalhos e a maior parte delas inclusive de
2318 valorização, mas que se nós não conseguirmos fazer o diálogo desde o início
2319 depois os produtores são muito reativos e vão reagir de maneira a dificultar
2320 muito desses problemas então nós sugerimos a vocês que incluam nesse
2321 RODOMAP esses atores também.

2322

2323

2324 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada, Helinton. De maneira alguma,
2325 na nossa proposta nós temos verificados todos os parceiros que devem
2326 incluídos, isso é uma... O que a Carla fez é uma exemplificação do que nós
2327 esperaríamos que fosse incorporado, mas com certeza nós queremos
2328 contribuição de todos vocês de que instituições devem ser incorporadas nesse
2329 processo, que devem ser ouvidas porque esse compromisso assumido junto a
2330 CDB representa o compromisso da sociedade brasileira como um todo, como
2331 disse a Carla vai incluir os governantes locais, os municípios têm que estar
2332 envolvidos nesse debate, a academia, as instituições voltadas para pesquisas
2333 têm que estar envolvido nisso, o setor produtivo tem que estar envolvido, o
2334 setor... As organizações não sociais têm que estar envolvidas nisso porque de
2335 maneira alguma nós achamos que o Ministério do Meio Ambiente sozinho
2336 poderia ambicionar fazer com que aquelas metas 2008 do CDB sejam
2337 atingidas. Então estamos com interface também com o setor financeiro do
2338 Governo porque como fazer a internacionalização do custo de perda de
2339 biodiversidade se não for com eles contabilizando isso conosco? Então o modo

2340de exercício que o Ministério têm feito também é de estar capitaneando uma
2341iniciativa voltada para que seja desenvolvido um estudo voltado para a
2342economia dos ecossistemas e dos serviços ambientais, na sigla inglesa esse
2343estudo foi denominado TIB. Então nós estamos trabalhando para fazer uma
2344articulação para fazer um TIB Brasil, que nós conseguimos mostrar para a
2345sociedade quanto custa a perda da biodiversidade, quanto vale manter a
2346biodiversidade e a terceira que eu esqueço sempre, é o custo quanto vale e um
2347outro que depois eu lembro, que também é uma contribuição do Ministério para
2348mostrar para a sociedade como um todo o que é biodiversidade em termos
2349econômicos, que é uma coisa uma ferramenta que muitas pessoas entendem,
2350quanto vale é uma coisa que cabe na cabeça de muitas pessoas, muito embora
2351para área ambiental biodiversidade obviamente seja um ouro verde, seja a
2352coisa melhor relevância, sem isso o ser humano não existiria, temos tido
2353dificuldade de mostrar isso para a sociedade, quanto vale, o que é
2354biodiversidade e por que é importante conservar a biodiversidade. Então são
2355instrumentos que o Ministério está tentando apoiar e articular para que
2356possamos mostrar para a sociedade o que é isso e do que nós estamos
2357falando. Pela inscrição a pela é a Márcia ou Miguel Guerra? Miguel, por favor.

2358

2359

2360**O SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (FBPC)** – Apenas uma dúvida Carla, eu
2361queria apesar um esclarecimento se todas essas metas aqui têm uma
2362consonância ou elas têm obviamente uma relação direta com que fizemos aqui
2363que é o Plano Bio, certo? O Plano de Ação nosso, elas estão considerando
2364todas as questões levantadas no nosso plano de ação?

2365

2366

2367**A SRª. CARLA LEMOS** – Na verdade, essas metas quando o Brasil foi
2368negociar isso em Nagoya nós levamos em consideração o nosso plano,
2369entretanto é um negociação internacional o que saiu aqui foi uma negociação
2370com mais outros 192 países. Então você pode ver que tem alguma coisa, mas
2371nem estudo ficou do jeito que gostaríamos que tivesse ficado.

2372

2373

2374**O SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (FBPC)** – Em outras palavras nós estamos,
2375digamos, limitados a estas metas aqui, esse é o nosso dever de casa?

2376

2377

2378**A SRª. CARLA LEMOS** – É. O que foi aprovado lá são diretrizes globais, são
2379essas metas globais, como falei para vocês, por exemplo, aquela meta que fala
2380sobre a obrigação de nós termos 17% de áreas terrestres conservadas, para a
2381Amazônia, por exemplo, é uma meta esperada, agora para a Mata Atlântica
2382não. Então a parte que o Ministério está propondo da internalização e para
2383customização das metas é nós pararmos e pensar, “olha essa meta para a
2384Amazônia, por exemplo, foi superada, mas para a catinga Mata Atlântica e tal
2385não”. Então nós pensarmos nisso por bioma ou tem metas, por exemplo, que
2386não dizem respeito especificamente a um bioma, mas diz respeito a um setor,
2387têm metas que não têm número, têm metas mais gerais como aquela de
2388ampliar o conhecimento da biodiversidade. Então o que nós queremos
2389exatamente é trazer todos para conversar para ver, essa meta nós podemos

2390readequar, essa meta pode ficar do jeito que está. Então, é pensar sobre isso
2391mesmo.

2392

2393

2394**O SR LÍDIO CORADIN (MMA)** – Apenas para ajudar no que a Carla está
2395colocando, quer dizer, Miguel, você lembra bem das metas que foram
2396elaboradas para 2010 não é? E que dessas metas de 2010 o Brasil organizou
2397as suas metas nacionais que foram 51 metas, quer dizer, essas metas agora é
23982011/2020 é uma revisão das metas 2010 que, na verdade, nenhum País
2399chegou a atingir, nenhum país chegou a avançar muito a não ser
2400pontualmente, quer dizer, agora temos esses desafios para 2020, é claro que a
2401tendência de que o País também venha algum momento talvez revisar as suas
240251 metas para 2010, reorganizando em relação ao que nós temos agora que é
2403um outro desafio talvez para essa comissão.

2404

2405

2406**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Márcia, por favor.

2407

2408

2409**A SRª. MÁRCIA CHAME (MS)** – O que eu acho é o seguinte, eu acho que
2410seria super interessante, nós fizemos isso em outras vezes quando nós fomos
2411fazer inclusive, eu nem me lembro mais se foi Decreto ou a Lei que internalizou
2412CDB, sei lá, eu estou ficando tão dinossaura nesse negócio que eu não me
2413lembro mais...

2414

2415

2416**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – É um processo que passa pelo
2417Congresso, então Decretos Legislativos, depois volta para o executivo, o
2418Executivo fez um Decreto oficializando.

2419

2420

2421**A SRª. MÁRCIA CHAME (MS)** – Então, naquela época a CONABIO foi
2422extremamente ativa na produção dessa documentação, você lembra disso? Eu
2423me lembro.

2424

2425

2426**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Não Márcia, você está confundindo.

2427

2428

2429**A SRª. MÁRCIA CHAME (MS)** – Com o quê? Porque a Lei da Biodiversidade
2430tem todos aqueles componentes... Eu só me lembro...

2431

2432

2433**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Isso aí é de 2002. Houve toda essa
2434discussão sobre a Política Nacional de Biodiversidade. A aprovação da
2435convenção isso tinha acontecido já antes.

2436

2437

2438**A SRª. MÁRCIA CHAME (MS)** – Então, foi quando nós na verdade depois
2439internalizamos, não foi isso? Foi. Porque depois tínhamos que internalizar.

2440

2441

2442 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Já estava oficializado que o Brasil era
2443 signatário da convenção, tinha feito todos os trâmites necessários, passado
2444 pelo Executivo, pelo Legislativo e voltado para o Executivo. Ali existia um
2445 compromisso de que cada País fizesse sua política Nacional de Biodiversidade
2446 naquele momento, a CONABIO participou nisso, na elaboração dessa proposta
2447 de política.

2448

2449

2450 **A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Então, esse trabalho foi super interessante,
2451 foi super importante para o CONABIO naquela época, era CONABIO,
2452 PRONABIO, nem me lembro mais o nome. Eu acho que como nós também
2453 depois em 2000 fizemos as metas para 2010, eu acho que é fundamental que
2454 nós nos organizássemos internamente, trabalhasse com essas reuniões, enfim,
2455 dos setores que são fundamentais, mas eu acho que essa Comissão tinha que
2456 realmente ter um papel bastante importante. Quando você falou o CONAMA
2457 vamos dizer esse tipo de coisa de depois promulgar, eu acho que quem tem
2458 que fazer isso é a CONABIO, não é o CONAMA. Eu sei que não temos o poder
2459 deliberativo, mas na época da política foi nós que fizemos isso e o Ministro, não
2460 lembro mais quem foi, acabou essa política virando o instrumento legal. Eu
2461 acho que temos que trazer para a CONABIO essa responsabilidade de partilhar
2462 esse processo.

2463

2464

2465 **A SR^a. CARLA LEMOS** – Na verdade, eu acho que falei essa coisa da
2466 Resolução do CONAMA porque nós pensamos em fazer com que esse
2467 conjunto de submetas nacionais seja algo mais forte do que foi a questão das
2468 51 submetas para 2010. Então ser um documento, pode ser um Decreto
2469 Presidencial ou uma Resolução do CONAMA, porque a Resolução do
2470 CONAMA tem esse poder, eu não sei aqui dentro da CONABIO se isso seria
2471 uma deliberação, uma Resolução porque aí nós poderíamos... Por que estou
2472 dizendo isso? Porque dentro dessas metas como o colega do Ministério da
2473 Agricultura colocou, ela impacta muitos setores e ela traz obrigações para
2474 muitos setores. Então deveria ser uma coisa que realmente fosse, “olha é uma
2475 Resolução que tem que cumprir, não é uma diretriz.

2476

2477

2478 **A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Sim, mas eu imagino que a política, eu sei
2479 que no Brasil a última palavra de todos os instrumentos legais é mais difícil
2480 porque o cumpra-se, se não tivéssemos a capacidade não teríamos talvez 80%
2481 dos problemas que temos, mas naquela época nós fizemos tudo isso e foi um
2482 Decreto, não me lembro mais da ministra, não é possível que isso tenha sido
2483 força do CONAMA.

2484

2485

2486 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Decreto 4.339 que estabeleceu as
2487 diretrizes, da Política Nacional da Biodiversidade.

2488

2489

2490A **SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Que memória invejável.

2491

2492

2493A **SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Às vezes funciona. *(Risos!)*

2494

2495

2496A **SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – E eu acho que nós poderíamos caminhar
2497nesse sentido.

2498

2499

2500A **SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – O Lídio pediu um aparte para contribuir.

2501

2502

2503O **SR LÍDIO CORADIN (MMA)** – Márcia, entendo que seria uma Resolução da
2504CONABIO e daí dessa Resolução pode se partir para um Decreto da
2505presidência sem necessidade de ser do CONAMA, quer dizer, como forma de
2506valorizar essa Comissão. Você pode a partir de uma Resolução daqui da
2507CONABIO partir direto como fez em outras oportunidades partir direto para um
2508Decreto Presidencial.

2509

2510

2511A **SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Só para contribuir com essa discussão,
2512a nossa ambição é que nós queríamos fazer uma Lei que estabelecesse isso
2513vai passar por toda a negociação no Congresso, mas a ideia nossa é essa
2514fazer com que isso seja reconhecido em Lei porque criaria obrigações para
2515toda a sociedade. Nedel, por favor.

2516

2517

2518O **SR. JOÃO CARLOS NEDEL (IBAMA)** – São 20 metas e dezenas de
2519instituições e a Rio Mais 20, eu queria entender, não ficou muito claro o que se
2520espera chegar até a Rio Mais 20 com toda essa movimentação de seminários,
2521reuniões e etc.. Qual é o produto esperado?

2522

2523

2524A **SR^a. CARLA LEMOS** – Então, eu acho que talvez as pessoas estejam
2525pensando será que é isso mesmo? Porque realmente é muito ambicioso, o que
2526nós pretendemos é ter pelo menos dois instrumentos legais, que um deles
2527seria essa ratificação do plano estratégico, ou seja, a decisão 10/2 está
2528valendo dentro do Brasil não só como uma decisão da COP, mas como uma
2529Lei nacional. Então esse é um dos produtos com esse primeiro seminário nós
2530teríamos aí alguns elementos para poder formular esse instrumento legal que
2531poderia ser um Decreto Presidencial também. Um outro instrumento legal que
2532nós estamos aí vendo a possibilidade de ser Uma Resolução da CONABIO e
2533depois também encaminhar para ser um Decreto Presidencial, seria as
2534submetas, como nós trabalhamos com as 51 submetas para 2010, nós
2535trabalharíamos aqui, espero eu num conjunto muito menor de submetas a
2536internalização das metas para o Brasil, esse exemplo que coloquei 17% para a
2537Mata Atlântica está Ok, mas para a Amazônia tem que ser diferente. E um
2538terceiro produto que é um plano de ação que talvez fosse... Nós estamos
2539pensando que seja uma regulamentação desse Decreto das submetas. Então

2540você pega o Decreto que estabelece as submetas nacionais e vincula o
2541cumprimento dessas submetas a um plano de ação que vai estabelecer quais
2542são os atores, quanto tempo, qual o custo disso e tudo mais. Então seriam
2543esses três produtos que nós queremos, as reuniões setoriais não coloquei aqui
2544o cronograma porque é uma coisa muito a amadurecer, mas nós pretendemos
2545que todas as reuniões setoriais aconteçam nesse ano, a primeira reunião com
2546todos os setores que aconteça agora em junho já e que a nós tenhamos no
2547final desse ano já pelo menos os dois produtos principais já elaborados. Então
2548os dois Decretos ou um Decreto e uma Resolução já prontos e que a fiquemos
2549só esperando o plano de ação ser construído para ser publicado no ano que
2550vem porque a Rio Mais 20 é em junho. Então nós queremos que todo esse
2551processo ocorra esse ano, não sei se ficou mais claro.

2552

2553

2554**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (IBAMA)** – Ficou claro, mas a minha
2555preocupação é que realmente nós pudéssemos depois desse esforço enorme
2556principalmente unindo o setor privado e etc. e tal, nós pudéssemos ter
2557realmente o plano de ação, mas chegar com um plano de ação com metas
2558claras para mostrar para a sociedade brasileira e para o mundo que nós
2559estamos cumprindo a nossa missão, mas fiquei preocupado porque não tinha
2560ouvido a palavra plano de ação, mesmo que seja importante a questão legal
2561sem um plano de ação concreto e com metas não podemos correr o risco de
2562não chegar muito longe. Então eu acho o plano de ação fundamental e
2563evidentemente mesmo também porque além da Rio+20 teremos outros
2564eventos importantes ao longo dos anos que é a questão da Copa do Mundo e a
2565questão das Olimpíadas que eu acho importantíssima a vinculação da
2566biodiversidade com isso e a única forma que eu vejo particularmente para fazer
2567com que a biodiversidade se vulgarize no bom sentido, se dissemine perante a
2568sociedade, no meu ponto de vista é vinculando isso a ações populares como
2569irão ser a Copa do mundo e as olimpíadas. Então eu acho que tem alternativas
2570de fazer essa vinculação e envolver fortemente a sociedade como, por
2571exemplo, a Federação do Comércio e tal e fazer toda uma vinculação de
2572espécies ameaçadas e sempre cito esse exemplo do Pau Brasil que é uma
2573espécie símbolo do nosso País, é aro oficial do nosso País, tem o nome do
2574nosso país, nós somos brasileiros por causa dessa árvore e que nós temos
2575todo um apelo, digamos assim, para através dela e outras, mas dela em
2576especial pela questão cultural e histórica de fazer com que a biodiversidade
2577realmente tenha o seu papel entendido pela sociedade. Eu acho que nós temos
2578que buscar alternativas populares para que a população compreenda o papel
2579da biodiversidade.

2580

2581

2582**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Márcia, por favor.

2583

2584

2585**A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Enfim, eu me lembro que quando fizemos a
2586PANBIO, então na verdade faríamos uma coisa assim, nós trabalhamos com
2587essa questão das submetas, dos planos de ação e me lembro que inclusive
2588tinha uma pessoa do Planejamento nos ajudando a identificar, nós fizemos
2589esse exercício do que estaria já dentro dos PAAs de todos os órgãos e, enfim,

2590então eu acho que temos que, enfim, retornar e fazer esse novo dever de casa.
2591Em relação a Rio+20 e aí assim, é uma pergunta porque eu até queria um
2592pouco mais de esclarecimento sobre como é que o Governo pretende fazer
2593isso e falo isso porque a minha instituição a FIOCRUZ, agora o Ministério da
2594Saúde, todo mundo está querendo fazer alguma coisa na Rio+20, eu fico
2595preocupada porque assim, vira uma grande festa, o Brasil adora fazer festa,
2596mas eu acho que nós minimamente tinha que ter um caminho condutor de
2597articulação entre as coisas, entre as produções, vamos publicar ali, ninguém
2598sabe do que vai falar e fica tudo meio muito louco assim como a própria
2599internalização das metas. Eu vejo isso na minha instituição e que é bastante
2600grande e imagino que está acontecendo só lá, eu imagino que deve estar aí no
2601imaginário de todo mundo. Então assim, eu gostaria de realmente ter um rumo,
2602ouvir um pouco do que vocês estão pensando até para dar um “espera aí
2603minha gente, calma vamos entrar em um caminho”, até porque é uma coisa do
2604mundo inteiro complicadíssima de organizar senão vai ficar difícil.

2605

2606

2607**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Márcia, a Rio+20 é uma conferência da
2608ONU que vai ocorrer no Brasil, como o Brasil vai estar sediando o Governo
2609está preocupado de fato com o que é vamos de fato levar para esse evento e
2610como vai ser a nossa participação. Eu li hoje pela manhã, acredito, que vai ser
2611dado posse ao Comitê preparatório para a Rio+20, vai acontecer a cerimônia
2612no Palácio durante a Semana do Meio Ambiente, não tenho muita certeza, mas
2613vai ser criada a Comissão que vai coordenar os trabalhos de como vai ser a
2614participação do Brasil. A ministra do meio ambiente pediu que no âmbito do
2615Ministério quem acompanhasse isso fosse o Bráulio, mais uma coisa que o
2616Bráulio está fazendo é acompanhando é a Rio+20 e a Secretária de Articulação
2617Institucional Samira Crespo também está participando desse processo. Dentro
2618da Secretaria de Biodiversidade de Floresta, o Bráulio passou essa atribuição o
2619DCBIO, Departamento que eu dirijo Departamento de Conservação da
2620Biodiversidade, nós estamos acompanhando. Ainda não existe nada
2621formalizado, o que vai ser, quem vai participar, de que maneira, mas assim que
2622tivermos a informação nós repassamos isso para vocês tranquilamente.
2623Sandra, por favor.

2624

2625

2626**A SR^a. SANDRA DE CARLA (MPOG)** – É mais um esclarecimento. Eu
2627gostaria de entender esse plano de ação ele vai substituir o atual PANBIO?

2628

2629

2630**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Não. O plano de ação para
2631internalização das metas para 2020, então, como se nessa legislação, a
2632proposta de legislação que nós estamos querendo é trazer as metas 2010 e
2633fazer com que todo mundo seja responsável para que essas metas sejam
2634atingidas, toda essa negociação com diferentes setores é para que possamos
2635estabelecer então quais são as metas do Brasil para que aquelas metas
2636globais para que possamos contribuir para que aquelas metas globais sejam
2637atingidas. E o plano de ação seria como nós caminharíamos para que essas
2638metas possam ser atingidas, essas metas nacionais, quando chegar em 2020
2639nós apresentaremos isso para a convenção e falamos assim “olha, contribuição

2640do Brasil para o cumprimento das metas globais é essa, fizemos isso, com isso
2641atingimos tanto” para que a então a convenção, o secretariado da convenção
2642possa chegar a esse acordo e quanto o mundo conseguiu caminhar para que
2643aquelas metas de 2020 fossem atingidas, a ideia é essa. O PANBIO
2644permanece.

2645

2646

2647**A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Mas eu acho que valeria a pena nós até
2648darmos uma revisada no PANBIO porque provavelmente têm coisas que já
2649ficaram para traz, coisas que precisam ser remodeladas, eu acho que essa
2650seria uma oportunidade super importante de não sobrepor as coisas e talvez
2651fosse bastante interessante, têm coisas que nós já cumprimos metade e aí tem
2652que redefinir a metade, têm coisas novas e coisas que foram.

2653

2654

2655**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Márcia, você está falando de fato do
2656PAN BIO ou você está falando das metas que a CONABIO estabeleceu para
26572010?

2658

2659

2660**A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Eu acho que estou falando das duas coisas,
2661as metas para 2010 é uma coisa e as metas de 2010 refletiram no plano de
2662ação que virou PANBIO não é isso? E foi exatamente o que você falou, como é
2663que nós vamos atingir, qual é o plano do Brasil para atingir essas metas. Então
2664têm ações do PANBIO que ainda estão em continuidade e nós vamos fazer o
2665PANBIO II, sei lá, para 2020. Então talvez fosse interessante nesse processo
2666rever o PANBIO e agregar novas metas, enfim, readequar o PANBIO para
26672020 até para nós não ficarmos com duas coisas porque eu acho que isso mais
2668complica do que ajuda, tem o PANBIO, mas trabalhar isso como dois planos de
2669ação, eu acho que, talvez não sei, no meu entendimento talvez isso ajude a
2670todo mundo.

2671

2672

2673**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Você deve ter razão Márcia, eu tenho
2674medo que é muita coisa. Faz sentido, é porque o PANBIO é o Plano de Ação
2675da Política Nacional de Biodiversidade e nós queremos fazer um plano de ação
2676para internalização das metas de ICHI, é um outro plano de ação, você tem um
2677plano de ação para combater o desmatamento do cerrado, você tem um plano
2678de ação... Existem muitos planos de ação, não sei se obrigatoriamente se a
2679criação de um plano de ação para internalização das metas passaria por uma
2680revisão do Plano de Ação das Políticas Nacional de Biodiversidade, talvez você
2681tenha razão, mas temos que pensar sobre isso. Miguel.

2682

2683

2684**O SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (FBPC)** – A minha observação é derivada
2685desse fato, é que você não cria depois documentos que não conversam entre
2686eles, ou até que apontem para direções cujo vetor não seja o mesmo, nós
2687temos que saber exatamente, talvez uma revisão do PANBIO até para
2688readequar em função dessas metas aí.

2689

2690

2691 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Mas de qualquer maneira eu entendo
2692 que teríamos então que primeiramente ter passado esse processo de consulta,
2693 estabelecimento das metas nacionais, elaboração desse plano para depois
2694 rever o Plano de Ação da Política Nacional de Biodiversidade para ver se há
2695 necessidade de adequação. Então eu acho que é um outro momento.

2696

2697

2698 **A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Mas acho interessante termos essa
2699 perspectiva.

2700

2701

2702 **O SR LÍDIO CORADIN (MMA)** – Márcia, eu acho que ter essa perspectiva é
2703 interessante, mas eu acho que não há sobreposição porque não significa que
2704 um plano não possa contribuir com outro é o que vai acontecer, o plano de
2705 ação voltado para implementação dessas metas vai sem dúvida alguma
2706 contribuir para atingimento dos objetivos de outro plano de ação, a exemplo do
2707 PANBIO, mas não diretamente você precisa revisar um por causa de outro,
2708 quer dizer, a não ser que haja um choque total eles, mas é claro que essas
2709 metas aqui perpassam vários planos de ação, várias metas do País e vários
2710 objetivos do País e vários desafios que nós temos o atingimento dessas metas
2711 aqui sem dúvida alguma vão contribuir com várias preocupações que o País
2712 têm e que para os quais criou marcos legais e tal para a solução, quer dizer,
2713 são metas, são verdadeiros desafios, são mega desafios na verdade são mega
2714 metas, quer dizer, então isso vai sem dúvida alguma mexer com outros no
2715 sentido de contribuir, não chega a sobrepor o plano de ação, quer dizer, isso se
2716 o plano de ação ajudar com a atingir o bem não vejo problema nisso aí.

2717

2718

2719 **A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Concordo com você, acho que as coisas não
2720 vão confrontar, mas assim, meu medo é que no fim nós... Se essa coisa já não
2721 é simples nós mesmos que já não entendemos que dirá termos vários planos
2722 para a sociedade e a sociedade entender o que é um plano de aplicação da
2723 política, um plano para as metas de 2020 quando na verdade as coisas são
2724 todas uma única coisa, algumas metas mais ousadas para 2020 que vamos ter
2725 que internalizar. Então assim, eu acho se nós conseguirmos fazer um esforço
2726 de depois dessa série de reuniões e tal nós definirmos isso e balizar isso com o
2727 que tem no PANBIO, ver o que ficou para trás, o que precisa e tal, eu acho que
2728 nós ganhamos com documentos ou com uma visão mais enxuta, mais única
2729 para os outros e eu tenho medo de ser tanto plano; tanta coisa e no fim não
2730 conseguirmos dar conta de nenhum deles.

2731

2732

2733 **O SR LÍDIO CORADIN (MMA)** – É que no afã da implementação da convenção
2734 o Brasil toma atitudes sozinho e toma frente sozinho, resolve fazer isso e aquilo
2735 outro e tal, têm situações que a convenção no âmbito internacional decide,
2736 passa a definir algumas metas internacionais ao longo do País e acabam se
2737 envolvendo direto nisso aí. Têm essas situações, é possível claro com isso ele
2738 atropela algumas decisões ou marcos criados no âmbito nacional independente
2739 do âmbito internacional, mas claro que tem que ser visto e mantido um certo

2740acompanhamento disso aí. Eu entendo, quer dizer, têm situações que é o caso
2741dessas metas 2011 e 2020 é uma decisão internacional que veio de lá, têm
2742outras metas e outras decisão nacionais que o Brasil toma a fim de
2743implementar os compromissos que ele assumiu ao ratificar a convenção. Então
2744tem essas situações, claro que tem que fazer um acompanhamento em algum
2745momento, quer dizer, nós estamos com dois, três quarto instrumentos fazendo
2746exatamente a mesma coisa, aí sim, mas acho que não é o caso aí. Bom...

2747

2748

2749**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Eu entendo Márcia que essa sua
2750preocupação é válida, nós vamos estar atentos a isso, coso nós detectemos
2751que há necessidade de fazer uma revisão do PANBIO vamos propor isso para
2752você. Assim, nesse momento eu acho que não teríamos nada para deliberar e
2753inclusive não temos mais quórum para deliberar com relação. Eu gostaria de
2754pedir então que a medida do possível e do interesse dos senhores que
2755quiserem fazer alguma contribuição à proposta do Ministério do Meio Ambiente
2756de como internalizar as metas, que vocês nos encaminhem para que possamos
2757incorporar as instituições que vocês acharem que são relevantes, os
2758procedimentos que devemos adotar para poder internalizar isso na nossa
2759proposta. David? Está certo? Por e-mail.

2760

2761

2762**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** – Vocês resolvem, mas eu acho que
2763talvez fosse conveniente uma proposta de um texto para pelo menos começar
2764em vez de simplesmente todo mundo mandar dia seis as coisas mais varadas,
2765e talvez a razão que eu achava interessante já sair daqui, mas fui voto vencido,
2766eu fiz um texto bem genérico aqui que queria apresentar como proposta de
2767pelos menos onde vamos começar.

2768

2769

2770**A SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Só falar a regra David, nesse momento
2771estamos no item 4.2.1 da pauta, os informes já foram feitos e estamos no item
2772outros assuntos. Então eu concordo que em outros assuntos seja discutida
2773essa sua proposta. Que fique claro para não pensarem que eu esperei a
2774pessoa ir embora para depois agora vamos discutir o texto sendo que
2775combinamos que não íamos discutir esse texto aqui, como nós estamos com
2776tempo, são quatro horas e dez minutos eu acho que é pertinente, está todo
2777mundo aqui reunido, nós podemos começar a discutir isso, mas não iremos
2778deliberar sobre isso. Ok?

2779

2780

2781**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCT)** - Eu queria colocar aqui, como tem a
2782demanda de ser bem... Eu acho mais difícil chegar a um consenso sobre algo
2783com dados e figuras e etc. do que uma coisa genérica como isso que vou
2784apresentar agora. Justamente meu temor que quando fica mais
2785consubienciado, talvez tenha mais dificuldade de chegar a um consenso. Eu
2786rapidamente fiz isso para ter alguma coisa para discutir, considerando que o
2787Brasil é o País mais rico em biodiversidade do mundo, considerando o enorme
2788valor estratégico para o País do uso sustentável dessa biodiversidade,
2789considerando a importância dessa biodiversidade na manutenção dos serviços

2790ecossistêmicos básicos como recarga de água, fertilidades dos solos,
2791polinização de inspeção, controle de pragas, reciclagem de nutrientes, captura
2792de carbono dentre outros, considerando o papel fundamental da biodiversidade
2793na produtividade agrícola, que vou colocar agora, recomendamos que a
2794Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO, recomenda que os debates
2795em curso no Congresso Nacional visando a revisão do Código Florestal levem
2796em conta a melhor ciência disponível para garantir que todos os mais
2797importantes interesses da sociedade sejam contemplados em uma formulação
2798que conserva a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos associados para
2799os o benefício de todos os brasileiros. Então, vocês que resolvam agora.

2800

2801

2802**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada, David. Vou abrir a palavra a
2803todo mundo que quiser se posicionar com relação a esse texto proposto pelo
2804MCT. Miguel, por favor.

2805

2806

2807**O SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (FBPC)** – Eu acho que deveria ser feita uma
2808questão um pouco mais expressa sobre a questão que você mesma havia
2809levantado Daniela, a questão da reserva legal e da APP, eu acho que aí que
2810nós temos que ser um pouco mais enfáticos e menos genéricos e mais
2811pontuais, ou seja, que a alteração das questões associadas da reserva legal e
2812APP podem trazer impactos muito fortes, impactos negativos muito fortes para
2813a conservação da biodiversidade.

2814

2815

2816**O SR LÍDIO CORADIN (MMA)** – Concordo com o Miguel, eu apenas entendo
2817David, eu acho que o caminho é esse aí, acho que é importante que você
2818tenha feito isso porque já era para ter sido encaminhado ao pessoal como uma
2819base, eu acho que a ideia que eu entendo, concordo com o Miguel que tem que
2820robustecer isso aí bem mais, dar mais um pouco de... Incorporar um pouco
2821mais esse texto aí, essas informações, chamar um pouco mais de atenção das
2822preocupações da CONABIO, mas eu acho que a ideia é exatamente essa aí,
2823quer dizer, colocar mais alguns considerandos e tal para dar mais força porque
2824nós vamos colocar isso no Congresso e nem todos têm o domínio
2825completamente ao tema, mas acho que simplesmente é isso aí, eu acho que
2826pode ser encaminhado para o pessoal já como uma forma de ganhar tempo.

2827

2828

2829**O SR. MIGUEL PEDRO GUERRA (FBPC)** – Permita-me um adendo apenas
2830Lídio, por aquilo próprio que acho que o Helinton ou o próprio Nedel mencionou
2831aqui, é colocar um pouco de dados inclusive, enfatizar que nas APP e nas
2832reservas legais nós temos tantos milhões de hectares em áreas de
2833preservação. Eu acho que aí você está dando uma informação muito robusta,
2834“olha, tem tanto do território nisto” e alterar nisso tem impactos, vai ter
2835implicações muito fortes.

2836

2837

2838**A SR^a. SÔNIA MACHADO DE CAMPOS DIETRICH (ABC)** – Eu acho também
2839que um dos problemas é que o tempo, quer dizer, que se leve o tempo que for

2840necessário para que essa discussão chegue a um bom termo e defenda os
2841interesses da biodiversidade, da comunidade, da saúde daqueles que nós
2842falamos aqui, quer dizer, não é que seja urgente que seja feito agora, que seja
2843decidido nessa semana e nem nada, só porque dia onze *deadline* para o
2844código anterior, eu acho que isso pode levar mais tempo, o tempo que for
2845necessário, isso seria já não nos considerandos, mas no finalmente de que o
2846tempo é importante que se use para discussão o tempo que for necessário
2847para o entendimento completo desse problema tão complexo e importante que
2848é o Código Florestal.

2849

2850

2851**A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Então, eu concordo com esses, enfim, que
2852nós começamos pelos considerandos, mas acho que é fundamental, eu acho
2853que os dados são fundamentais porque na verdade quem vai analisar isso não
2854tem ideia do que efetivamente está fazendo. Então, enfim, eu só acho que
2855enfim, só ali para melhorar nós colocamos controle de pragas, põe controle de
2856pragas doenças humanas e animais porque isso é importante, mas nós
2857trabalhamos no ano passado com um documento que nós estamos produzindo
2858um livro sobre o impacto da perda da biodiversidade na saúde e com dados
2859bem consolidados em termos de mortalidade, e morbidade, e custo financeiro e
2860todas essas coisas, e essa linguagem as pessoas entendem bastante bem.
2861Grana e morte são duas coisas bastante impactantes. Eu acho que esses
2862dados são importantes, por exemplo, mata ciliar e perda de mata ciliar tem uma
2863extremamente alta importância para emergência de doenças e só um dado
2864interessante, por exemplo, a dengue onde tem área preservada os casos de
2865dengue são baixíssimos por causa da competição dos insetos e outros
2866mosquitos nossos com os mosquitos da dengue e ano passado gastamos um
2867bilhão com a dengue no Brasil.

2868

2869

2870**SR. ROBERTO GALLUCCI (MMA)** – Acho importante e gostaria de
2871corroborar algumas falas no sentido que se esse é um documento que deve ter
2872um maior volume de informações e conhecimento para colocar para a
2873sociedade sobre biodiversidade e num momento tão decisivo quanto esse de
2874discussão do Código Florestal, eu acho que é muito importante que se enfatize
2875a questão dos bens e serviços e ecossistêmicos que já foi mencionado
2876algumas dessas condições, mas que isso seja feito até de um certa forma
2877bastante detalhada para que esse documento ao final não fique meramente
2878uma recomendação com alguns conceitos um pouco genéricos e que não
2879talvez causem o impacto que a Comissão gostaria de tentar promover nesse
2880momento. Então eu acho que as pessoas aqui têm condições de desenvolver
2881bem essas informações, por exemplo, com relação aos serviços
2882ecossistêmicos prestados por ecossistemas costeiros, manguezais, existem
2883dados em termos de valoração mesmo econômica e de serviços e por outro
2884lado das perdas econômicas causadas pela degradação desses ecossistemas
2885e na casa de milhões ou até bilhões de dólares. Então eu gostaria de
2886recomendar realmente que nós possamos enriquecer o máximo possível esse
2887documento.

2888

2889

2890 **SR. JOÃO CARLOS NEDEL (IBAMA)** – Na linha de raciocínio do Roberto
2891 eu estou vendo que se por um lado nós não temos tempo, nós não vamos ter
2892 como pedir que o Senado tenha mais tempo para debater como nós
2893 gostaríamos, acho que essa possibilidade eu acho que não vai existir, por outro
2894 lado estou achando um pouquinho rápido demais essa história da semana que
2895 vem, eu não estou entendendo essa rapidez, a razão dela e acho quase que
2896 impossível tipo segunda feira mandar, terça voltar, estou achando esse
2897 cronograma extremamente apertado e duvido particularmente que nós
2898 consigamos ter esses dados que o Roberto se referiu até segunda feira, terça
2899 vocês sistematizarem e mandarem para nós na quarta, estou achando o prazo
2900 extremamente curto e não entendi porque na verdade esse cronograma tão
2901 curto porque você se referiu ao Decreto, ao prazo do Decreto que na verdade
2902 assim, até o João falou de manhã, eu não... Enfim não estou entendendo a
2903 relação do Decreto, da data dia onze do Decreto com essa necessidade de
2904 apresentarmos isso, para mim não tem relação.

2905

2906

2907 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Nedel, deixa tentar explicar. Nós
2908 acreditamos que pode ser que o Senado use dessa data de expiração desse
2909 Decreto para fazer a votação dessas alterações de uma maneira muito
2910 apressada do nosso ponto de vista. Então se de fato eles forem usam como
2911 disse o João, o fato de a partir dessa data as pessoas poderem se tornar
2912 irregulares, não quer dizer que isso vai acontecer no dia para a noite, mas que
2913 eles podem usar essa justificativa para então essa votação apressadamente.
2914 Então a ideia de fazermos todo esse processo aqui é que... Em eles indo votar
2915 isso a Comissão Nacional de Biodiversidade se expressado e dito da sua
2916 preocupação com relação às propostas de alterações que estão sendo feitas
2917 para o Código Florestal, que nós tenhamos a oportunidade de dizer o que nós
2918 achamos, essa data não foi estipulada por nós, estamos achando que
2919 eventualmente eles podem querer se aproveitar do fato que esse Decreto
2920 expira no dia onze para votar a semana que, vem é por isso. Por ordem de
2921 inscrição Sônia e depois... Sônia.

2922

2923

2924 **A SR^a. SÔNIA MACHADO DE CAMPOS DIETRICH (ABC)** – Acontece o
2925 seguinte, nós estamos colocando muitas ideias e muitas informações nesse
2926 nosso manifesto e eu já sei, já tive experiências várias no Congresso Nacional,
2927 na Assembléia Legislativa de São Paulo e outros lugares e que se você fizer
2928 um documento muito extenso corre o risco dele não ser lido na íntegra e nós
2929 perdermos muito daquilo que o David pôs ali, a oportunidade é de dizer o que é
2930 mais importante. Então eu acho que temos que fazer isso rapidamente, mas
2931 tem que ser bastante seletivo naquilo que vamos colocar porque senão nós
2932 podemos ganhar no tempo de chegar lá com isso, mas é tão grande que eles
2933 realmente acabam não lendo. Isso eu já conheço de experiência própria, de
2934 várias vezes em conversas mesmo com parlamentares, que eles gostam de
2935 coisas curtas e bem explícitas e bem diretas, e olhe lá assim mesmo, mas
2936 queremos que o nosso documento tenha isso, que tenha essa forma direta e
2937 objetiva de falar as coisas e informar e ao mesmo tempo não ser muito longo.

2938

2939

2940 **A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Sônia, acho você está correta, de fato
2941 muitas vezes documentos muito extensos não são lidos pelas pessoas. Então
2942 eu gostaria nesse momento que fechássemos essa discussão, essa proposta
2943 inicial do David vai distribuída para todos vocês, você pode distribuir isso
2944 amanhã ou ainda hoje à noite? E daí vocês, por favor, contribuam, mandem a
2945 contribuição de vocês para tentarmos fazer então conforme aquele calendário
2946 que discutimos primeiramente, segunda feira dia seis vocês nos devolvem para
2947 que dia sete possamos consolidar e retornar para vocês para que no dia oito
2948 consigamos fechar esse documento. E vamos torcer para que esse Código não
2949 seja... Essas alterações, proposta de alterações no Código não seja votado de
2950 maneira muito atabalhoada na semana que vem, de maneira corrida sem que
2951 tenhamos a oportunidade de nos expressarmos. Queria pedir que o Carlos
2952 Putchara que é do Departamento de Recursos Genéticos, Patrimônio Genético,
2953 DPG da Secretaria de Biodiversidade e Florestas fizesse uma apresentação
2954 sobre o seminário que vai ocorrer para a discussão do tema repartição de
2955 benefício aqui que trará contribuições de pessoas do exterior inclusive para que
2956 as experiências sejam trocadas entre eles e nós.

2957

2958

2959 **O SR. CARLOS PUTCHARA (DPG)** – Obrigado. Na verdade eu estou
2960 ajudando na organização do evento, não posso dar muitos detalhes sobre
2961 como vai se passar realmente o evento. Ele tem... É mais fácil falar sobre o
2962 objetivo dele, o objetivo geral, esse evento foi pensado inicialmente pela
2963 Secretaria Executiva do Ministério e então foi solicitado que se organizasse
2964 uma pequena reunião de trabalho, no formato de uma oficina, na verdade
2965 seminário, algo que tenha o caráter um pouco pequeno, um pouco menor em
2966 termos de tamanho, que tem uma finalidade técnica que é de apresentar
2967 experiência de estruturas institucionais implantadas para os Estados nacionais
2968 para o gerenciamento do patrimônio genético. Então, essa oficina foi pensada
2969 como uma forma de trazer essas experiências para o corpo técnico da
2970 secretaria, da SBF e tentar fazer um diálogo com essas experiências, com
2971 essas prestações para tentar pensar em como haveria a possibilidade, se
2972 existe ou não de aprimorar a atividade do DPG. De modo geral foram
2973 convidados alguns representantes de alguns países que têm uma experiência
2974 que foi tida como original, como interessante. Então deve vir o Jef Burton da
2975 Austrália, ele deve apresentar a experiência australiana que é uma experiência
2976 muito mais simplificada do que a brasileira, deve vir a Dra. Ellely Werta do
2977 CONABIO do México para apresentar a experiência mexicana, o Pierre
2978 Duplecis da Namíbia para apresentar uma experiência enquanto consultor,
2979 bastante extensa, ele sempre participa de eventos internacionais, mas não o
2980 conheço pessoalmente e deve vir também o Andreas Druss da Alemanha que
2981 faz parte da iniciativa ABS Iniciativa For África que é uma iniciativa da AGIZ,
2982 antiga GTZ para tentar assessorar na implementação de mecanismos
2983 nacionais na África, eles incorporam 12 países e o Andreas tem a experiência
2984 nesses países. Então, Carlos Clinck do IFC, do Banco Mundial, também foi
2985 convidado e uma representante de uma ONG da UEBT (*termo em inglês*)
2986 também deve vir participar além de representantes brasileiros. Então a ideia
2987 era essa, fazer uma pequena reunião de trabalho com caráter técnico para
2988 tentar melhorar os procedimentos adotados. Eu acho que é isso.

2989

2990

2991A **SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Obrigada Carlos. Você está esclarecida

2992Márcia? Joinha, joinha?

2993

2994

2995A **SRª. MÁRCIA CHAME (MS)** – Só queria saber se vamos ser chamados.

2996

2997

2998**O SR. CARLOS PUTCHARA (DPG)** – Dr. Bráulio pediu para que os titulares

2999do CGEN fossem convidados também. Do CGEN, do CONABIO por enquanto

3000não, pode ser negociado.

3001

3002

3003A **SRª. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Existe restrição do número de pessoas,

3004no espaço alguma coisa assim?

3005

3006

3007**O SR. CARLOS PUTCHARA (DPG)** – Só em termos de planejamento de

3008atividades, de esquema de trabalho, pessoas que... Inicialmente uma reunião

3009pequena, na verdade com seis pessoas, mas eu acho que vocês negociam.

3010

3011

3012A **SRª. MÁRCIA CHAME (MS)** – Na verdade a preocupação é porque nós

3013viemos dentro da área de saúde nos mobilizando bastante em relação a esse

3014tema, tentando nos organizarmos e tentando fazer uma, quer dizer, nós já

3015estamos trabalhando com isso de fazer uma avaliação, porque na verdade nós

3016temos situações muitas vezes distintas, tem uma área de saúde que trabalha

3017fortemente com a produção de materiais exóticos, tem áreas que trabalham

3018com materiais nativos, enfim, e dentro da própria saúde nós temos um conjunto

3019bastante diverso de interesses nessa questão e essa é uma área que essa

3020área microbiológica ela ainda não está bem clara e fortalecida para todo

3021mundo, nem para o pessoal do CGEN e nem para nós e nós queremos

3022avançar nessas coisas, só que não queremos fazer essa discussão alienada da

3023discussão que o País está fazendo porque achamos que essas coisas têm que

3024ter uma condução única e aí era nesse sentido a questão de que se nós não

3025poderíamos participar, se não podemos usar esses esforço de pensar, enfim,

3026nesse sistema aí, nessa área microbiana com esses vários ênfases, vários

3027interesses distintos.

3028

3029

3030**O SR. CARLOS PUTCHARA (DPG)** – Vai ser uma oportunidade muito

3031interessante de dividir experiências, eu acho que os convidados selecionados

3032são pessoas muito qualificadas, então pode sim ser interessante, mas é uma

3033coisa a ser discutida.

3034

3035

3036**O SR LÍDIO CORADIN (MMA)** – Muito rapidamente apenas para tentar ajudar,

3037só lembrar que é uma reunião pequena, dois dias apenas e a ideia é apenas

3038trazer três ou quatro países que nós entendemos que já têm alguma

3039experiência no tema para dividir conosco o que eles já fizeram experiências

3040positivas e experiências negativas, as dificuldades enfrentadas, até onde
3041chegaram, porque não avançaram mais e aí tiramos alguma coisa para nos
3042auxiliar no avanço da nossa legislação relacionada ao acesso e a repartição de
3043benefício, quer dizer, basicamente é tentar, nós estamos no meio dessa
3044situação, até agora com bastantes dificuldades nesse avanço, saber
3045exatamente qual é o avanço no mundo, sabemos que é muito pequeno apenas
3046dez, doze países fizeram alguma coisa, mas a maior parte está aguardando o
3047próprio país dê o primeiro passo mais agigantado para poderem avançar é nós
3048também estamos querendo saber o que os outros fizeram. Então é
3049basicamente isso aí, é apenas o Ministério buscar o País buscar ter essas
3050informações que existem lá fora, sabemos que não é muita coisa, mas antes
3051qualquer coisa nessa altura do campeonato é bastante válida.

3052

3053

3054**A SR^a. MÁRCIA CHAME (MS)** – Porque assim, têm questões para nós é
3055assim, complicado, não para todo mundo, por exemplo, uma coisa que o David
3056falou, “é fundamental que garantamos o acesso à pesquisa básica se tanta
3057burocracia, claro que isso é fundamental, agora nessa área microbiológica
3058muitas vezes nós começa com uma pesquisa básica e em dois anos ela é
3059altamente comercial. Então temos que estabelecer alguns critérios, como é que
3060nós lidamos com isso? Quer dizer, como é que nós não impedimos essa coisa
3061da pesquisa básica, mas rapidamente nesse mundo uma coisa que não tinha
3062serventia nenhuma de repente você tem uma possibilidade de uso imenso e as
3063vezes nós temos situações assim hoje que nós tem pesquisas que em dois
3064anos reverteram essa situação que não começaram como bioprospecção nem
3065nada porque realmente não tinha nenhuma perspectiva disso, em dois anos
3066tem e aí vai você vai pedir, bom você é ilegal. Nós temos que criar muito
3067possivelmente um mecanismo desse meio do caminho, não sei como, mas
3068temos que pensar isso junto porque nessa área isso é bastante... Essa
3069mudança é muito rápida e é bem diferente do que você que trabalha com
3070fitoterápico que você vai lá e você está buscando, você está em cima e sabe de
3071cara que aquilo vai acontecer, mas às vezes você faz um kit diagnóstico, por
3072exemplo, que te gera uma fortuna, que você nem imaginava isso antes. E eu
3073acho que isso nós temos que construir um pouco que junto, não dá para
3074pensar, juntar isso depois vai dar muito trabalho e muito desgaste eu acho.

3075

3076

3077**A SR^a. DANIELA OLIVEIRA (MMA)** – Márcia eu acho que sua colocação está
3078correta e acho que pode contribuir sim e se sinta então convidada a participar
3079dessa reunião, vai ser aqui no próprio Ministério não é? Dia treze e quatorze
3080nessa mesma sala aqui. Ok? Então queridos, prezados, estamos caminhando
3081para o encerramento dessa reunião e eu queria abrir a palavra, alguém tem
3082alguma coisa a mais a colocar nessa reunião? Então eu gostaria muito de
3083agradecer a presença de todos, nós nos manteremos em contato para fazer a
3084discussão desse documento que estamos elaborando em conjunto e agradeço
3085muito a participação de todos.